UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Centro de Letras e Comunicação

Doutorado em Letras – Texto, discurso e relações sociais

Tese de Doutorado

#Eleitas: Violência simbólica de gênero e resistência em publicações da página *Quebrando o Tabu* sobre a participação feminina na política

Graciele Urrutia Dias Silveira

Pelotas, 2023

Graciele Urrutia Dias Silveira

#Eleitas: Violência simbólica de gênero e resistência em publicações da página *Quebrando o Tabu* sobre a participação feminina na política

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas – PPGL/UFPel – como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Professora Dra. Raquel da Cunha Recuero

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S587e Silveira, Graciele Urrutia Dias

#Eleitas : violência simbólica de gênero e resistência em publicações da página quebrando o tabu sobre a participação feminina na política / Graciele Urrutia Dias Silveira ; Raquel da Cunha Recuero, orientadora. — Pelotas, 2023.

194 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Violência simbólica. 2. Gênero. 3. Resistência. 4. Mídias sociais. 5. Análise de discurso mediado por computador. I. Recuero, Raquel da Cunha, orient. II. Título.

CDD : 469.5

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figas Machado CRB: 10/1612

Graciele Urrutia Dias Silveira

#Eleitas: Violência simbólica de gênero e resistência em publicações da página *Quebrando o Tabu* sobre a participação feminina na política

Tese aprovada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 05 de abril de 2023

Banca Examinadora:

_____

Profª Drª Raquel Recuero
Orientadora/Presidente da banca
Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Profª Drª Letícia Fonseca Richthofen de Freitas
Membro da banca
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Profª Drª Karina Giacomelli
Membro da banca
Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria

_____

Profª Drª Elisa Marchioro Stumpf
Membro da banca
Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Prof. Dr. Adail Ubirajara Sobral
Membro da banca
Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Agradecimentos

Escrever este trabalho talvez tenha sido uma das tarefas mais desafiadoras que já enfrentei. Parte considerável da escrita foi feita em isolamento social devido à pandemia de COVID-19; logo, surgiram muitas incertezas, e os cafés regados a desabafos e trocas de ideias com as colegas, que aconteciam durante os intervalos das aulas, foram suspensos e substituídos por conversas no *WhatsApp* e vídeo chamadas. De modo concomitante, tive de lidar com uma jornada exaustiva de trabalho e com as diferentes formas de ensinar que resultaram do ensino remoto, o que, também, ocupou boa parte do meu tempo. Apesar das dificuldades, quando reflito sobre esses quase quatro anos de doutorado e vejo meu trabalho de pesquisa, entendo que tudo valeu a pena – o choro, os desabafos, a perseverança e a resiliência que um empreendimento dessa magnitude exige. Não posso, no entanto, deixar de reconhecer a importância que diversas pessoas tiveram, de modo direto ou indireto, para que esse sonho se tornasse possível. Por isso, segue uma singela homenagem a elas.

Agradeço aos meus pais, Sônia e Ronaldo, que sempre deram todo apoio para que eu buscasse um caminho por meio dos estudos e que sempre se mostraram orgulhosos a cada pequena nova conquista.

Ao meu marido, Ezequiel, por me escutar, por me dar suporte emocional, por me incentivar a não desistir e por estar ao meu lado em todas as decisões profissionais e acadêmicas que tomei.

À minha orientadora, a Profª. Dra. Raquel Recuero, e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, da UFPEL, que, durante todo o meu percurso no mestrado e no doutorado, muito contribuíram para o meu aprendizado e aprimoramento como pesquisadora e docente.

À amiga e colega de trabalho, Prof.ª. Dra. Flávia Mancini, pela leitura atenta de boa parte da minha tese e por, frequentemente, me dar palavras de alento e incentivo. À Aline Behling Duarte e à Ana Paula Rocha, que deram atenção aos meus lamentos, inicialmente, de modo *on-line*, e, depois, quando foi possível, nos nossos encontros/desabafos.

Outras pessoas que não foram mencionadas aqui, certamente, tiveram um papel fundamental no que, conforme disse antes, é a realização de um sonho. A esses, igualmente, agradeço de coração.

Resumo

SILVEIRA, Graciele Urrutia Dias. **#Eleitas:** Violência simbólica de gênero e resistência em publicações da página *Quebrando o Tabu* sobre a participação feminina na política. 2023. 194f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente investigação tem como objetivo discutir de que maneiras a violência simbólica (BOURDIEU, 1989; ZIZEK, 2014) de gênero se apresenta em comentários de três publicações da campanha *Eleitas*, divulgada pela página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*, assim como debater estratégias de resistência (FOUCAULT, 1988) utilizadas pelas mulheres nesse meio. Além disso, são abordadas as implicações da disseminação de discursos carregados de violência simbólica de gênero no ambiente das interações *on-line*, assim como a repercussão das estratégias de resistência criadas pelas mulheres nas conversações (BERTOLINI E BRAVO, 2004; RECUERO, 2014). Para esse fim, os dados coletados foram estudados com base na pesquisa da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2012; 2016) e com o auxílio da Análise de Discurso Mediada por Computador, de Herring (2001; 2004). Ao final de tal etapa, foi possível compreender que a violência simbólica se manifestou por meio de depreciação das mulheres e dos ideais feministas, de culpabilização delas por não haver igualdade de gênero, de acusações sem base sólida com relação a gestoras, de humor sexista, de estereótipos, de exclusão e de desinformação. Diante de tais manifestações, foram observados modos de resistência, como enfrentamento direto em relação aos usuários que demonstraram atitudes de violência, elogios à administração de gestoras consideradas competentes, denúncias de injustiças com o gênero feminino, incentivo ao voto em mulheres, defesa de governantes amplamente criticadas, amparo a lutas feministas e enaltecimento de características consideradas femininas. Com relação ao impacto da violência e das resistências no ambiente interacional, os valores que emergiram com maior frequência foram visibilidade, popularidade e suporte social.

Palavras-chave: Violência simbólica. Gênero. Resistência. Mídias sociais. Análise de Discurso Mediado por Computador.

Abstract

SILVEIRA, Graciele Urrutia Dias. **#Elected:** Symbolic gender-based violence and resistance in posts on the *Quebrando o Tabu* about female participation in politics. 2023. 193f. Thesis (Doctorate in Languages) – Center of Languages and Communication, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This investigation aims to discuss how symbolic gender-based violence (BOURDIEU, 1989; ZIZEK, 2014) is expressed through comments on three posts of the *Eleitas* campaign, posted by the *Quebrando o Tabu* Facebook page, as well as debate strategies of resistance (FOUCAULT, 1988) used by women in this context. In addition, the implications of discourses with symbolic gender-based violence and the repercussion resistance strategies created by women are examined in this study. In order to achieve this purpose, the data collected was studied considering the Critical Discourse Analysis research (FAIRCLOUGH, 2012; 2016) the Computer-Mediated Discourse Analysis, proposed by Herring (2001; 2004). At the end of this stage, it was possible to understand that symbolic violence was expressed by means of depreciation of women and feminist ideals, blaming them for not having gender equality, accusations which hold no solid basis related to women who were in power, sexist humor, stereotypes, exclusion and disinformation. Due to such expressions of violence, ways of resistance were observed, such as direct confrontation with users who demonstrated attitudes of violence, praise for female governments considered competent, complaints of Injustice, encouraging people to vote for female candidates, defense of female rulers widely criticized, support for feminist struggles and enhancement of characteristics considered feminine. On the impact of violence and resistance in the interactional environment, the values that emerged most frequently were visibility, popularity and social support.

Keywords: Symbolic violence. Gender. Resistance. Facebook. Computer Mediated Discourse.

Lista de figuras

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso.....23
Figura 2 – Práticas discursivas localizadas na topologia do discurso.....33
Figura 3 – Teorema de Euler sobre a cidade de Konisberg.....35
Figura 4 – Resultado da busca pela #*Eleitas* na plataforma do *Facebook*.....48
Figura 5 – Figurinha do *WhatsApp*.....53
Figura 6 – Exemplo de meme.....53
Figura 7 – Campanha “Eleitas” da página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*.....57
Figura 8 - Voto feminino como algo a ser combatido.....72
Figura 9 – Pirâmide da sociedade patriarcal.....87
Figura 10 – Momento da sessão da Câmara de Vereadores de Pelotas-RS.....91
Figura 11 – *Hashtag* #MARIELLEVIVEENCHENDOOSACO.....93
Figura 12 – Manuela D’Ávila acusada, por meio de *fake News*, de ter envolvimento no esfaqueamento de seu adversário político Jair Bolsonaro.....94
Figura 13 – Manuela D’Ávila acusada de declarar guerra ao então Ministro da Justiça Sérgio Moro.....95
Figura 14 – Resposta a publicação que defende os direitos à participação feminina na política.....95
Figura 15 – Resposta a publicação que defende os direitos à participação feminina na política.....96
Figura 16 – Resposta a publicação que defende os direitos à participação feminina na política.....96
Figura 17 – Tela inicial do *Thefacebook*.....112
Figura 18 – Tela inicial da versão *web* do *Facebook* em 2021.....113
Figura 19 – Página *Quebrando o Tabu*, no Facebook.....114
Figura 20 – Ferramenta “comentar” 115
Figura 21 – Ferramenta “responder” 116
Figura 22 – Reações nas publicações e comentários no *Facebook*.....117
Figura 23 – Publicação 1.....125
Figura 24 – Crítica à página *Quebrando o Tabu*.....128
Figura 25 – Comentário sobre liderança feminina.....128
Figura 26 – Crítica à ex-presidenta Dilma Rousseff.....129
Figura 27 – Crítica à ex-presidenta Dilma Rousseff.....129

Figura 28 – Críticas a mulheres de modo geral.....130
Figura 29 – Críticas a mulheres de modo geral……..……130
Figura 30 - Culpabilização feminina.....130
Figura 31 – Culpabilização feminina.....131
Figura 32 – Humor sexista direcionado a Dilma Rousseff.....131
Figura 33 – Humor sexista direcionado a Dilma Rousseff.....131
Figura 34 - Humor sexista direcionado às mulheres de modo geral….....……..132
Figura 35 – Desinformação relacionada a Dilma Rousseff…….....133
Figura 36 – Aviso de informação falsa no *Facebook*.....133
Figura 37 – Verificação de fatos no *Facebook*.....134
Figura 38 – Defesa das lutas feministas.....134
Figura 39 – Atitude de enfrentamento a manifestações de violência simbólica.....135
Figura 40 – Elogios a gestões de sucesso.....136
Figura 41 – Enaltecimento de características consideradas próprias das mulheres.....136
Figura 42 – Denúncia do cerceamento do direito das mulheres de exercem cargos de poder político.....137
Figura 43 – Incentivo ao voto em mulheres.....137
Figura 44 - Defesa de gestões femininas amplamente criticadas…….....……138
Figura 45 - Publicação 2…….....142
Figura 46 – Correção do conteúdo da publicação por usuário…….....……..145
Figura 47 – Correção do conteúdo da publicação por usuário…….....….145
Figura 48 – Crítica ao governo de Dilma Rousseff. …….....…..145
Figura 49 – Crítica ao governo de Dilma Rousseff. …….....……145
Figura 50 – Críticas a líderes femininas de modo geral, no Brasil. ….....…146
Figura 51 – Críticas a líderes femininas de modo geral, no Brasil.....146
Figura 52 – Culpabilização feminina…….....……..147
Figura 53 – Culpabilização feminina. …….....……..148
Figura 54 – Humor sexista…….....….149
Figura 55 – Humor sexista. …….....……..149
Figura 56 – Defesa de lutas feministas. …….....…149
Figura 57 – Enfrentamento a quem faz comentários considerados misóginas…....151
Figura 58 – Elogio a gestões consideradas de sucesso……..….151

Figura 59 – Enaltecimento de características que parte considerável das mulheres teria…….....151
Figura 60 – Denúncia de um sistema opressor às mulheres…….....151
Figura 61 – Incentivo ao voto em mulheres…….....152
Figura 62 - Defesa de gestões femininas criticadas…….....…152
Figura 63 - Publicação 3 ……..... 155
Figura 64 – Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*……158
Figura 65 – Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*.....159
Figura 66 – Crítica à gestão feminina…….....…….160
Figura 67 – Crítica à gestão feminina…….....……160
Figura 68 – Culpabilização feminina. …….....……161
Figura 69 – Culpabilização feminina. …….....……161
Figura 70 – Humor sexista…….....162
Figura 71 – Depreciação da cantora Anitta…….....……...163
Figura 72 – Depreciação da cantora Anitta…….....……163
Figura 73 – Desqualificação das mulheres e do feminismo…….....…163
Figura 74 – Desqualificação das mulheres e do feminismo…….....163
Figura 75 – Defesa das lutas feministas…….....…..164
Figura 76 – Defesa das lutas feministas…….....……164
Figura 77 – Denúncia de injustiças…….....….. 165
Figura 78 – Elogios a governos femininos…….....……165
Figura 79 – Enfrentamento…….....……..166
Figura 80 – Defesa de gestões femininas amplamente criticadas…….....……166
Figura 81 – Incentivo ao voto em mulheres…….....……167

Sumário

1. Considerações iniciais 14
2. Discurso, política e mídias sociais.....18
1. A análise de discurso crítica.....19
2.1.2 Discurso.....21
2.1.3 Discurso e poder.....25
2.1.3.1 Ideologia.....26
2.1.3.2 Hegemonia.....28
2.2 Discurso político.....30
2.3 Redes sociais.....34
2.4 Sites de redes sociais.....36
2.4.1 Laços sociais.....39
2.4.2 Capital social.....42
2.5 Plataformas digitais.....44
2.6 Características do discurso *on-line*.....49
2.6.1 Predominância da escrita e semelhança desta com a oralidade.....49
2.6.2 Sincronia e assincronia.....50
2.6.3 Comunicação em massa.....50
2.6.4 Multiterritorialidade.....51
2.6.5 Multimodalidade.....52
2.7 Discurso, política e mídias sociais.....54
2.8 Conclusão do capítulo.....58
3 Gênero e resistências.....60
3.1 O conceito de gênero social para as ciências sociais.....60
3.1.1 Interseccionalidades.....63
3.2 A história das relações de gênero e de opressão em relação à mulher.....65
3.2.1 O percurso das mulheres em terras brasileiras.....66
3.2.1.1 Trabalho.....67
3.2.1.2 Educação.....68
3.2.1.3 A luta pelo sufrágio universal.....70
3.3 Movimentos de resistência: o feminismo.....74
3.3.1 Feminismos.....75
3.3.2 O percurso do feminismo no Brasil e rumos do movimento.....77
3.3.2.1 O primeiro momento.....78

3.3.2.2 O segundo momento.....79
3.3.2.3 O terceiro momento.....80
3.3.2.4 O quarto momento.....81
3.4 Próximos rumos.....83
3.5 Conclusão do capítulo.....84
4 Violência, gênero e política nas mídias sociais.....86
4.1 Violência simbólica de gênero.....86
4.1.1 Violência simbólica de gênero e política.....89
4.1.1.1 Violência simbólica de gênero, política e mídias sociais.....92
4.2 Conclusão do capítulo.....97
5 Metodologia de pesquisa.....98
5.1 Objetivos.....98
5.2 Procedimentos de coleta.....99
5.3 Procedimentos éticos.....110
5.4 *Facebook*.....111
5.4.1 Ferramentas do *Facebook*.....112
5.5 Análise de discurso mediado por computador.....117
5.6 Conclusão do capítulo.....121
6 Violência simbólica de gênero e resistência em publicações com a *hashtag* *#Eleitas* na página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*.....122
6.1 Publicações escolhidas.....122
6.2 Análise.....124
6.2.1 Publicação 1.....124
6.2.2 Publicação 2.....141
6.2.3 Publicação 3 154
6.3 Considerações gerais.....170
6.3.1 Maneiras pelas quais a violência simbólica de gênero se manifestou.....170
6.3.2 Resistências..... 175
6.3.3 Impacto da violência e das resistências no ambiente de interação.....**179**
7. Considerações finais.....181
Referências..... 184

1 Considerações iniciais

Os séculos XIX e XX trouxeram avanços para as mulheres em segmentos diversos. Em 1943, a legislação brasileira, a qual, até então, as considerava “relativamente incapaz”, possibilitou o ingresso, àquelas que assim desejassem, no mercado de trabalho sem a permissão do marido (SCOTT, 2020). Quanto à educação, em 1827, ganharam o direito à educação primária; em 1927, o curso normal secundário, frequentado por boa parte das meninas, foi considerado equivalente a outros cursos secundários, permitindo que essas tivessem acesso ao ensino superior (ROSEMBERG, 2020). Em 1932, mesmo com inúmeras ressalvas, foi transposta mais uma barreira – a do voto feminino -, que se tornou obrigatório e universal em 1965 (LIMONGI et. al., 2018).

No entanto, ainda que diversos obstáculos tenham sido vencidos, conforme Piscitelli (2009), a igualdade entre homens e mulheres está longe de ter sido alcançada. Segundo a autora, o maior número de anos de estudos não se reflete em salários equânimes, principalmente, quando se trata daquelas que são negras. Considerando a violência sofrida por elas, Piscitelli explica que o quadro de desigualdades é agravado ainda mais, visto que, em levantamento realizado pela Fundação Perseu Abramo, 43% das entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência cometida por um homem, sendo 33% dos relatos totais de violência física.

No campo da política, a realidade não é diferente. Segundo matéria da revista *online Marie Claire*[1]*,* o caso da vereadora pelo PSOL, no Rio de Janeiro, Marielle Franco – mulher, negra, bissexual, origem periférica, defensora de direitos de minorias –, que foi morta com 4 tiros na cabeça em março de 2018, transformou-se em um importante símbolo na luta contra a violência de gênero na política institucional. Ainda na mesma reportagem, são citados os exemplos da deputada federal Maria do Rosário – que ouviu do então colega de câmara, Jair Bolsonaro, que não seria estuprada porque era feia – e o da ex-presidenta Dilma Rousseff– que, durante o processo de *impeachment*, sofreu graves críticas e agressões. Uma delas foi a produção e venda de adesivos, com a finalidade de serem colados em carros, em que ela era ilustrada com as pernas abertas para que fosse introduzida uma mangueira em suas partes íntimas.

[1] https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/08/o-que-e-violencia-politica-de-genero-e-por-que-devemos-falar-sem-descanso-sobre-ela.html. Acesso em 22 out. 2020.

Desse modo, a violência de gênero, em ambientes permeados pela política partidária ou não, se manifesta por meio de desde casos de violência física que resultam em crimes hediondos até casos da sua forma simbólica por meio de estigmas que põem em dúvida a capacidade da mulher de exercer determinadas funções, além de humilhações, humor sexista, entre outras manifestações.

Tal violência simbólica mostra-se igualmente presente em discussões sobre a participação feminina em plataformas de redes sociais, espaço em que características como a possibilidade de "esconder-se" por trás de perfis – em alguns casos falsos – e de ter menores chances de punição criam um ambiente mais propício a manifestações de violência (RECUERO, 2013). Ainda, propriedades dos públicos em rede, como a replicabilidade e a persistência (Boyd, 2010) permitem o arquivamento e o compartilhamento de agressões potencializando os efeitos delas.

Em acordo com as considerações feitas até então, nesse trabalho, foi feito estudo exploratório inicial de três publicações da página *Quebrando o Tabu*, que foram selecionadas a partir de busca pela hashtag *#Eleitas* por meio de ferramenta de busca do *Facebook*. A partir de observação de um total de 600 comentários dos *posts* analisados em tal estudo exploratório, defende-se a tese de que a violência simbólica de gênero é manifestada, de modo similar, por meio de interações sobre a participação feminina em posições de liderança no ciberespaço. Além do mais, levando-se em consideração o estudo preliminar dos dados, é defendido neste trabalho que emergem estratégias de resistência, principalmente por parte das mulheres, frente às agressões.

Levando em consideração o contexto apresentado e a tese defendida, o presente estudo como objetivo principal investigar como a violência simbólica de gênero se manifesta nas trocas interacionais sobre a participação feminina em cenários de poder, como o da política. Além disso, dentro do escopo dos objetivos específicos, pretende-se identificar formas de resistência criadas pelas mulheres frente a possíveis manifestações de violência de gênero nas publicações escolhidas e compreender as implicações da disseminação de discursos carregados de violência simbólica de gênero no ambiente das interações *on-line*, assim como a repercussão das estratégias de resistência criadas pelas mulheres nas conversações.

Considera-se que tal discussão é essencial, pois o debate sobre as questões elencadas dá subsídios para o debate sobre o tema no meio científico e para rupturas em espaços em que o feminino está em posição de desigualdade. À medida que

mudanças acontecem e que mulheres ocupam posições consideradas tipicamente masculinas, há a desestabilização de sentidos historicamente naturalizados (HIDALGO, 2020) e elas deixam de ser silenciadas em situações em que são tomadas decisões importantes para si mesmas e para seus pares.

Nesse sentido, o **primeiro capítulo de base teórica**, “Discurso, política e mídias sociais” abordará, em sua seção inicial, o conceito de discurso que guiará este estudo, isto é, aquele apresentado pela Análise de Discurso Crítica, que tem como alguns de seus nomes mais proeminentes o de Norman Fairclough (2016) e o de Teun van Dijk (2018). Na segunda parte, “Discurso político”, serão debatidos, com base na obra de Wodak (2009), Fairclough & Fairclough (2012) e Van Dijk (2018), diferentes entendimentos do que vem a ser o discurso político, assim proposta de Bochett *et. al* (2017) que distingue “discurso político” de “discurso sobre política”.

A seguir, na seção “Discurso Mediado por Computador (DMC)”, é tratado o conceito de Discurso Mediado por Computador, assim como suas características (HERRING, 2001; 2007; RECUERO, 2014; CASTELLS, 2003; FRAGOSO, REBS e BARTH, 2011; SANTOS, 2019). Na sequência, são apresentadas as concepções de redes sociais e de sites de redes sociais (BOYD 2008; GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 1999; HAYTHORNTHWAITE, 2005; RECUERO, 2009), de laços sociais (GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 2006; GRANOVETTER, 1973; HAYTHORNTHWAITE, *op.cit*; RECUERO, *op.cit*.) e de capital social (BERTOLINI E BRAVO, 2001; RECUERO, *op.cit*.). Por fim, na parte final do capítulo, são abordados aspectos positivos e negativos da intersecção entre internet e política, tendo como base as investigações de Hansen e Ferreira (2018), Recuero, Soares e Zago (2017); Recuero (2020) e Cremonese (2012), além do potencial das redes sociais online de fomentar a participação política e dar visibilidade a lutas por direitos sociais (ROSSINI, 2018).

No **segundo capítulo teórico**, “Gênero e resistências”, trata-se do conceito de gênero e da sua relação com aspectos como a naturalização de papéis por meio do discurso e de relações de poder (HELBORN, 1994; SCOTT, 1995; PINO, 2007; LOURO, 1995; 2016) e das interseccionalidades da categoria de gênero com questões de etnia, classe social, entre outras (CRENSHAW, 2002; BUTLER, 2003; HARAWAY, 2004; AKOTIRENE,2019). Além do mais, é abordada, nesse capítulo, a história das relações de gênero, tendo como norte os estudos de Karawejczyk (2013), Limongi *et. al*. (2018), Alves (2019), Marques (2019), Priore (2020), Habner (2020),

assim como o percurso de movimentos feministas de resistência (PITANGUY, 1991; SARTI, 2001; 2004; GARCIA, 2011; ÁLVAREZ, 2014; COLLINS, 2019; DUARTE,2019; HOOKS, 2019; 2020; PEDRO, 2020; SOIHET,2020; PRADO E FRANCO, 2020).

No **terceiro capítulo teórico**, intitulado “Violência, gênero e política nas mídias sociais”, é discutida a violência simbólica (ZIZEK, 2009; BOURDIEU, 1989; 2002) e sua relação com questões de gênero (STREY, 2012; SOUZA, 2014; VIEGAS; RECUERO, 2014; KURTZ, 2017) levando em consideração os campos da política e das mídias sociais (BIROLI; MIGUEL, 2014; MIGUEL, 2014; BIROLI, 2016; ALBUQUERQUE; ALVES, 2014; HIDALGO, 2020, LÉVY, s.d.).

A seguir, em “Metodologia de Pesquisa”, são apresentados aspectos específicos da presente investigação, como objetivos, objeto de pesquisa, procedimentos de coleta, critérios utilizados na escolha das três publicações do *Facebook* escolhidas e o método que será usado utilizado, a Análise de Discurso Mediado por Computador (HERRING, 2004). É importante frisar que, conforme apontado pela autora, nesse método de natureza interdisciplinar, ao se investigar os quatro níveis propostos - estrutura, sentido, interação e comportamento social – leva-se em consideração os pressupostos da Análise do Discurso Crítica, como a relação intrínseca entre linguagem e questões de poder (FAIRCLOUGH, 2016).

No último capítulo, “Análise”, são debatidas características da página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook,* e é realizada análise das três publicações e dos comentários selecionadas. Após tal análise apoiada na bibliografia apresentada, na Análise de Discurso Crítica e na Análise de Discurso Mediado por Computador, são feitas considerações gerais que relacionam os dados à tese e aos objetivos descritos, isto é, a formas em que a violência simbólica de gênero se apresenta, e a maneiras de resistir por meio do discurso nas mídias sociais.

2. Discurso, Política e Mídias Sociais

No presente referencial, serão discutidos estudos que servirão como suporte teórico à pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho. Até a posterior discussão acerca dos dados observados em mídias sociais sobre a participação feminina na política e sua relação com a violência simbólica de gênero, faz-se necessário contextualizar os aspectos teóricos que orientarão a pesquisa. Desse modo, serão apresentados conceitos como o de discurso, discurso político e discurso mediado por computador, além de ser feita uma intersecção entre esses temas ao fim do capítulo.

Neste capítulo, na primeira seção, “A análise de discurso crítica”, há a apresentação do entendimento de autores como Norman Fairclough (2016) e Teun van Dijk (2018) acerca de questões importantes que perpassam o tema discurso, a partir da Análise Crítica do Discurso, proposta por eles. Além disso, nessa parte, também será trazida atenção a como questões de poder influenciam no que é dito pelas pessoas de diferentes grupos ao longo da história. A segunda parte, intitulada “Discurso Político”, abordará diferentes conceitos sobre discurso político (WODAK, 2009; FAIRCLOUGH & FAIRCLOUGH, 2012; VAN DIJK, 2018) e a proposta de Bochett et. al (2017), que estabelece uma diferenciação entre discurso político e discurso sobre política.

Na terceira seção, “Discurso Mediado por Computador (DMC)”, serão abordados temas como o próprio conceito homônimo ao título dessa parte, assim como as características do DMC à luz dos estudos de autores como Herring (2001; 2007), Recuero (2014), Castells (2003), Fragoso, Rebs e Barth (2011) e Santos (2019). A seguir, em “Redes Sociais”, é discutida a noção de redes sociais e de *sites* de redes sociais (BOYD 2008; GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 1999; HAYTHORNTHWAITE, 2005; RECUERO, 2009), de laços sociais (GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 2006; GRANOVETTER, 1973; HAYTHORNTHWAITE, *op. cit*.; RECUERO, op. cit.) e de capital social (BERTOLINI E BRAVO, 2001; RECUERO, *op. cit*.). Em seguida, em “Discurso, política e mídias sociais”, são discutidos, inicialmente, estudos que apresentam aspectos positivos e negativos da relação entre internet e política, com base no trabalho de Hansen e Ferreira (2018); Recuero, Soares e Zago (2017); Recuero (2020) e Cremonese (2012), além do debate proposto por Rossini (2014), que mostra o potencial da *web* de

mobilizar a participação política, prover informações sobre aspectos dessa natureza e de dar visibilidade a lutas por direitos sociais.

2.1 A análise do discurso crítica

Segundo Resende e Ramalho (2006), o termo *Análise de Discurso Crítica* (ADC) apareceu pela primeira vez em um artigo do linguista britânico Norman Fairclough, publicado em 1985, no periódico *Journal of Pragmatics.* Essa abordagem de estudo, de acordo com as autoras, começou a se consolidar com o lançamento do livro do pesquisador, *Language and Power*, em 1989, e com a realização de um simpósio, em janeiro de 1991, que reuniu nomes importantes para tal perspectiva teórico-metodológica, como o próprio Fairclough, além de Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak.

A fim de contextualizar a ADC e apresentar sua base epistemológica, Norman Fairclough (2016), em *Discurso e Mudança Social*, discute diferentes perspectivas, como a da Linguística Crítica, a da Análise de Discurso (AD) francesa, que tem como principal nome Michel Pêcheux, além da posição de Foucault, entre outros, acerca de questões referentes ao tema “discurso”.

O linguista, primeiramente, tece críticas aos modelos estabelecidos por esses estudiosos, sendo, no caso da Linguística Crítica, abordada a questão de ser dada, segundo ele, pouca atenção aos processos de produção e interpretação de textos, considerando-se, demasiadamente, o texto meramente como um produto. Com relação à AD francesa, além de outras questões, critica-se uma ênfase nas estruturas e na reprodução social em vez do foco na transformação. Ainda, quando trata de Foucault, filósofo do qual Fairclough, assumidamente, se apropria de alguns conceitos em sua teoria, a crítica está voltada a uma insistência, por parte do primeiro, de que o sujeito seria um efeito das formações discursivas e que, portanto, teria pouco espaço para uma agência social ativa. Além disso, segundo o último, há ausência de análise discursiva e linguística de textos reais na perspectiva foucaultiana.

Após discussão de outras correntes voltadas ao estudo do discurso, Fairclough (*ibid*.) propõe a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), considerada um viés crítico de estudo do discurso. Entende-se por crítica, na visão do estudioso, a pesquisa que tem “o objetivo de mostrar maneiras não-óbvias pelas quais a língua se envolve em relações sociais de poder e dominação e em ideologias” (*id*., 2001, p.

229). Assim, para o teórico, um estudo crítico deve ir além da superfície textual e ter por objetivo mostrar conexões e causas ocultas, assim como propor uma agenda de intervenção que forneça recursos para transformação social àqueles que possam se encontrar em desvantagem. Uma análise voltada ao que se diz acerca do papel da mulher na política, por exemplo, tema de investigação do presente trabalho, buscaria compreender como determinados discursos que delegam ao gênero feminino papéis secundários em esferas de destaque surgiram e por que razões seguem tendo determinada força, além de focalizar em estratégias de resistência e mudança nesse aspecto.

A fim de compreender melhor o funcionamento do discurso e ir em direção ao principal objetivo, que é a mudança social, a ADC parte de uma abordagem transdisciplinar de investigação no sentido de que, além de utilizar saberes de outras áreas, produz conhecimento a partir da interdisciplinaridade. Nesse sentido, conforme Tílio (2010), são operacionalizados diversos estudos, como o de Michel Foucault (1997; 2003) e o de Mikhail Bakhtin (1997; 2002), que vinculam discurso e poder. Com relação a Bakhtin, ele contribuiu para a teoria em questão, entre outros motivos, por ter se desvinculado de uma tradição linguística que considerava o signo como algo apartado de um contexto histórico, ter trazido questões referentes à luta de interesses sociais antagônicos e ter apresentado ideias-chave como a de *gêneros discursivos* e *dialogismo*.

No que se refere a contribuições de Foucault à Análise Crítica, o estudioso considera a linguagem e o social como indissociáveis, sendo algumas de suas premissas de grande importância. Entre elas, é possível mencionar o aspecto constitutivo do discurso com relação a objetos e sujeitos sociais, a natureza discursiva do poder, o caráter político do discurso, assim como a relação entre discurso e mudança social (RESENDE; RAMALHO, 2006). Ainda em termos de noções foucaultianas basilares, uma delas é a de *ordem de discurso*, sendo essa entendida como um conjunto de práticas em uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas. Conforme explicado por Foucault (2016, p. 8-9), é essa relação que baliza a produção do discurso no sentido de que o controla, seleciona, organiza e redistribui. Sendo assim, os discursos não circulam sem restrições em qualquer contexto e nem todas as pessoas se apoderam dele em qualquer situação, sem um histórico de lutas.

As próximas seções apresentarão com mais profundidade conceitos essenciais à ADC, sendo que a primeira tratará sobre o que é discurso de acordo com tal perspectiva.

2.1.2 Discurso

Norman Fairclough (2012; 2016), ao tratar do que o conceito de *discurso* significa dentro de sua abordagem na ADC, afirma que não é fácil defini-lo, pois há uma gama extensa de definições conflitantes, sendo essas advindas das mais diversas perspectivas teóricas e disciplinares. Por exemplo, na linguística, segundo o pesquisador, o termo é usado para tratar de amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita e isso se mostra interessante, pois leva em conta as propriedades organizacionais de nível superior do diálogo, em vez de se limitar à mera análise de frases ou unidades gramaticais menores, também considerando o contexto de comunicação dos usuários da língua. *Discurso* ainda pode ser usado, para Fairclough (*ibidem*), a fim de se referir aos tipos de linguagem que são usados em diferentes situações sociais, como o caso do discurso jornalístico, de sala de aula, de consultas médicas, entre outros.

No modelo teórico-metodológico proposto pelo linguista, o termo em questão é usado para se referir à linguagem em uso e, conforme abordado em Chouliarak e Fairclough (1999, p. 37), o discurso pode ser entendido, após aprimoramento da teoria, como parte das práticas sociais no sentido de que elas são parcialmente discursivas (conversas, escrita etc.), assim como discursivamente representadas. Tal relação mostra-se clara em Fairclough (2016 [1992], p. 94-95), que define *discurso* da seguinte maneira:

> Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.

A partir de tal definição, pode-se compreender que *discurso* tem dois sentidos: momento essencial da vida social e uma maneira, relacionada a interesses específicos, de representar o mundo. Desse modo, o termo *discursos*, no plural, é

usado para tratar do discurso como prática e, no singular, para referir-se à parte dessas práticas (VIEIRA; MACEDO, 2018). Como exemplo do uso dessa expressão como um modo de representação do mundo ligado a interesses específicos, é possível mencionar os casos em que mulheres são descritas como inapropriadas ou indesejáveis, especialmente em posições de destaque, em ambientes majoritariamente masculinos, como o dos jogos eletrônicos de combate e o da política.

No que se refere à relação dialética entre discurso e estrutura social, Fairclough (*op. cit*.) explica que ela se dá, pois o discurso é moldado e restringido pela classe, pelas relações específicas em instituições particulares, como a área da educação, e por normas e convenções de natureza discursiva ou não. Por outro lado, o discurso constitui todas as dimensões da estrutura social, como as normas e as convenções que balizam o uso da linguagem, além de contribuir para a construção de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Desse modo, ambos se moldam reciprocamente, e a ADC foca nesse aspecto, pois tem interesse especial em analisar relações estruturais de discriminação, poder e de controle, que são, por sua vez, colocadas em prática por meio do discurso (VIEIRA; MACEDO, 2018).

No âmbito do estudo do discurso, o conceito de *texto*, igualmente, desvela um papel fundamental, levando-se em consideração que a ADC tem como premissa uma análise de discurso textualmente orientada. Embora não considerem o termo o mais apropriado para se referir a outros usos que não o da palavra escrita, pois acreditam que esse está ainda muito ligado a ela, Chouliarak e Fairclough (*op. cit*.) optam por usar tal conceito no sentido proposto pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday, isto é, de que *texto* abrange a escrita, a fala e os elementos semióticos, sendo os últimos incluídos mais tarde pela ADC (MAGALHÃES, 2001).

Tendo em vista a importância do texto em conjunto com outras questões que o circundam, Fairclough (2016 [1992]) propõe um modelo em que a análise do discurso se dá a partir de uma concepção tridimensional, que inclui análise textual, de prática discursiva e de prática social. Segue abaixo a figura que ilustra a perspectiva apresentada pelo linguista.

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso. Fonte: Fairclough (2016, p. 105).

Tal concepção tridimensional, de acordo com Resende e Ramalho (2006), serve para fins de organização da análise e suas categorias podem ser observadas na tabela a seguir (tabela 1).

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
- Vocabulário - Gramática - Coesão - Estrutura Textual	- Produção - Distribuição - Consumo - Contexto - Força - Coerência - Intertextualidade	- Ideologia (sentidos, pressuposições e metáforas) - Hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas)

Tabela 1 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional. Fonte: RESENDE; RAMALHO (2016).

Dentro da categoria de *texto*, conforme explicado por Fairclough (*op. cit.*), o *vocabulário* trata de palavras a nível individual e dos processos de lexicalização (i. e.,

significação) pelos quais elas passam em diferentes domínios de experiência e em momentos históricos. A *gramática* está relacionada a como as escolhas de palavras combinadas em frases e orações foram feitas pelo interlocutor; se esse usou voz ativa ou passiva, por exemplo, e o porquê da *coesão*, da ligação de tais orações e frases. A *estrutura textual*, por outro lado, compreende a arquitetura dos textos e os aspectos de planejamento em um nível superior, interessando, assim, ao analista, por exemplo, a ordem e o modo como os elementos são combinados para constituir uma reportagem.

Na categoria *prática discursiva*, deve-se dar atenção ao fato de que os textos englobam modos de *produção*, *distribuição* e *consumo* diversificados. Lira e Alves (2018) explicam que, no caso de um texto publicitário, não é possível que o(a) "produtor(a)" da campanha produza o material a partir de um processo que leve em conta apenas o individual; antes essa pessoa deve levar em consideração os olhares de seu público. Da mesma forma, de acordo com as autoras, os processos de consumo e distribuição são diversificados, no sentido de que os textos podem ser consumidos diferentemente, dependendo do contexto. Além disso, a disposição de interpretação desses é determinada pelo gênero discursivo, não sendo um anúncio publicitário interpretado da mesma forma que uma receita médica, por exemplo.

Ainda tratando da *prática discursiva*, a *força de um texto* está ligada à ação social que ele realiza: dar uma ordem, ameaçar, prometer, etc. No caso do *contexto*, esse tem influência sobre a interpretação do texto, pois oferece mapas mentais carregados de informações das realidades sociais, sendo essas entendidas a partir de interpretações política e ideologicamente investidas de formas particulares. A seguir, a *coerência* relaciona-se às inferências necessárias a uma leitura dotada de sentido e a *intertextualidade*, à articulação dos textos entre si, podendo ser dividida em duas: *intertextualidade manifesta*, que se apresenta no recorrer de textos específicos, e interdiscursividade ou *intertextualidade constitutiva*, ligada a convenções usadas em diferentes ordens do discurso. Nessa última situação, deve-se atentar para a combinação de elementos como gênero discursivo, estilo (conversacional, formal, argumentativo...), registros, entre outros.

Com relação à *prática social*, o discurso pode ser considerado como tal no sentido de que é ação historicamente situada e socialmente constituída. Esse tipo de prática abrange dimensões como orientação de viés econômico, político, cultural e ideológico e está intimamente relacionado aos conceitos de ideologia e hegemonia

(LIRA; ALVES, 2018), que serão discutidos na próxima seção, intitulada “Discurso e poder”.

2.1.3 Discurso e poder

Ao discutir a relação entre discurso e poder, o filósofo Pierre Bourdieu (1989) apresenta o conceito de *poder simbólico*, definido como “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização” (p. 14). Segundo o estudioso, esse poder exercido por meio do uso da linguagem torna possível “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (p. 14).

Outrossim, a pesquisa de Bourdieu (*ibid*.) revela que discursos que partem de pessoas as quais possuem maior capital simbólico tendem a ser aceitos como verdades inquestionáveis, algo que faz parte do *status quo*. Para ele, realidades pré-construídas por meio do discurso acabam por ficar como que inscritas nas coisas e no cérebro, passando, consequentemente, a ser percebidas como evidentes e perfeitamente naturais. Logo, devido à majoritária participação masculina em cargos de liderança no meio político, sedimentada por relações sócio-históricas, discursos como aqueles sobre a possível inaptidão das mulheres para cargos de representatividade, nesse meio, são entendidos como verdadeiros e, por isso, considerados algo natural.

Em *Language and Power* (1989), Norman Fairclough, igualmente, traz atenção a questões de poder e afirma que esse se manifesta de diversas formas, desde as mais explícitas (como através do exercício da força) até outras não tão claras, como no caso de pessoas serem privadas de terem direitos básicos de moradia e emprego, por exemplo. Com relação à linguagem, segundo o autor, também há uma ligação entre ela e questões de poder, devido a essa ter uma relação dialética com a sociedade, isto é, fenômenos linguísticos são fenômenos sociais e vice-versa.

Desse modo, toda vez que as pessoas se comunicam, o que elas dizem ou escrevem é determinado socialmente e, ao mesmo tempo, interfere no social. Por exemplo, situações formais, como um júri, são regradas por uma ordem do discurso, isto é, por convenções sociais, o que dificultaria que alguém, por exemplo, assediasse ou insultasse uma mulher, principalmente se ela estivesse em um cargo de poder no

momento. De modo diferente, em ambientes como os dos *sites* de redes sociais, em contextos em que são discutidas questões políticas, é mais provável que a situação aconteça devido a um menor regramento quanto a questões como polidez e em razão da menor exposição dos interagentes em comparação a uma interação face a face e da reduzida possibilidade de punição.

Quando se trata de discurso, sociedade e poder, há alguns conceitos que são essenciais à ADC, sendo que, entre eles, se pode mencionar com destaque o de *ideologia* e o de *hegemonia*, que serão discutidos nas subseções abaixo.

2.1.3.1 Ideologia

A noção de ideologia na perspectiva faircloughniana da ADC está calcada nos estudos de Voloshinov (1973) e do filósofo marxista Althusser (1971), ainda que com reservas, no último caso. Para Fairclough (2016 [1992], p. 122),

> Ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Ideologia, assim, pode ser entendida como significações ou construções da realidade que fazem parte das diferentes formas de práticas discursivas e que interferem diretamente nas relações de dominação, produzindo-as, reproduzindo-as ou, ainda, transformando-as. Entende-se, assim, que, para a Análise Crítica, nem toda a prática discursiva é ideológica, e sim aquelas que carregam significações capazes de manter ou de reestruturar as relações de poder (MAGALHÃES, 2001). Thompson (2011, p. 79), filósofo cujos estudos servem como parâmetro para a ADC, explica também o termo em questão, afirmando que ideologia deve ser entendida em termos dos modos como o sentido, mobilizado por forças simbólicas, serve para tanto estabelecer quanto sustentar relações de dominação.

Sobre a relação das ideologias com as práticas discursivas, Vieira e Macedo (2018) explicam que elas se relacionam com quem está falando, o que, para quem e com que finalidade, além de quais escolhas linguísticas estão sendo feitas na construção dos enunciados. Tais aspectos evidenciam que a comunicação não ocorre de modo ingênuo, mas que obedece a convenções relacionadas ao contexto de

interação e que há uma intencionalidade, que pode envolver a manutenção de relações hierárquicas de poder por meio de discursos que visam persuadir o interlocutor a aderir ou mesmo a reforçar algo em que já acreditava anteriormente. Isso pode ser observado em falas que apontam o gênero masculino como naturalmente mais preparado e propenso a ter sucesso na carreira política e em cargos de liderança, por exemplo.

No que concerne ao papel da ideologia em relações de dominação, entende-se que poder e ideologia são conceitos que não podem ser separados. Segundo Fairclough (1989), pressupostos ideológicos estão inseridos em convenções particulares, e essas convenções, por sua vez, dependem de relações de poder que as sustentam. Tais pressupostos são, portanto, um meio de legitimar relações sociais simplesmente pela repetição de determinadas formas de comportamento e tornam-se eficazes proporcionalmente à sua capacidade de atingirem o *status* de senso comum.

Outro aspecto importante em se tratando da noção de ideologia é como essa opera, isto é, como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Para Thompson (op. cit.), há, ao menos, cinco modos de operação da ideologia, sendo que essas maneiras podem se sobrepor. A primeira é a *legitimação,* em que as diferenças de poder são representadas como justas e dignas de apoio. Isso pode dar-se, entre outras formas, por meio de um processo de universalização, em que acordos benéficos a certo grupo de pessoas são apresentados como “para o bem de todos” e como se, para neles participar, bastasse apenas ter habilidade para alcançar o sucesso. Nesse caso, entende-se que a mídia tem a capacidade de servir aos interesses particulares de grupos religiosos, políticos e neoliberais, por exemplo, por apresentar os ideais desses como de interesse de toda a população do país (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Uma segunda maneira de operação da ideologia seria a *dissimulação*, em que a dominação é ocultada, negada ou obscurecida. A terceira é a *unificação*, que cria padronizações para um coletivo, como o caso do reconhecimento do Estado, de uma única língua nacional, em um contexto de grupos linguisticamente variados, e da criação de símbolos que representam um todo, como hinos e bandeiras. A seguir, há a *fragmentação*, que ocorre por segmentar indivíduos ou grupos potencialmente desafiadores àqueles dominantes, sendo os primeiros projetados como maus, perigosos ou ameaçadores. Por último, na *reificação*, determinadas situações são apresentadas como permanentes, sendo que tais representações podem ocorrer por

meio de um processo de naturalização, como no caso da divisão de trabalho entre homens e mulheres, em que esse passa a ser entendido como resultado de diferenças fisiológicas e de gênero, não tendo, principalmente, o feminino, a oportunidade de atuar em certas áreas.

Nesse contexto de operação da ideologia, é importante fazer algumas observações a respeito do papel dos sujeitos. No que se refere às suas práticas, esses nem sempre têm consciência da sua dimensão ideológica, devido ao potencial de automatização delas, podendo, inclusive, não haver plena consciência da significação ideológica de atos entendidos como de resistência. Quanto à posição de tais sujeitos, entende-se que esses estão em um equilíbrio entre ser um efeito da ideologia e ter uma posição de agência no sentido de buscar intervir e modificar o fluxo social, ainda que haja restrições de ordem física, econômica ou política (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018).

2.1.3.2 Hegemonia

O conceito de 'hegemonia' é essencial à corrente marxista associada a Antonio Gramsci (1971), sendo a política entendida por ele como uma luta hegemônica em que obter poder não depende do uso da força, mas de conquistar consentimento ou concordância de outros (FAIRCLOUGH, 2003). Para a Análise de Discurso Crítica, tal conceito, baseado nas ideias de Gramsci, é de grande importância, pois auxilia no entendimento de como as relações de poder se reproduzem, se reestruturam e desafiam a ideologia dominante. Para Fairclough (2016 [1992]), essa noção também é vital no sentido de que facilita o estabelecimento de um foco sobre a mudança social, através da reflexão sobre a realidade circundante.

Segundo o estudioso (*ibid*.),

> Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável [...] é um foco constante de lutas sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (p. 127).

Entende-se, portanto, a partir da afirmação do autor, que a hegemonia, compreendida como liderança e dominação nos níveis econômico, político, cultural e

ideológico, inclui o aspecto da instabilidade de poderes, abrindo caminhos para mudanças. Assim, o poder de uma das classes é atingido de modo parcial e temporário, e os agentes sociais são aqueles que, embora constrangidos socialmente pelos “poderes causais” de estruturas e práticas sociais, têm relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras e modificar práticas estabelecidas (RESENDE; RAMALHO, 2016).

Nesse contexto, conforme apontam Resende e Ramalho (*ibidem*), o discurso assume um papel fundamental, pois as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso, e porque a hegemonia de um grupo depende, de certo modo, de gerar práticas discursivas que lhe deem base. Destarte, é por meio das práticas discursivas que são naturalizados dizeres acerca do papel da mulher na sociedade, por exemplo, mas é também por meio delas que pode haver a desconstrução, ainda que em um processo longo e com restrições, desses significados que tendem a representar o gênero feminino como impróprio em certas esferas tipicamente masculinas, como a dos jogos de combate e a da política.

Outro aspecto importante na discussão sobre o conceito de hegemonia para a ADC é a ideia de consentimento, pois se entende que ela se reproduz e se mantém mais pelo consentimento do que pela dominação (FAIRCLOUGH, 2003). Gramsci (2002b), teórico que serve como base à ADC no que se refere a poder, explica tal aspecto por dizer que a hegemonia não reside em coerção pura e simples, visto que compreende o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta. Assim, ela se dá, na maior parte, pela construção de alianças e pela integração, envolvendo a naturalização de práticas; por isso, há ênfase na importância da ideologia quanto se trata da noção de hegemonia (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Sobre essa relação entre as noções de hegemonia e ideologia, Resende e Ramalho (*op. cit*.) explicam que o conceito de hegemonia revela o quanto a ideologia é importante no que diz respeito ao estabelecimento e à manutenção da dominação. Dessa maneira, é possível fazer tal afirmação, porque as hegemonias são relações fundamentadas mais no consenso do que na coerção, sendo, nesse caso, a naturalização de práticas e relações fundamental para que articulações baseadas no poder permaneçam. Ainda sobre a ligação entre essas duas noções essenciais à ADC, as autoras afirmam que as convenções do discurso tornam possível encerrar

ideologias naturalizadas, que, por sua vez, se transformam em um mecanismo eficaz de preservação de hegemonias.

2.2 Discurso Político

Segundo Wodak (2009a), analista crítica do discurso, as abordagens de Aristóteles e Maquiavel podem ser consideradas as bases primárias para o significado do que é política – ética e moral, a partir da primeira perspectiva; violência e hegemonia de acordo com a segunda. Chilton (2004) ratifica o que é dito por Wodak (*op*. *cit*.) sobre essas serem as duas vertentes que embasam de modo explícito ou não os estudos tradicionais de política e de análise de discurso político.

O linguista também reforça as características de tais linhas de pensamento por explicar que, na visão aristotélica, política é entendida como cooperação e, logo, como um meio que a sociedade tem de resolver conflitos de interesse sobre questões financeiras, relativas à liberdade etc. Por outro lado, na perspectiva maquiavélica, política é definida como uma luta entre aqueles que almejam reafirmar e manter o seu poder e entre os que buscam resistir à forma corrente de exercício dele.

Levando essas duas grandes visões em conta, o entendimento do termo em questão pode variar de acordo com a situação e determinados objetivos. Bochett *et al*. (2017) propõem pensar a noção de política como algo que envolve tanto a busca pelo poder e pelo exercício dele quanto à questão da cooperação e do bem-estar social de uma população, de acordo com normas e leis vigentes.

Nesse contexto de discussão sobre política, o uso da linguagem também desempenha um papel fundamental, visto a atividade política não existir sem ela (CHILTON, 2004). Conforme aponta Dunmire (2012), com a virada linguística, isto é, a consideração da importância de aspectos discursivos nos estudos das Ciências Sociais, os fenômenos políticos passaram a ser examinados a partir de novas lentes, e os feitos dessa esfera, a ser entendidos como construídos discursivamente. Desse modo, a pesquisadora frisa que, a partir de então, é vital que os cientistas políticos tenham como foco as maneiras como o uso da língua contribui para o alcance e a manutenção do poder.

Em meio à maior atenção ao papel de questões linguísticas pelas Ciências Sociais, ganham proeminência termos como *discurso político* e *Análise de Discurso Político* (ADP). Segundo Fairclough e Fairclough (2012), o discurso político é

principalmente “uma forma de argumentação e, envolvendo mais especificamente a argumentação prática, a argumentação a favor ou contra maneiras particulares de agir, argumentação que pode fundamentar uma decisão”[2] (p. 2). A partir de tal afirmação, os autores explicam que os agentes, *i.e*., os políticos, levariam em consideração razões a favor e contra determinada decisão e, então, deliberariam sobre possibilidades de ação a partir de seus valores e crenças. Além disso, eles acrescentam sobre a noção de discurso político; que essa não é unicamente sobre argumentos, mas que esses assumem um papel central, visto que a política envolve fundamentalmente tomar decisões sobre como agir em relação a determinadas circunstâncias e objetivos e que tais decisões têm como base argumentação prática ou “deliberação”, termo usado por Aristóteles em *A ética de Nicômaco*, segundo os estudiosos em questão.

Com relação à ADP, Fairclough e Fairclough (*ibid*.) afirmam que essa deve estar centrada na análise de argumentações práticas e que a análise de textos deve ter como foco não características isoladas do mesmo, mas, antes, aspectos desse como um todo. Além do mais, para os autores, a pesquisa tem de considerar como os discursos, enquanto maneiras de representar, levam os agentes a decisões.

Teun van Dijk, embora faça Análise Crítica do Discurso a partir de outra abordagem, a cognitiva, também traz atenção à argumentação e ao aspecto deliberativo do discurso político. Segundo ele,

> O discurso político não é principalmente definido pelo tópico ou pelo estilo, mas antes por quem fala com quem, como, em que ocasião e com que objetivos. Em outras palavras, o discurso político é especialmente político devido a suas funções no processo político (2018, p. 221-222).

Entende-se que, para o linguista, assim como para a análise faircloughniana, os aspectos contextuais são vitais à noção de discurso político juntamente ao aspecto funcional do que é dito pelos atores. Sobre isso, van Dijk (1997) explica que contexto e funcionalidade são complementares no sentido de que uma conversa de parlamentares no Parlamento não é necessariamente política, mas que essa precisa cumprir um papel dentro de um determinado debate relativo a questões governamentais ou legislativas, como no caso de discussões sobre taxas a serem

[2] Tradução da autora para: “... a form of argumentation, and as involving more specifically *practical* argumentation, argumentation for and against particular ways of acting, argumentation that can ground decision”.

impostas ou não, ou ainda precisa ser constitutivo de propaganda eleitoral ou partidária.

O discurso “funcional”, conforme esclarecido pelo estudioso, não necessariamente deve fazer parte da administração oficial (legislação, governo, aspectos burocráticos etc.), mas pode se tratar de algo mais amplo que indiretamente tem uma função importante no processo político, como o caso de tentativas de apoio nesse contexto ou de angariação de votos por meio de propaganda partidária, isto é, textos que influenciam a opinião pública. Contudo, o autor, ao tratar sobre o tema, alerta para o fato de que praticamente todo texto e interação, indiretamente, têm consequências sociopolíticas, e que, portanto, os critérios usados na sua pesquisa para definir o que seria funcional e, consequentemente, discurso político teriam um aspecto, em certa medida, arbitrário.

Além da menção de van Dijk (ibid.) sobre as limitações em definir o que pode ser entendido como discurso político, Wilson (2001) também aborda essa problemática e afirma que, devido ao entendimento de que todo o discurso é intrinsecamente político, qualquer análise de discurso, por conseguinte, passa a ser entendida como política. Por essa razão, o pesquisador alerta para o fato de que, para fins de delimitação de estudo, apesar de limitações e espaço para outras discussões, seria possível, então, pensar no conceito em questão, a partir da acepção de Graber (1981), como algo que compreende contextos e atores políticos, sendo entre esses considerados aqueles filiados a partidos, governantes, apoiadores que operam a fim de alcançar objetivos políticos, entre outros.

Bochett *et al*. (*op*. *cit*.) discutem as diferentes visões sobre o que é discurso político dentro do escopo da ADC e sugerem, levando em conta os pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional, uma abordagem tripartida, que inclui Discurso Político (DP), Discurso do Político (DDP) e Discurso sobre Política (DSP), conforme pode ser observado na imagem a seguir.

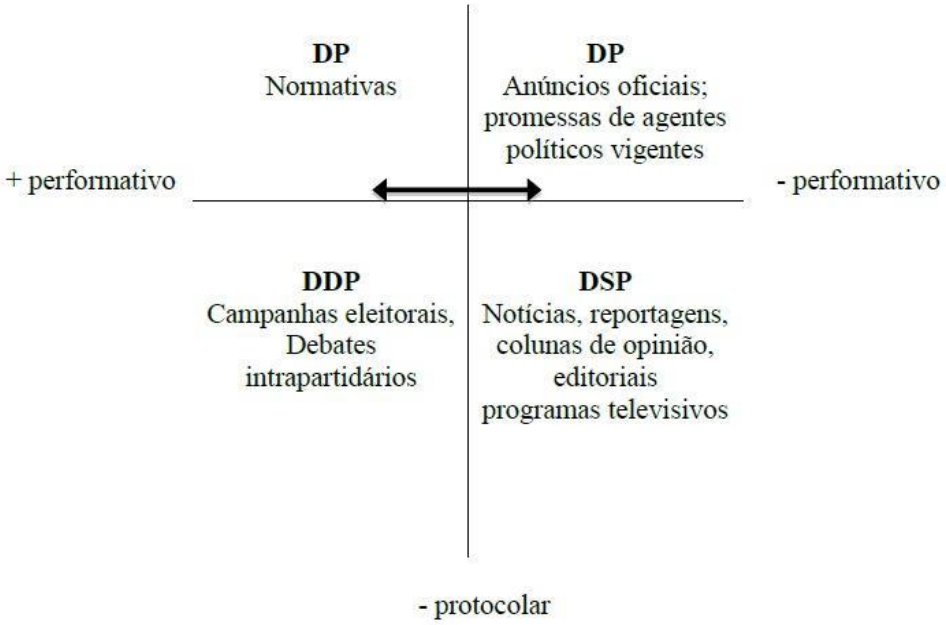


Figura 2- Práticas discursivas localizadas na topologia do discurso político. Fonte: Bochett *et al*. (2017).

O DP consiste naquele empregado por agentes políticos dotados de legitimidade e poder de legislar e estabelecer as regras que regem determinado local. Esse discurso, conforme explicado pelos estudiosos, teria alto ou médio nível de formalidade e, dependendo da situação comunicativa, poderia ir de um baixo a alto nível de performatividade. Desse modo, fariam parte desse escopo desde promessas de ações políticas que ainda não foram regulamentadas (discurso de menor performatividade) até registros de discursos políticos produzidos em debates, em sessões parlamentares, esferas institucionais do fazer político que se transformam em leis e normas a serem instituídas (discurso de maior performatividade, *i.e*., tem maior poder de mudança, ação social).

O DDP, por outro lado, seria de menor formalidade e também teria um aspecto performático. Nesse caso, são levados em conta debates partidários, documentos de partidos que apresentam propostas de governo e agenda de compromissos. Estão incluídas também as coligações feitas entre partidos públicos, sendo que essas, em contextos institucionais, podem apresentar alto caráter de performatividade devido a decisões de alianças políticas terem grande potencial de normatização.

Com relação ao DSP, esse é considerado pelos autores como de baixa performatividade e como, de modo geral, sendo menos protocolar. Nesse caso, estaria incluído o discurso que circula na esfera pública, como, por exemplo, os textos

midiáticos sobre política, como notícias, reportagens, colunas de opinião, editoriais, falas de programas televisivos e, inclusive, conversas informais entre eleitores.

A partir do levantamento teórico e das diferentes perspectivas abordadas, entende-se, neste trabalho, que todo discurso tem um caráter político (GRABER; 1981; REISIGL, 2008) e que a própria ADC, consequentemente, pode ser entendida como um empreendimento político, que visa revelar injustiças sociais e debater maneiras, ainda que, em certos casos, incipientes, de intervir nessas realidades (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]). No entanto, para fins de delimitação de estudos, é proposta, neste trabalho, uma noção semelhante à de Bochett *et al.* (2017), porém aqui dividida em dois aspectos, a fim de analisar publicações com discussões sobre política e, nesse contexto, a participação feminina em cargos de liderança.

O *discurso político,* desse modo, na presente pesquisa, é entendido tanto como aquele que objetiva a busca de poder e a manutenção do mesmo quanto o que busca a resolução de conflitos de interesses em um espaço geográfico específico (CHILTON, 2004; WODAK, 2009). Quanto à sua manifestação, serão considerados registros escritos e orais de políticos em que o interesse destes é atingir objetivos específicos dentro da sua esfera de trabalho (GRABER, 1981; WILSON, 2001), como a deliberação sobre temas de interesse da sociedade (legislação e normas de conduta, por exemplo) (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). São incluídos nesses objetivos também aqueles que têm importância no processo eleitoral (VAN DIJK, 1997; WODAK, *op. cit.*), como a argumentação a favor de votos em campanhas, debates e os acordos institucionais entre partidos etc.

No que se refere ao *discurso sobre política*, é adotada a mesma posição de Bochett *et al.* (*op. cit.*), a qual inclui discursos encontrados na esfera pública, como aqueles que fazem parte dos gêneros textuais jornalísticos (notícias, reportagens, colunas de opinião), discussões entre eleitores em programas televisivos e radiofônicos e também conversas entre eleitores informais que, nesta pesquisa, incluem *posts* de cidadãos não pertencentes ao meio político sobre questões relativas ao tema e comentários nessas publicações.

1.1 Redes Sociais

Apesar da recente popularização do termo “redes sociais” para se referir às conexões entre as pessoas que se formam através da comunicação mediada por

computador, o estudo de tais redes não é algo novo. Segundo Recuero (2009), o matemático Leonard Euler, um dos grandes gênios de sua época, em 1736, usou pela primeira vez a metáfora da rede em um artigo sobre o enigma das pontes de Königsberg. O objetivo do estudioso era comprovar que não era possível cruzar as sete pontes da cidade sem repetir um caminho e, para isso, ele criou um grafo em que cada círculo (o nó) representava uma parte da cidade e as conexões entre esses (as arestas) estavam relacionadas às pontes do local. A partir de então, portanto, foi criado o primeiro teorema da *teoria dos grafos*.

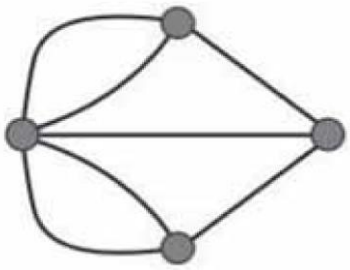


Figura 3 - Teorema de Euler sobre a cidade de Konisberg. Fonte: Recuero (*op. cit*.).

Com o passar dos anos, tal conceito de Euler passa a ser apropriado por pesquisadores de diferentes áreas a fim de investigar fenômenos próprios do seu escopo de investigação, sendo as ciências sociais uma delas. Enquanto que, em séculos anteriores, os cientistas dedicavam-se a desenvolver análises baseadas no método analítico-cartesiano, estudando as partes de um fenômeno de um modo detalhado para entender o todo, no século XX, há um crescente número de estudos que passam a ter como foco o seu fenômeno como formado pela interação entre as partes.

Dentro dessa perspectiva, a teoria dos grafos e suas implicações receberam atenção nas ciências sociais e estudos, principalmente, de viés empírico, deram origem à *Análise Estrutural de Redes Sociais*, de autores como Degenne e Forsé (1999), entre outros. Para essas abordagens, o que importava era a observação de grupos de indivíduos na qualidade de rede social e extrair propriedades de aspecto estrutural e funcional da observação empírica. Tais estudos de rede passaram a receber atenção renovada com os trabalhos de Barabási (2003), Watts (2003) e Barry Wellman (2001; 2002; 2002b, dentre outros), sendo o último um dos nomes mais proeminentes quando se trata de redes sociais no ciberespaço.

Entre outros nomes que merecem destaque nesse contexto de estudo de redes sociais e que definem o conceito, pode-se mencionar Caroline Haythornthwaite (2005). De acordo com a estudiosa,

> Um tipo de troca ou interação é compreendido como uma relação em uma rede social, e pares que mantêm um ou mais tipos de relações mantêm um laço [...] Tais redes revelam como recursos fluem e circulam entre esses indivíduos, e quais subconjuntos ou cliques [grupos de pessoas com os mesmos interesses] estão mais conectados que outros" (p. 127)[3].

Haythornthwaite (2005) ainda explica que, ao considerar redes sociais, o fator é a interação entre as pessoas em vez de o que as pessoas pensam ou fazem em sua individualidade. No que se refere aos usos da *Internet*, há uma preocupação na interação de um indivíduo com outros e não naquela que envolve o contato do humano com a máquina. Logo, segundo a pesquisadora, a observação do que os atores dizem uns aos outros serve como uma unidade ideal de investigação, que possibilita compreender o que favorece o trabalho e a aprendizagem, assim como revela questões importantes em grupos que não seriam evidentes ao considerar agregados de comportamentos individuais.

Ainda sobre o assunto em questão, Garton, Haythornthwaite e Wellman (1999) afirmam que redes sociais se fundam em "um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por um conjunto de relações sociais, tais como de amizade, entre colegas de trabalho, ou de trocas de informação" (p. 1)[4]. Desse modo, busca-se, em grupos de pessoas voltadas a manter seus laços de amizade ou ligadas a fim de discutir questões pertinentes a temas como trabalho, política, direitos humanos etc., compreender padrões em tais redes, assim como os efeitos que elas e as relações estabelecidas nelas têm nas pessoas e nas organizações.

2.4 *Sites* de redes sociais

[3] Tradução da autora para: "A type of exchange or interaction is known as a social network relation, and pairs who maintain one or more types of relations are said to maintain a tie [...] Such networks reveal how resources flow and circulate among these individuals, and what subsets or cliques of individuals are more connected than others".

[4] Tradução da autora para: "[…] a set of people (or organizations or other social entities) connected by a set of social relationships, such as friendship, co-working, or information exchange".

Embora o termo ‘redes sociais’ seja largamente usado como sinônimo para tratar do *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, entre outros, pode-se entender, segundo a pesquisa de Recuero (2009; 2019 *on line*), que há uma diferença entre a famigerada noção de *redes sociais* e aquilo que se chama de *sites de redes sociais* (SRS). A fim de esclarecer a diferença entre tais conceitos, a autora explica em sua obra “Redes Sociais na Internet” (2009) que eles não têm exatamente o mesmo significado, pois os SRS (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter* etc.), na verdade, são os espaços que permitem que as redes sociais sejam expressas na *internet*, isto é, que seja possível fazer conexões entre diferentes atores no ciberespaço.

Recuero (*ibid*.) também explica que, ainda que os SRS atuem como um suporte para as interações que farão parte das redes sociais, eles são apenas sistemas e que o fator que realmente constitui essas redes são os atores que as utilizam e se apropriam delas. Assim, os *sites* de redes sociais têm como foco expor e tornar públicas as redes conectadas aos atores por meio de perfis e espaços específicos.

Danah Boyd (2008, p. 1), também estudiosa dos SRS e de fenômenos relacionados a eles, esclarece o que são *sites* de redes sociais da seguinte maneira:

> We define social network *sites* as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system[5].

Desse modo, de acordo com a pesquisadora, os *sites* de redes sociais são ferramentas que permitem que seja criado um perfil público, cujas conexões com outros usuários se tornam públicas por meio de uma lista de “amigos” ou “seguidores”. Boyd (2010) traz mais esclarecimentos acerca de tal definição e afirma que, mesmo as funcionalidades e as características variando de um SRS para outro, há quatro delas que merecem destaque, pois exercem um importante papel na construção de tais *sites* e dos públicos em redes.

O primeiro aspecto constitutivo dos *sites* de redes sociais, segundo a estudiosa, é o *perfil*. Conforme explica Recuero (2014), um perfil pode ser entendido como uma

[5] Tradução da autora: “Nós definimos *sites* de redes sociais como serviços que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro dos limites de um sistema, (2) possuir uma lista com o perfil de outros usuários com quem se compartilha uma conexão e (3) visualizar a própria lista de conexões e aquelas feitas por outros membros do sistema”.

representação do *self* nos termos de Goffman (1967), isto é, os atores constroem cuidadosamente espaços pessoais virtualizados em que buscam, através de pequenas pistas, dar uma boa impressão para a possível audiência. Lima (2009) também, tratando das autorrepresentações no ciberespaço, afirma que a construção dessas "ciberidentidades" se dá a partir das relações sociais mantidas tanto dentro quanto fora dos ambientes *on-line* e em um *continuum* de identificação com diferentes identidades, posições de sujeito e papéis sociais de que a pessoa pode se apropriar de modo fragmentado.

Sobre esse aspecto da fragmentação, típico da pós-modernidade, Lima (*op. cit.*) acrescenta que há, nos ambientes virtuais, a possibilidade de experimentar com diferentes identidades e, inclusive, de criar perfis *fakes* por meio de uma reconstrução completa da imagem do usuário. Entende-se, neste trabalho, que essa alternativa, associada à já frequente típica distância física entre os indivíduos na CMC, cria nesses ambientes espaços para que as pessoas por trás desses perfis emitam opiniões polêmicas e contrárias ao esperado com mais facilidade. Um exemplo seria alguém se posicionar de modo preconceituoso com relação à participação feminina na política em uma página que defende esse direito. Os danos à imagem profissional dessa pessoa, entre outras questões, passam a ser muito menores se comparados à exposição dela mostrando seus dados reais.

O segundo aspecto constitutivo dos *sites* de redes sociais, para Boyd (2010), é a *lista de amigos* ou seguidores, na qual os participantes articulam com quem desejam se conectar e confirmar laços. De acordo com a autora, a lista de amigos tem um caráter tanto social quanto político no sentido de que os participantes precisam considerar as implicações de rejeitar alguém assim como os benefícios de incluir essa pessoa. O terceiro aspecto considera as *ferramentas de comunicação* proporcionadas pelos SRS, como o caso dos comentários, os quais permitem aos usuários interagir uns com os outros e expressar suas opiniões a respeito do que leem, assistem ou escutam.

O quarto aspecto salientado por Boyd (*op. cit.*) está relacionado às *atualizações.* Essas são propriedades dos *sites* de redes sociais que permitem o compartilhamento de informações, como no caso do *feed* de notícias do *Instagram*, e a consequente possível visualização do que é publicado pelos amigos/seguidores e por páginas de interesse. Segundo a estudiosa, esse recurso possibilita que se tenha acesso ao que é construído por aqueles que fazem parte da lista de amigos de um

determinado usuário e que haja percepção daqueles que fazem parte da rede de um participante.

Boyd (2010) traz atenção para outra questão importante relacionada aos SRS. De acordo com a autora, os conteúdos dos públicos em rede são feitos de *bits,* sendo esses de mais fácil armazenamento, distribuição e busca em relação ao que ocorre com informações feitas de átomos, como no caso daquelas que estão registradas em papéis. A partir dessas particularidades dos *bits*, emergem quatro propriedades que desempenham um papel fundamental nesses públicos em redes: a *persistência*, a *buscabilidade*, a *replicabilidade* e a *escalabilidade*.

A *persistência* está relacionada à gravação e ao arquivamento das informações publicadas e das trocas realizadas em ambientes de comunicação *on-line*, sendo essa propriedade essencial para a comunicação assíncrona, pois possibilita que o usuário possa ter acesso à mensagem recebida quando tiver disponibilidade para isso. A *buscabilidade* consiste na possibilidade de buscar por conteúdos *on-line* por meio de ferramentas destinadas a esse fim, como o caso do espaço para busca disponibilizado pelo Instagram, que torna possível encontrar usuários da rede, páginas sobre assuntos diversos, *hashtags* etc.

A respeito dessas duas primeiras propriedades, Giglietto e Rossi (2012) explicam que elas estão interligadas, pois a existência da buscabilidade se deve à persistência das informações armazenadas em *bits*. Especificamente, a respeito da buscabilidade, os autores afirmam que ela proporciona uma fonte de pesquisa importante para a análise de fenômenos sociológicos, já que,por meio do acesso a bases de dados com grande quantidade de informações, é possível o estudo de aspectos como criatividade, engajamento cívico e participação política.

A *replicabilidade* é a possibilidade de duplicar textos, imagens, vídeos etc. por meio do compartilhamento com outros usuários da rede, inclusive, alterando as características originais do arquivo. A última propriedade – a *escalabilidade* – aponta para o potencial de visibilidade dos conteúdos dos públicos em redes.

2.4.1 Laços Sociais

As relações sociais, inclusive aquelas criadas e/ou mantidas por meio da comunicação *on-line*, tem o importante papel de atuar na construção de laços sociais, sendo esses entendidos como a efetiva conexão existente entre os atores que fazem

parte da interação. A respeito desse tema, Wellman (2001, p. 7 *apud* RECUERO, 2009) explica que "laços consistem em uma ou mais relações específicas, tais como proximidade, contato frequente, fluxos de informação, conflito ou suporte emocional". A partir de tal afirmação, é possível compreender que os laços sociais resultam da sedimentação das relações entre os agentes, sendo constituídos no tempo através da interação social (RECUERO, 2009).

De acordo com Haythornthwaite (2005), os laços podem ser considerados de acordo com sua força, variando de fracos a fortes, dependendo de fatores como: os tipos de trocas, frequência de contato, intimidade, duração de relação etc. Os laços fortes são aqueles que envolvem intimidade, proximidade e intenção de que a conexão seja mantida. Por outro lado, com os laços fracos acontece o oposto, pois eles são baseados em relações esparsas em que há pouco contato entre os indivíduos, como, por exemplo, no caso de pessoas que fazem parte de um determinado grupo de trabalho ou de estudos *on-line* e que, esporadicamente, trocam mensagens a fim de compartilhar e resolver dúvidas, sem manter, assim, uma relação de amizade.

A tabela abaixo, proposta por Haythornthwaite (*op. cit*., p. 128), ilustra a diferença entre os laços no que se refere à força dos mesmos, conforme pode ser observado na tabela 2, abaixo:

Laços fracos	**Laços fortes**
- Conhecidos, contatos casuais. - Os atores, de modo geral, apresentam características distintas uns dos outros. - Circulam em diferentes círculos sociais.	- Amigos, amigos próximos, colegas de trabalho, de time etc. - Os atores compartilham de características similares. - Circulam nos mesmos espaços. - Experiências e recursos vindos dos mesmos meios.
Recursos e trocas de informações	
- Trocas com pouca frequência, de caráter, primordialmente, instrumental.	Contato frequente, múltiplos tipos: emocional, assim como, instrumental.

- Pouca motivação para compartilhar informações.	- Alto nível de intimidade, autoexposição, reciprocidade nas interações.
Força dos laços	
- Força dos laços fracos: experiência, informações, atitudes, recursos e contatos são provenientes de esferas sociais diversas.	- Força dos laços fortes: grande motivação para compartilhar os recursos disponíveis.

Tabela 2 – Diferenças associadas à força dos laços (HAYTHORNTHWAITE, 2005, p. 128) Tradução da autora

A partir das informações apresentadas na tabela 2 e do trabalho de Garton, Haythornthwaite e Wellmann (2006), compreende-se que pessoas que mantêm laços fortes, devido à sua relação mais próxima e íntima, costumam ter mais motivação para compartilhar informações, porém tais recursos acabam sendo limitados, pois tais pessoas circulam nos mesmos espaços (trabalho, clube, igreja etc.). Em contrapartida, embora nas relações constituídas por laços fracos haja menos probabilidade de partilhar recursos, esses saberes tendem a ser mais variados em razão de cada pessoa operar em diferentes redes sociais e ter acesso a conhecimentos distintos. Esse aspecto, segundo Granovetter (1973), é positivo e vem a ser o que dá força aos laços fracos, porque indivíduos com poucos laços fracos são privados de informações de partes distantes de suas relações sociais e acabam por ficar isolados das últimas ideias e tendências.

Além dos laços fracos e fortes, há também os multiplexos, em que os indivíduos mantêm diferentes tipos de relações sociais, como no caso de colegas de trabalho ou de estudos, os quais, além do contato nesses meios, interagem em situações de lazer e mantêm contato por meio de múltiplas mídias sociais[6] para discutir temas de interesse (política, esportes, música etc.). Essas interações em espaços e sistemas diversos fazem com que os laços multiplexos tenham uma relação estreita com os fortes, pois eles costumam ser multiplexos (RECUERO, 2009).

[6] O conceito de mídia social compreende o uso dos *sites* de rede social para conversação e espalhamento de informações, onde a estrutura dos grupos e das conexões *on-line* permite dar visibilidade a determinados temas, silenciar outros, fazer circular algumas ideias em pequenos grupos e outras em grandes. A mídia social, portanto, envolve, assim, as conversações decorrentes da apropriação de plataformas pelas redes sociais, que modificam os modos de circulação de informações (RECUERO, 2018; 2019).

Os laços ainda podem ser divididos em relacionais/dialógicos e associativos. De acordo com Recuero (2009), os relacionais são aqueles constituídos pelas relações sociais e que podem acontecer somente por meio da interação entre os atores de uma rede social, envolvendo, portanto, participação ativa dos mesmos. Por outro lado, os associativos são formados através do pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo, independentemente da interação dela com os demais pertencentes a ele. Podem ser considerados exemplos de laços associativos o fato de uma pessoa adicionar outra no Facebook, entrar em algum grupo ou trocar *links*. Enfim, não há necessidade de esforço significativo por parte dos interagentes devido à ligação entre eles ser mantida pelo sistema.

Ainda é importante frisar que os laços sociais não são fáceis de ser percebidos na internet, sendo necessária, portanto, a observação sistemática da estrutura e do sentido das interações e a compreensão de elementos, como grau de intimidade entre os interagentes e de outras informações que auxiliam na compreensão da força dos laços (RECUERO, 2005).

2.4.2 Capital social

A partir de análise de noções apresentadas por Bourdieu (1983), Coleman (1988) e Putnam (2000), Recuero (2009) propõe uma definição do capital social voltada, principalmente, aos estudos sobre a interação mediada por computador que, de acordo com seus estudos, parece ser a mais adequada a esse contexto, pois compreende o caráter estrutural do capital social, a capacidade de se transformar de acordo com os interesses dos atores e o conceito de reciprocidade. Segundo a autora, o capital social é

> um *conjunto de recursos* de um determinado grupo (recursos variados e dependentes de sua função, como afirma Coleman) que pode ser usufruído por todos os membros do grupo, ainda que individualmente, e que está baseado na reciprocidade (de acordo com Putnam). Ele está embutido nas relações sociais (como explica Bourdieu) e é determinado pelo conteúdo delas (Gyarmati & Kyte, 2004; Bertolini & Bravo, 2001). Portanto, para que se estude o capital social dessas redes, é preciso estudar não apenas suas relações, mas, igualmente, o conteúdo das mensagens que são trocadas através delas (p. 50).

Infere-se, por conseguinte, que o conceito de capital social está associado a um conjunto de recursos coletivos de uma rede de atores sociais (RECUERO; ZAGO,

2009). Embora haja diversas concepções acerca do termo em questão, é consenso teórico que as relações e os recursos são os principais elementos do capital social, sendo que o segundo acaba por ser mobilizado para atingir determinados interesses, como obter popularidade e confiança em um determinado grupo (NEVES, 2013).

Assim, há diferentes tipos de capital, que variam segundo os interesses dos atores inseridos nas redes sociais, inclusive, naquelas formadas na internet. Nesse sentido, Bertolini e Bravo (2001) propõem uma classificação que compreende cinco categorias que incluem elementos aos quais os atores têm acesso. A primeira delas é a *relacional*, formada pela soma de conexões, laços e trocas que liga os indivíduos em um dado contexto de referência. A segunda, denominada *normativa*, compreende as regras e as normas de comportamento internalizadas pelos atores; portanto, não são dadas, normalmente, de modo explícito. A categoria *cognitiva*, terceira listada por Bertolini e Bravo (*op. cit.*), consiste nos conhecimentos compartilhados com outros membros do grupo a fim de auxiliar na solução de problemas que um ator específico ou o grupo como um todo possa ter. A seguir, a *confiança no ambiente social* diz respeito à convicção de que os outros membros terão um determinado comportamento, o que, por sua vez, diminui incertezas e potencializa a possibilidade de cooperação. A última categoria, referida como *institucional*, inclui instituições formais e informais, isto é, grupos em que há a formação de regras de interação social que, quando funcionam de modo eficiente, diminuem incertezas entre aqueles que fazem parte da rede social e incentivam a colaboração.

Bertolini e Bravo (*op. cit*.) ainda dividem as categorias supracitadas em dois grupos – capital social de primeiro nível (CS1) e capital social de segundo nível (SC2). Conforme explica Recuero (2009), o CS1 tem um caráter mais individual e varia de acordo com cada pessoa, compreendendo o aspecto relacional, o normativo e o cognitivo. Em contrapartida, o CS2 inclui elementos que podem ser somente desfrutados pela coletividade, como a confiança no ambiente social e a presença das instituições.

No entanto, apesar da divisão em dois grupos, Bertolini e Bravo (*op. cit*.) esclarecem que os dois níveis de capital têm uma relação de reciprocidade em que aspectos de um nível beneficiam o outro. Os autores apresentam como exemplo o fato de elementos que constituem o primeiro nível contribuírem para a consolidação de valores essenciais para o coletivo, como o aspecto cognitivo, em que um ator que tem conhecimento sobre determinados assuntos de interesse do grupo pode

compartilhar tais informações com os demais e beneficiar o todo. Da mesma maneira, o capital de primeiro nível sofre influência do segundo no sentido de que, quando o grupo incentiva os atores envolvidos em ações que resultam para o bem do coletivo, esses indivíduos acabam sentindo-se mais motivados a buscar recursos que resultam no benefício de todos (BERTOLINI E BRAVO, 2001).

Com relação ao conceito de capital social e suas manifestações em *sites* de redes sociais, a pesquisa de Recuero e Zago (2009) revela, a partir de análise de dados de interações no *Twitter*, que um dos valores observados com mais frequência foi o acesso à informação. Com relação aos conteúdos compartilhados com outros usuários, havia a preocupação por parte dos envolvidos na investigação em publicar conteúdos relevantes, que, por sua vez, contribuiriam para potencializar outro tipo de capital – a reputação ou, em outras palavras, as impressões construídas pelos demais atores. A busca pela reputação, por sua vez, influencia na popularidade, representada pelo número de seguidores que alguém tem, no caso do *Twitter,* dando mais visibilidade aos envolvidos. Recuero (2012) explica que outra ferramenta como o *Facebook* pode envolver a construção de outro valor, como a construção e a legitimação de uma identidade na medida em que os outros atores reconhecem a presença de um indivíduo. Logo, no momento que alguém envia uma mensagem a um perfil no *Facebook*, entre outras ações, ocorre a legitimação daquele ator como um nó na rede.

2.5 Plataformas digitais

É importante frisar que, conforme Recuero, em “Mídia Social, plataforma digital, *site* de rede social ou rede social? Não é tudo a mesma coisa?” (2019, *on-line)*, com o advento de aplicativos e ferramentas móveis, passa-se não mais a pensar somente em *sites* (com estrutura web, construídos e mantidos nela), mas em elementos como imediatismo e ubiquidade, características dessas ferramentas móveis. Assim, termos como “redes sociais” e “*sites* de redes sociais” continuam tendo grande importância nas pesquisas com dados encontrados *on-line* ao dar ênfase a aspectos interacionais. Contudo, devido à fluidez no que se refere às modificações nas tecnologias voltadas à comunicação, os termos supracitados não abarcam aspectos fundamentais que interferem na experiência do usuário, como aqueles computacionais, econômicos e

políticos da conectividade *on-line* e que são alvo de pesquisa dos estudos de plataforma (D'ANDREA, 2020).

Em termos computacionais, Evans, Hagiu e Schmalensee's (2006, p. 7 *apud* HELMOND, 2005, p. 3-4) definem plataformas como "um programa de *software* que disponibiliza serviços a outros programas de *software* por meio de Interfaces de Programas de Aplicação (APIs)"[7]. Assim, Helmond (2005) explica que, a fim de tornar-se uma plataforma de programas de *software*, os *sites* precisam de um API, uma interface que facilita a troca de dados entre aplicações e que também permite a criação de outras novas aplicações.

De acordo com Helmond (*ibid*.), levando em consideração aspectos técnicos, o *Facebook*, por exemplo, passa a ser considerado uma plataforma, pois oferece um API que pode ser usado por desenvolvedores para criar novos serviços, assim como para integrar *sites* e aplicativos às funcionalidades do próprio *Facebook*. O *Tinder*[8] é um exemplo de um aplicativo que foi construído sobre a plataforma do Facebook, requerendo que usuários estejam logados nesse serviço, permitindo, assim, que esses usem funcionalidades próprias da plataforma em questão, como as curtidas. Segundo a autora, as plataformas podem ter duas interfaces diferentes: uma para consumo humano (Facebook.com, p. ex.) e uma interface para o "consumo da máquina", que faz com que o *site* seja programável e que dá acesso a informações e a funcionalidades dele. Logo, considerando questões estruturais, para a estudiosa, os APIs estariam no centro da mudança do termo *sites* de redes sociais para plataformas de redes sociais e seriam um objeto chave de investigação devido às consequências resultantes dessa programabilidade.

Ainda, sobre a definição de plataforma e o que a diferencia tecnicamente da noção de redes sociais, Gonçalves (2020) esclarece que plataformas são infraestruturas cujo objetivo é fazer o controle e o dimensionamento do fluxo de dados de acordo com modelos de negócios particulares. Diferentemente do que ocorria com os modelos estruturados na web, passa a haver a modulação das práticas e das relações dos usuários por meio da coleta sistemática de dados e da personalização de serviços, baseados em "monitoramentos" e prognósticos comportamentais.

---

[7] Tradução da autora para: "a software program that makes services available to other software programs through Application Programming Interfaces (APIs)".

[8] https://tinder.com/?lang=pt. Acesso em 22 fev. 2021.

Desse modo, novamente, tendo-se o Facebook como exemplo, a linha do tempo (publicações que aparecem quando alguém abre a plataforma no computador ou através do aplicativo em dispositivos móveis) é personalizada conforme as experiências do usuários, isto é, propagandas e novas páginas são exibidas de acordo com os dados coletados pela plataforma. Em questão de discussões e debates, há a tendência de aparecerem mais notificações e publicações na linha do tempo sobre temas com os quais o usuário do serviço simpatiza. Logo, postagens a favor da igualdade de gênero e de oportunidades a todos tendem a não aparecer de modo contínuo a quem não concorda com a causa.

Com relação ao surgimento das plataformas, Mintz (2019) afirma que a emergência dessas se deu de modo mais característico em meados da primeira década dos anos 2000 juntamente a serviços como o *Facebook*, em 2004, *Youtube*[9], em 2005, e com o *Twitter*, em 2006. Antes disso, a internet era composta, em maior parte, por *sites* com conteúdo próprio e por contas de usuário cujo objetivo principal era restringir o acesso a assinantes. O *e-mail* também era frequentemente um serviço pago e, caso alguém quisesse publicar algo, era preciso criar uma *homepage* ou blog, serviço inicialmente rudimentar, segundo o pesquisador. As plataformas, por outro lado, têm como foco as interações entre seus usuários e o acesso individualizado desses, para não somente proteger a identidade dos mesmos, mas, igualmente, de coletar dados e criar perfis de consumo, a fim de gerar publicidade direcionada.

Tratando de elementos característicos das plataformas, como os acima mencionados, d'Andrea (2020) destaca cinco dimensões que compõem as plataformas. No primeiro item, *datificação e algoritmos,* propõe-se, tendo como base os estudos de Van Dijck (2007), o uso do termo *datificação* para dar ênfase ao fato de que questões como monitoramento, predição e ranqueamento têm de ser entendidas como um novo paradigma na ciência. Esse entendimento deve-se à ampliação e à diversificação dos mecanismos de coleta, de organização e de tratamento de dados com os ambientes digitais. Esses mecanismos, por sua vez, resultam na datificação como uma forma hegemônica de produzir conhecimento. Assim, APIs públicas, depois da criação de uma chave de acesso, permitem que pesquisadores, entre outros, tenham acesso a uma pequena parte dos dados armazenados, como publicações relacionadas a um termo ou *hashtag*, conforme pode ser observado na figura 6.

[9] https://www.youtube.com/. Acesso em 22 fev. 2021.

A seguir, em *Infraestruturas,* compreende-se que as plataformas infraestruturais são uma espécie de filtro pelos quais os dados são gerenciados, armazenados e canalizados. Logo, mais do que fornecer serviços de busca e acesso a redes sociais *on-line*, entre outros, empresas, como a *Microsoft*[10], *Google*[11] e *Facebook*, investem em meios de as pessoas terem acesso a seus serviços por intermédio de iniciativas como o gerenciamento de cabos submarinos, que não só ampliam, mas também privatizam a conectividade entre países e continentes. O terceiro elemento intitulado *Modelos de negócios* chama atenção para o caráter protagonista das plataformas *on-line*, sobretudo das *Big Five – Google*, *Amazon*[12], *Apple*[13], *Facebook* e *Microsoft* –, no regime capitalista contemporâneo. Como um dos exemplos da lógica comercial das plataformas, d'Andrea (*op. cit.*) cita o exemplo de algumas como o *Youtube* que, apesar do forte apelo à gratuidade de serviços, estimula o pagamento de assinatura que dá acesso a conteúdos e a funcionalidades exclusivas, além de proporcionarem que não haja anúncios publicitários na experiência do usuário.

[10] https://www.microsoft.com/pt-br. Acesso em 22 fev. 2021.
[11] https://www.google.com.br/. Acesso em 22 fev. 2021.
[12] https://www.amazon.com.br/.Acesso em 22 fev. 2021.
[13] https://www.apple.com/br/. Acesso em 22 fev. 2021.

Figura 4 - Resultado da busca pela hashtag #Eleitas na plataforma do Facebook. Fonte: https://www.facebook.com/hashtag/Eleitas. Acesso em 15 fev 2021.

A quarta dimensão, *Governança*, aborda ações como estabelecer regras, criar condutas, identificar e decidir o que é ou não é publicável. Conforme esclarece d'Andrea (*op. cit*., p. 51), "chama-se de governança de uma plataforma um conjunto heterogêneo de mecanismos e práticas de ordem técnica, política e jurídica e comercial que regulam seu funcionamento". Esse aspecto está presente em todas as plataformas sob diferentes nomes – "termos de serviço", "diretrizes para a comunidade" etc. –, e nele são apresentadas as expectativas sobre o que é apropriado ou não naquele ambiente virtual. Temas, como violência, nas suas mais diversas formas de manifestação, obscenidade, discurso de ódio e atividades ilegais, são mencionados neles. No Facebook, por exemplo, os conteúdos publicados são monitorados por meio de recursos como a denúncia feita por usuários, podendo ser retirados de circulação caso o responsável pela moderação assim decida.

Por último, o quinto elemento característico das plataformas, *Práticas e affordances*, está relacionado à implementação de processos e de recursos

padronizados de acordo com os usos que os usuários fazem do ambiente em questão. As *affordances* (termo sem tradução para o português) estão ligadas às possibilidades tanto políticas como materiais propostas pelos desenvolvedores e se constituem na relação com aqueles que as utilizam. A interferência das experiências e das apropriações feitas por quem usa as plataformas pode ser observada no caso das *hashtags* e dos *retweets* no *Twitter*, funcionalidades que só foram acrescentadas após propostas, inicialmente, feitas por usuários.

2.6 Características do discurso *on-line*

Nas próximas subseções, serão discutidos estudos que tratam de aspectos característicos do discurso *on-line*, assim como das apropriações que são feitas das ferramentas utilizadas nas conversações que ocorrem no ciberespaço.

2.6.1 Predominância da escrita e semelhança dessa com a oralidade

As interações mediadas por computador podem ocorrer de diversas formas, entre elas, por meio de serviços de e-mail, fóruns, aplicativos e plataformas que permitem a troca de mensagens e conversas através de vídeo em tempo real. Além disso, podem ser mencionados os *chats* de jogos *on-line* e as ferramentas que possibilitam a conversação em rede. Apesar de as propriedades de uso da linguagem variarem conforme o sistema utilizado, em todos esses contextos, há uma característica em comum: a linguagem é apresentada exclusivamente de modo *visual* e, predominantemente, através da *escrita*, apesar do crescente uso do vídeo – tanto de modo síncrono quanto assíncrono – e do uso de imagens, por exemplo (HERRING, 2001; RECUERO, 2014). Desse modo, tal característica, entre outras, fornece um ambiente único de estudo da linguagem e da relação entre discurso e prática social em ambientes *on-line*.

Ainda com relação à comunicação acontecer, principalmente, por meio da escrita, Recuero (*ibid*.) chama atenção para o fato de essa ter *semelhança com a oralidade* e de que tal similaridade resulta, em parte, da incorporação das ferramentas disponíveis e da ressignificação que fazem dessas a partir de seus interesses e motivações. Outro aspecto importante é também a necessidade de suprir aspectos comuns à interação oral face a face, como a prosódia, o uso de gestos etc. Alguns

dos recursos para lidar com essas questões e criar um contexto de conversação é o uso de pistas não verbais, isto é, construções como “hahaha” ou “kakaka” para simular emoções, além de *emoticons*, *gifs*, entre outros.

2.6.2 Sincronia e assincronia

Sobre as características do DMC, Recuero (*op. cit.*) afirma que, no ambiente do ciberespaço, a unidade temporal torna-se mais “elástica”, sendo os contextos construídos sobre duas apropriações: a conversação síncrona e a assíncrona. A conversação *síncrona* é aquela em que a resposta dos interagentes é imediata e que tende a ser mais associada à oralidade. Exemplo desse tipo de conversação é o caso de videoconferências, que ocorrem através de programas de computador e aplicativos, como o *Zoom*[14] e o *Google Meet*[15], entre outros. Por outro lado, a conversação *assíncrona* se estende no tempo e seria entendida por estudiosos como mais relacionada à escrita. Nesse caso, portanto, não há a necessidade de os usuários estarem conectados ao mesmo tempo, havendo, assim, certa “elasticidade” temporal, pois cada um dá prosseguimento à interação quando lhe for mais conveniente. Como exemplos de conversação assíncrona, podem ser citadas aquelas que ocorrem por meio de e-mails ou de *sites* de redes sociais.

No entanto, a respeito das noções de síncrono e assíncrono, é possível compreender que essas têm apenas um caráter didático, pois no ciberespaço as conversações, frequentemente, têm caráter mutante. Desse modo, esses conceitos apresentam limitações no sentido de que ferramentas tradicionalmente apontadas como síncronas são apropriadas pelos usuários e transformadas em síncronas. Um exemplo que pode ilustrar essa questão é o caso de um indivíduo A poder enviar um e-mail a um indivíduo B, e esse prontamente responder. A partir da percepção de que B está *on-line*, A prossegue, então, com o diálogo, enviando outra mensagem e, logo, se apropriando da ferramenta e dando a essa, em um determinado momento, um caráter de sincronicidade (RECUERO, 2012).

2.6.3 Comunicação em massa

[14] https://zoom.us/pt-pt/meetings.html. Acesso em 16 set 2020.
[15] https://meet.google.com/. Acesso em 16 set 2020.

O discurso mediado por computador e o uso da *internet* também provocam transformações na comunicação à medida que possibilitam que a divulgação de informações ocorra em massa, isto é, de *muitos para muitos*. Além disso, têm servido como base para que atividades importantes, envolvendo política, cultura, entre outras, se estruturem e a fim de que informações relativas a elas cheguem às pessoas. Castells (2009), no entanto, explica que a comunicação de massa, que ocorre por meio do uso de ferramentas *on-line*, difere daquela que acontece em ambientes *off-line*. Segundo o autor, os meios tradicionais, como filmes, rádios, televisão e jornais, por exemplo, têm a característica de serem, majoritariamente, unidirecionais (mensagem enviada de um para muitos), apesar da possibilidade de a audiência poder, em certos casos, participar por meio de telefonemas, cartas, entre outros. Por outro lado, com a difusão da internet, surgiu uma nova forma de comunicação interativa, que permite o envio de mensagens de muitos para muitos e uma maior interação de quem recebe a informação com o conteúdo da mesma, como no caso de *sites* de redes sociais, em que os usuários podem “curtir”, “comentar” e “compartilhar” o conteúdo, inclusive, inserindo suas próprias opiniões sobre o tema. Castells (2003), ao tratar da comunicação em massa, também explica que essa permite o acesso a questões importantes, como aquelas relativas a acontecimentos políticos, por exemplo, sendo que aqueles que não têm acesso às redes formadas pelo uso da internet sofrem uma das formas de exclusão mais prejudiciais.

2.6.4 Multiterritorialidade

Ao tratar sobre a comunicação em ambientes multiusuário *on-line*, Fragoso, Rebs e Barth (2011) afirmam que com os processos de globalização e, em particular, com o desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação, é possível falar em *multiterritorialidades*, isto é, é facilitado o reconhecimento e o pertencimento das pessoas a novos territórios. Haesbaert (2007) explica essa noção por dizer que a multiterritorialidade é uma alternativa conceitual à ideia de desterritorialização. Segundo o autor, em vez de haver a perda ou a destruição de territórios, o que acontece “é um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, multiterritorial” (p. 1). Isso, segundo ele, não quer dizer que não exista desterritorialização, mas que essa questão está, de modo indissociável, ligada à sua contraface, que são os movimentos de (re)territorialização.

Quanto às suas características, a multiterritorialidade está relacionada à superconexão de territórios e à maior fluidez de trânsitos espaciais, o que facilita o acesso virtual e o material aos diferentes lugares em que há espaços de fluxos. Em meio a essa realidade, é possível afirmar que os sujeitos, nesses deslocamentos, não precisam abrir mão de referências de pertencimento e da posse a determinados lugares, mas passam a colecionar outras, fazendo parte de diferentes grupos sociais. Logo, a diversidade de territórios dá a esses indivíduos a oportunidade de frequentarem, apropriarem-se e pertencerem a múltiplos territórios (FRAGOSO; REBS; BARTH, *op. cit.*).

Com a adaptação das plataformas para aplicativos de *smartphones*, *tablets* etc., observa-se que há um fortalecimento desse processo de estar em vários lugares ao mesmo tempo. Logo, independentemente de um indivíduo estar em trânsito ou em seu escritório, esse pode facilmente ter acesso a notificações do que está acontecendo em suas redes sociais *on-line* ou se comunicar com um amigo ou colega de trabalho, entre outros, através de aplicativos de mensagens, bastando apenas ter sinal de internet.

Sobre a questão da ubiquidade, Henriques e Furini (2018) elucidam esse aspecto por afirmar que a onipresença é, de modo frequente, atribuída a artefatos tecnológicos, mas que, na verdade, esses dispositivos que permitem esses contextos não devem ser considerados como ubíquos, pois são majoritariamente suportes comunicacionais dotados de fisicalidade. Desse modo, a ubiquidade está nas conexões em que as pessoas podem estar presentes em todos os lugares de modo amplo e constante, sem a necessidade de presença física, mas “deixando rastros pelos espaços” (HENRIQUE; FURINI, 2018, p. 16).

2.6.5 Multimodalidade

Na comunicação mediada por computador, podem coexistir vários modos de conversação num único evento. Isso pode ser ilustrado pelo fato de que em interações em *sites* de redes sociais e aplicativos de mensagens, por exemplo, há uma forte possibilidade de essas contarem com uma diversidade de interfaces, como áudios, vídeos, imagens, links etc. Entre as imagens utilizadas nessas ferramentas, podem ser citadas figurinhas, *emoticons, gifs* (imagens que, geralmente, se movem e que aparecem associadas a texto escritos) e memes, sendo que o último, de modo geral,

consiste em imagens associadas a textos com um teor frequentemente associado a humor e a críticas sociais e políticas (SANTOS, 2019).

Figura 5 - Figurinhas do *WhatsApp*. Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 6 - Exemplo de meme. Fonte: https://gente.globo.com/meme-combina-com-politica/. Acesso em 16 set 2020.

Assim, embora a comunicação *on-line* seja basicamente escrita (RECUERO, 2014; HERRING, 2001), pode ser entendida como multimodal, isto é, diversas formas de linguagem podem coexistir. No entanto, essa não é a única forma de modalidade, pois essa noção pode ser usada também para se referir ao uso de várias formas de conversar escolhidas pelos atores envolvidos na interação. Quanto a esse tipo de modalidade pautada por diferentes maneiras de interlocução, podem ser mencionados

casos em que dois atores migram, por exemplo, de uma conversa assíncrona na seção de comentários de um *site* de rede social para uma conversa síncrona em um aplicativo de mensagens. Ainda, essa mesma interação também pode ser considerada multimodal, pois não só houve a mudança de uma plataforma para outra assim como migrou de um modo público para um privado. Através do exemplo, portanto, é possível compreender que a conversação é dinâmica, fluida e capaz de se adaptar e se readaptar conforme as práticas sociais e as apropriações feitas pelos indivíduos (RECUERO, *op. cit.*).

Referindo-se às transformações trazidas pela multimodalidade, tanto na leitura quanto na escrita, Brito e Sampaio (2013) afirmam que essas inovações mudaram a prática de leitura e o perfil do leitor, sendo este, atualmente, entendido como um leitor-navegador, que tem acesso a diferentes gêneros textuais digitais, em que os textos mesclam o oral, o escrito, o imagético e o digital. Assim, o texto eletrônico é produto de um novo momento, sendo veiculado por um novo suporte que dá novas possibilidades de apropriação e de significação por parte dos leitores.

Portanto, dentre essas transformações trazidas pela multimodalidade, o hipertexto tem um papel fundamental, pois permite uma leitura não linear, através de elos hipertextuais, *links* que trazem elementos escritos, imagéticos e sonoros, além de proporcionar ao leitor a decisão sobre quais caminhos vai percorrer durante a leitura, isto é, quais *links* irá acessar ou ignorar durante esse processo. Devido a esses fatores, segundo as autoras, é imprescindível que os sujeitos sejam competentes em termos pragmáticos e tecnológicos, além de aptos a compreender e subtrair sentidos dessa multiplicidade.

2.7 Discurso, política e mídias sociais

O uso da internet – especialmente quanto ao acesso a mídias sociais, como o *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*– tem tido expressiva influência no processo político-eleitoral. Entre outras coisas, por meio delas, candidatos apresentam suas propostas, divulgam eventos de campanha e respondem a questionamentos; eleitores também têm a oportunidade de expressarem suas opiniões e preferências e de cobrar soluções para problemas que enfrentam na sua cidade, estado ou país.

Com relação aos estudos que envolvem o par *internet* e participação política, as discussões iniciais estavam divididas entre pesquisadores que percebiam na

internet um meio de superar falhas na democracia representativa e de proporcionar o crescimento do empoderamento da perspectiva deliberacionista – os “ciberotimistas” – e entre aqueles que discordavam dessa perspectiva e viam a *web* como um mecanismo com o poder de aprofundar desigualdades – “ciberpessimistas”. Para os últimos, o acesso à rede não faria com que as pessoas se sentissem mais motivadas e interessadas por política; isso apenas ampliaria o acesso a informações dessa natureza àqueles já predispostos a isso. Além disso, a *internet* faria com que os indivíduos ficassem cada vez mais isolados no mundo *on-line* e suscetíveis ao controle do Estado e dos atores comerciais. Ainda, nesse debate, estavam os “cibercéticos”, que postulavam que as novas tecnologias não modificariam o *status quo*, uma vez que se adaptariam ao sistema político e ao social a ponto de não criarem novas oportunidades de participação e, tampouco, modificar as estruturas de comportamento vigentes (HANSEN; FERREIRA, 2018).

Nesse sentido, estudos recentes apontam que, de fato, em certos aspectos, alguns fenômenos têm sido uma ameaça ao processo democrático, como o caso das “bolhas” dentro das plataformas. Conforme Recuero, Soares e Zago (2017), a filtragem feita pelos usuários em conjunto com a exercida pelos algoritmos pode levar a uma personalização em excesso das informações recebidas pelos usuários e resultar na formação de filtros-bolha. Isso, por sua vez, faz com que os sujeitos consumam cada vez mais informações compatíveis com aquilo que concordam e que fiquem alheios ao que acontece fora do seu contexto particular e de interesse.

Com relação a esse tema, pode-se mencionar as “câmaras de eco”, que abordam a formação de grupos fechados em torno de determinadas ideias, o que impede o recebimento de informações conflitantes e reforça as crenças já existentes na câmara. A pesquisa desenvolvida por Recuero, Soares e Zago (*ibid*.) sobre as características da circulação de informações relacionadas a fatos políticos do Brasil, no *Twitter*, reforça isso ao revelar que, nos dados observados, houve grande visibilidade para poucos “nós” (usuários) e apenas o repasse de discursos homogêneos por grande parte daqueles que fazem parte dos grupos. Assim, as redes são afetadas por um conjunto de fatores, como afinidade na escolha quanto a quem seguir, algoritmos de seleção fornecidos pelos *sites* e filtragem de conteúdos por parte de outras pessoas.

Ainda, com relação a ameaças ao processo democrático na internet, é possível mencionar a desinformação, popularmente conhecida como *fake news*. Ferramentas

das mídias sociais deram a essas informações mais espaço para espalhamento e alcance e, consequentemente, potencializaram seus efeitos. Além disso, elementos como o uso de automação e de robôs geram um impacto ainda maior, fazendo com que as notícias falsas, com força maior, interfiram em decisões e manipulem debates por meio da predominância de discursos fundamentados em falsas premissas (RECUERO, 2020).

No entanto, apesar desses fatores, o uso da internet e das mídias sociais pode ter efeitos positivos também em aspectos como maior conhecimento do que acontece no processo eleitoral, informações mais acessíveis sobre candidatos, além de proporcionar espaço para a luta por direitos nessa e em outras esferas. Para Cremonese (2012), mídias sociais como o *Twitter*, entre outras, são, especialmente, relevantes, pois, além de serem meio de informação ao cidadão, permitem a interação com os candidatos e o debate com os demais eleitores, sendo, assim, uma nova esfera pública de conversação em que são recriadas formas comunitárias, identitárias e em queocorre a ampliação da participação política (LEMOS, 2009 *apud* CREMONESE, 2012). Dessa forma, se antes os cidadãos tinham de reunir-se em cafés e outros espaços públicos para discutir essa temática, nos últimos anos, a internet reconfigura os espaços e permite que mais pessoas participem dessas discussões.

Rossini (2014), igualmente, defende que, apesar de ser necessário assumir uma postura cautelosa em relação ao potencial político da rede, as ferramentas sociais proporcionadas por essa fornecem a seus usuários “novas capacidades de articulação, mobilização e comunicação, e podem exercer diferentes papéis em protestos e movimentos [...] descritos como lutas por reconhecimento” (p. 304). Conforme explicado pela autora, os efeitos dessas ferramentas podem ser classificados em três eixos: organização e mobilização; produção e circulação de informações e ressignificação de conteúdos.

Nesse sentido, eventos e grupos no *Facebook*, por exemplo, podem ser usados para organizar manifestações fora da internet, assim como para divulgar informações, imagens e vídeos acerca de ações virtuais. No caso de articulações em que o engajamento se restringe ao ambiente virtual, há o espaço para o aumento da visibilidade de determinada causa. Como exemplo, a autora traz a Primavera Árabe, contexto em que o *Twitter* e o *Facebook* deram alcance internacional às injustiças sociais promovidas por governos autoritários de países como Egito, Síria e Tunísia.

Nesse caso, a pressão política internacional, possível pelo alcance das informações, ajudou no combate à censura e ao autoritarismo. Segundo a autora, nos protestos de 2013, no Brasil, por meio da *web*, foram evidenciadas formas de abuso de poder dos governos e da polícia, movimentos foram organizados e repercutidos, além de ter sido combatida a invisibilidade e o silenciamento imposto às minorias pela grande mídia.

No que se refere ao uso das mídias sociais para organizar movimentos sociais e ativismo, além de dar visibilidade a causas importantes e a grupos que sofrem algum tipo de exclusão social, pode-se mencionar a campanha “Eleitas: mulheres na política”, que deu origem a uma série de publicações sobre o assunto no *Facebook* e no *Instagram*, além de vídeos sobre o tema no *Youtube* e de *hashtags como a* #EleitasMulheresNaPolítica. Tal campanha aborda temas caros ao presente trabalho, como agressões sofridas por mulheres que já ocupam cargos políticos, denúncias da ainda pequena porcentagem daquelas que têm liderança nesse meio, além de alertas quanto à necessidade de dar voz a elas e às causas pertinentes ao gênero feminino através do voto. A seguir, pode ser visualizado o *post* de lançamento do movimento:

Figura 7 – Campanha “Eleitas” da página “Quebrando o Tabu”. Fonte: https://www.facebook.com/quebrandootabu/photos/a.446388962084163/3615349955188032. Acesso em 27 jan 2021.

Entende-se nesta pesquisa que, embora movimentos como esse possam ser considerados como “ativismo de sofá” e que haja certa descrença com relação a eles por requererem baixo engajamento em relação a protestos em vias públicas, por exemplo, eles criam um ambiente de reflexão, interação e, em diversos casos, de colaboração entre os participantes. Em consonância com Rossini (2014), acredita-se

que a *internet* em si não traz mudanças de valores e práticas, mas que essas transformações dependem de uma articulação dos interessados a fim de ampliar as suas lutas e interferir nos discursos dominantes. Nesse contexto, as mídias sociais constituem-se em uma ferramenta importante para essas pessoas, por facilitar a busca por visibilidade e a reverberação das demandas a outros grupos, tornando possível o reconhecimento de suas lutas pela sociedade.

2.8 Conclusão do capítulo

A fim de estabelecer uma relação entre discurso, discurso político e mídias sociais - aspectos que servem como base teórica para a presente pesquisa - neste capítulo, foram trazidas questões pertinentes a tais temáticas.

Na primeira seção, “A análise de discurso crítica”, foi discutida a concepção de Norman Fairclough (2016) e de Teun van Dijk (2018) acerca de questões importantes que perpassam o tema discurso, a partir da Análise Crítica do Discurso, proposta por eles. Além disso, nessa parte, foi abordado – por meio do trabalho dos autores supracitados e da obra de Bourdieu (1989) – como questões de poder influenciam a “força” de certos discursos e os naturalizam. A segunda parte, intitulada “Discurso Político”, trouxe as principais abordagens contemporâneas sobre discurso político à luz da ADC (WODAK, 2009; FAIRCLOUGH & FAIRCLOUGH, 2012; VAN DIJK, 2018) e expôs a proposta de Bochett *et al*. (2017) que estabelece uma diferenciação entre discurso político e discurso sobre política, a ser adotada nas investigações a serem desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

Na terceira seção, “Discurso Mediado por Computador (DMC)”, discorreu-se sobre questões como a noção de *discurso mediado por computador* e as características deste a partir dos estudos de autores como Herring (2001; 2007), Recuero (2014), Castells (2003), Fragoso, Rebs e Barth (2011) e Santos (2019). Em “Redes Sociais”, tratou-se da definição de redes sociais e de *sites* de redes sociais (BOYD 2008; GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 1999; HAYTHORNTHWAITE, 2005; RECUERO, 2009), de laços sociais (GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 2006; GRANOVETTER, 1973; HAYTHORNTHWAITE, *op. cit.*; RECUERO, *op. cit.*) e de capital social (BERTOLINI E BRAVO, 2001; RECUERO, *op. cit.*).

Na última seção, “Discurso, política e mídias sociais”, foram trazidos à atenção estudos acerca de aspectos positivos e, em parte, negativos da relação entre internet e política com base no trabalho de Hansen e Ferreira (2018); Recuero, Soares e Zago (2017); Recuero (2020) e Cremonese (2012). No final, por meio da leitura do artigo de Rossini (2014), foi salientado como a *internet* pode mobilizar a participação política, fornecer informações sobre questões pertinentes a essa área e dar visibilidade a lutas por direitos sociais, indo em direção à transformação social, o cerne da proposta da Análise do Discurso Crítica.

3. Gênero e resistências

Neste capítulo, será abordado o conceito de gênero que servirá como base para a análise posterior de dados e de temas relacionados a ele, assim como a questão da interseccionalidade. Ainda, será discutida a história das relações de gênero, especialmente no Brasil, e qual foi o papel das mulheres pertencentes a diferentes realidades socioeconômicas e raças, assim como as lutas que tiveram e ainda têm de travar na luta contra o sexismo e a desigualdade de gêneros.

Desse modo, na primeira seção, intitulada “O conceito de gênero para as ciências sociais”, serão apresentadas noções de gênero de pesquisadores da área, entre eles Helborn (1994), Scott (1995), Haraway (2004), Pino (2007) Piscitelli (2009), Louro (1995; 2016) e Weeks (2016). Além disso, será debatida a relação entre gênero e a naturalização de papéis por meio do discurso (BUTLER, 2016); e na subseção “Interseccionalidades”, a relação entre gênero e modalidades sociais, étnicas, raciais, sexuais etc.

Na segunda seção, “A história das relações de gênero e da opressão em relação às mulheres”, é trazida a discussão sobre a dificuldade de se traçar uma história das mulheres (PERROT, 2017). Além disso, é tratado o percurso delas, especialmente no Brasil, até alcançar direitos, como educação, diversificação de postos de trabalho, o sufrágio e a ocupação de cargos de liderança em meios majoritariamente masculinos, como o da política, a partir dos trabalhos de Karawejczyk (2013), Limongi *et al.* (2018), Alves (2019), Marques (2019), Priore (2020), Habner (2020), além de outros autores.

Na terceira, e última, parte, “Movimentos de resistência – feminismo”, há, inicialmente, uma discussão do entendimento de resistência a partir do trabalho de Foucault (1991). Após, é apresentada a noção de feminismo que norteia a presente pesquisa, a história do movimento no Brasil, seu estado atual e rumos, com base na leitura da obra de Pitanguy (1991), Sarti (2001; 2004), Garcia (2011), Álvarez (2014), Collins (2019), Duarte (2019), Hooks (2019; 2020), Pedro (2020), Soihet (2020), e Prado e Franco (2020).

3.1 O conceito de gênero para as ciências sociais

Em termos gerais, de acordo com Mazzariello e Ferreira (2015, *on-line*), na Enciclopédia de Antropologia, o termo gênero é usado na área das Ciências Sociais e Humanas para dar ênfase ao caráter cultural das diferenças entre homens e mulheres, indicando, assim, que certos padrões de conduta estão relacionados aos diferentes processos culturais e de socialização marcados por relações assimétricas de poder e não a características naturais, decorrentes de distinções corpóreas.

Nesse mesmo sentido, Helborn (1994) explica que gênero é um conceito das Ciências Sociais que, *grosso modo*, faz referência à construção social do sexo. Desse modo, sexo, logo, designaria aspectos anátomo-fisiológicos, enquanto gênero seria usado para tratar do papel da cultura em definir o que é ser homem ou mulher. Essa noção de cultura, segundo a autora, está relacionada ao fato da vida social e a elementos que a organizam, como tempo, espaço ou diferença entre sexos, todos produzidos e validados socialmente por meio de um sistema de representações.

Piscitelli (2009, p. 2), em uma linha de pensamento similar, explica que o

> termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultados dessas diferenças.

Ressaltando o aspecto sociocultural da ideia de gênero, a pesquisadora diz que a palavra sexo está vinculada na linguagem do dia a dia, assim como naquela da ciência, a distinções inatas e biológicas e que, por essa razão, autoras feministas escolheram usar o termo gênero para tratar do caráter cultural das diferenças entre homens e mulheres e das ideias sobre feminilidade e masculinidade. Portanto, entende-se que o conceito de gênero foi desenvolvido com a finalidade de contrapor a naturalização da diferença sexual nos mais diversos meios e que o papel da teoria e da prática em torno dessa questão é o de compreender assim como o de transformar sistemas históricos em que homens e mulheres são constituídos socialmente e imersos em relações hierárquicas e antagônicas (HARAWAY, 2004).

A respeito desse processo de naturalização de papéis, Butler (2016) esclarece que o “eu” é subjetivado e que emerge no interior das relações de gênero. Discursivamente, assim, há uma série de expectativas e afirmações sobre o ser que está por vir que levam os responsáveis, entre outros, a comprar bonecas e roupas

rosa se a criança for menina ou peças de vestuário azuis e miniaturas de carro se o bebê for um menino. Ainda, quando são feitos exames de imagem durante a gestação, assim como no momento do nascimento, há a interpelação médica que transforma um ser “neutro” em um “ele” ou “ela”, fazendo com que a garota, trazida para o domínio da linguagem, *torne-se uma garota* por meio da interpelação do gênero.

Tal *tornar-se* garota ou garoto, no entanto, não cessa com as expectativas que antecedem o nascimento e com as palavras do(a) médico(a). Essa interpelação é repetida por várias autoridades que nomeiam os seres e que, além disso, delimitam e sustentam aquilo que pode ser entendido como próprio de cada gênero ou, ainda, o que pode ser descrito como “humano” (BUTLER, 2016). Louro (2016) explica essa relação do corpo e do gênero com o social por afirmar que os corpos ganham sentido socialmente e que a inscrição dos gêneros é sempre feita no contexto de uma determinada cultura e, consequentemente, carrega as marcas dessa cultura.

Segundo a pesquisadora, alguns comportamentos ou modos de ser ligados a homens e a mulheres parecem ter sido gravados nas histórias pessoais desses. Para que essas marcas sejam efetivadas, várias instituições, como família, escola, mídia, igreja e lei, fazem um investimento significativo, buscando, através de estratégias diversas, fixar uma identidade masculina ou feminina que seja “normal” e duradoura, sendo aquelas tidas como “normais” ligadas a um modelo único de identidade sexual – a heterossexual.

Nesse contexto, reconhecer-se em uma identidade, implica responder de modo afirmativo a uma interpelação, assim como estabelecer uma ideia de pertencimento a um grupo social. Vale ressaltar que tais identificações (com uma identidade) são transitórias, contraditórias e contingentes, pois elas podem cobrar lealdades distintas e, inclusive, divergentes, além de poderem ser provisoriamente atraentes e, logo após, se tornarem algo que deve ser rejeitado ou abandonado (LOURO, *ibid*.).

Tais identidades, compostas e definidas por relações sociais, conforme Louro (2016), são moldadas também pelas relações de poder de uma sociedade. Esse aspecto fica claro na definição de gênero de Scott (1995), que diz que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 103). Louro (1995) esclarece o segundo aspecto de tal definição dizendo que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização tanto concreta quanto simbólica da vida social.

Assim, ser do gênero feminino ou masculino implica perceber o mundo e estar nele de modos diferentes, além de haver diferenças no que se refere à distribuição de poder. Com relação ao último aspecto, conforme pode ser verificado em reportagem no site *Brasil de Fato*, a representatividade de mulheres em cargos políticos no Brasil, apesar de leis apoiando a candidatura delas, segue sendo baixa. Exemplo disso, segundo a reportagem em questão, seria o fato de levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter divulgado, em 2018, que, no que se refere às prefeituras, 4.908 eram ocupadas por homens, enquanto 662 (11,9%) tinham mulheres como representantes.

Diante dos recortes teóricos sobre gênero apresentados até então, essa pesquisa abordará o conceito para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, enquanto *sexo* será usado como um termo descritivo para tratar das diferenças anatômicas básicas que diferenciam homens e mulheres, reconhecendo-se que os significados associados ao último termo são igualmente construídos discursivamente e altamente históricos e sociais (WEEKS, 2016). Reconhece-se, além disso, neste trabalho, que o conceito de gênero vai muito além de binarismos, como homem/mulher, masculino/feminino, homossexual/heterossexual etc., sendo reconhecidos os pressupostos da Teoria *Queer*, que esclarece que os sujeitos e as práticas sexuais apresentam variedade e diversidade de subjetivações e práticas (PINO, 2007), como bissexualidade, a transgeneridade, entre outras. Outro aspecto que deve ser levado em conta ao abordar a noção de gênero é a questão das interseccionalidades, assunto que será abordado com mais detalhes na subseção a seguir.

3.1.1 Interseccionalidades

À medida que foi sendo desenvolvido, o conceito de gênero passou a sofrer algumas críticas, dentre elas a de que esse apresentava um *status* universalizante, isto é, quando se falava sobre mulheres, passava-se uma representação em que questões como raça e classe, por exemplo, não eram levadas em consideração. Judith Butler (2003), em sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, argumenta que havia um problema político em usar o termo “mulheres” para denotar uma identidade comum sem levar em conta questões como classe e raça..

Segundo a autora, “gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (p. 20). Desse modo, para a estudiosa, seria uma presunção pensar em uma identidade única para as mais diferentes culturas, como se a opressão às mulheres tivesse uma forma singular. Haraway (2004) também trata dessa questão e afirma que o conceito de gênero foi criticado de forma aguda, principalmente, pelas mulheres negras devido a esse, em certos momentos, ter obscurecido e subordinado todos aqueles que não se encaixavam dentro de uma concepção imperialista e etnocêntrica dos feminismos europeus e euro-americanos.

A pesquisadora trata de casos que mostram como, ao longo da história, questões raciais resultaram em diferenças quanto à maneira como as mulheres sofreram com relações opressivas de gênero. No patriarcado branco norte-americano, por exemplo, mulheres livres eram oprimidas por serem dadas em casamento como moedas de troca, mas essas, por sua vez, herdavam mulheres e homens negros como seus escravos.

Nessas relações patriarcais racistas, em que havia a necessidade de filhos “racialmente puros” por parte dos homens brancos, as mulheres livres e as escravizadas eram colocadas em espaços incompatíveis e socialmente assimétricos. As mães escravizadas, assim como os demais sujeitos que viviam tal situação, não estavam fixadas em um sistema de nomes; logo não podiam transmitir um nome a seus filhos e encontravam-se à parte do sistema de troca matrimonial. Conforme frisa Haraway (*ibid*., p. 242), mulheres brancas e negras eram oprimidas, mas, enquanto as primeiras “não eram, legal ou simbolicamente, *inteiramente humanas*; os escravizados não eram nem legal, nem simbolicamente” (destaque nosso) considerados como tal.

Levando tais diferenças em consideração, Akotirene (2019), feminista negra, destaca que é imperativo que os ativismos (inclusive o teórico) reconheçam que as relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, todas dignas de atenção política. Desse modo, é necessário, de acordo com o trabalho da autora, que os grupos vitimados deem atenção a três aspectos: (1) conhecimento instrumental sobre os conceitos de raça, classe, nação e gênero; (2) sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários e (3) atenção global para a matriz colonial moderna, desviando-se de uma análise voltada a apenas um eixo de opressão.

Logo, o feminismo negro considera de modo concomitante questões identitárias atravessadas pelo racismo, capitalismo, entre outras questões, rejeitando uma concepção homogeneizante do que é ser mulher em um contexto marcado por relações históricas de poder. Nesse contexto, a explicação dada por Crenshaw (2002, p. 177) sobre interseccionalidade auxilia na compreensão do conceito de interseccionalidade e esclarece a importância dele para as lutas feministas. Segundo ela,

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Entende-se, desse modo, que a noção de interseccionalidade evita com que se caia em um reducionismo que não dê visibilidade às múltiplas formas de ser mulher e de viver relações opressivas marcadas pela desigualdade de poder.

3.2 A história das relações de gênero e da opressão em relação à mulher

Escrever sobre a história das mulheres é uma tarefa desafiadora, conforme apontado por Michelle Perrot (2017) em *Minha história das mulheres*, devido a elas terem ficado por muito tempo fora dos relatos que ajudaram e ainda auxiliam na construção da história de um lugar. Isso se deu, segundo a pesquisadora, porque parte considerável das mulheres, durante muitos anos, foi mantida na invisibilidade. Essas eram restritas ao espaço doméstico e, por consequência, longe do espaço público. Filósofos como Aristóteles, cujos pensamentos moldaram por muito tempo o pensamento da diferença entre os sexos, consideravam a aparição feminina como uma ameaça à vida harmoniosa em sociedade.

Uma série de razões contribuiu para a dificuldade em traçar a história do gênero feminino. Sendo muitas das representantes dele pouco vistas, pouco se falava delas. Além disso, o acesso das mulheres à escrita foi tardio, e aquelas que se dedicavam a escrever sobre sua vida assim o faziam em caráter privado, por meio de diários ou correspondências e acabavam destruindo esses vestígios, pois havia a tendência de os julgarem sem importância ou mesmo porque não queriam que o material fosse lido por membros da família. Assim, as mulheres eram representadas, na maior parte, através do olhar masculino.

Com o tempo, fatores sociológicos, como a presença das mulheres nas universidades, e políticos, no sentido amplo, entre outros, contribuíram para um “trabalho de memória” que segue buscando tornar visíveis vestígios do percurso feminino pelos anos. Algo que, gradativamente, facilitou esse levantamento foi o aumento, ainda que de forma lenta, a partir do século XVIII, no número de leitoras e escritoras de conteúdo para jornais, revistas femininas e, inclusive, de textos literários (PERROT, 2019).

3.2.1 O percurso das mulheres em terras brasileiras

Segundo a pesquisa de Mary del Priore (2020), quando os portugueses chegaram ao Brasil, havia uma divisão de trabalho baseada em critérios sexuais ou etários, isto é, algumas tarefas eram destinadas a mulheres, outras a homens, e ainda havia aquelas direcionadas a crianças e idosos. Às mulheres cabia um pesado fardo para a manutenção da vida da tribo e, inclusive, de seus companheiros. Enquanto os homens se ocupavam da guerra, da caça, da pesca, da liderança tribal, entre outras funções, elas plantavam, colhiam, preparavam alimentos, fabricavam utensílios domésticos, criavam animais e davam o cuidado inicial à prole, assim como zelavam pelos mais velhos.

Com relação aos costumes que envolviam o casamento e as relações familiares, para os indígenas, o matrimônio servia como um meio de estabelecer relações entre aldeias. Antes dele, as moças podiam manter relações sexuais com rapazes indígenas ou europeus sem que isso fosse motivo de desonra, porém, depois dele, se tivessem relações extraconjugais, o marido poderia repudiar, expulsar e até mesmo matar a esposa sem qualquer interferência de outros.

Os grupos escravizados trazidos para o Brasil, conforme acrescenta Priore (2020), embora viessem de múltiplos países e, portanto, não formassem um grupo uno, de modo geral, vinham de lugares onde o arranjo familiar era baseado na poligamia. Em tal organização, os homens poderiam ter diversas esposas. Eram considerados chefes, enquanto as esposas eram aquelas que deveriam ser submissas aos códigos de conduta de uma sociedade hierarquizada de acordo com os rígidos padrões de comportamento e tradições religiosas daquele período naquele local.

Os europeus, assim como ocorria com os povos indígenas e africanos, também se apoiavam em um modelo de família patriarcal em que o chefe da família ditava as regras. O que muda com a vinda desses colonizadores é que com eles veio uma maneira particular de organização: homem e mulher eram casados perante a Igreja, a qual se esforçou em impor suas regras em países africanos, com o intuito de acabar com a poligamia. A soma dessa tradição patriarcal portuguesa – que por questões de poder acabou ditando a maior parte das regras – às outras que constituíram o imaginário sobre família e o papel das mulheres resultaram, então, no patriarcalismo brasileiro (PRIORE, 2020).

Desde então, é consolidado um modelo no qual se espera que a mulher case, siga o “dever da maternidade”, cuide do lar e que, em parte considerável dos casos, seja dependente financeiramente do marido, também “fechando os olhos” para relações extraconjugais (HABNER, 2020). Vale ressaltar, conforme a pesquisa de Perrot (2017), que o casamento arranjado imperou durante muito tempo como uma aliança entre famílias, a fim de unir riquezas. No século XIX, então, passa a ocorrer uma expansão lenta no casamento por amor, que ganha força no século XX.

3.2.1.1 Trabalho

O ingresso das mulheres no segmento do trabalho ocorreu de modo estratificado. As mulheres de classe abastada, por um longo período, foram treinadas para exercer o papel de mães e de cuidar das tarefas domésticas. Com a intensificação das atividades comerciais e da efervescência política, em meados do século XIX, havia a expectativa, sobretudo na capital brasileira, o Rio de Janeiro, de que as mulheres de classe alta promovessem o nome da família, entretendo os convidados por meio conversas polidas, concertos e demonstração de maneiras refinadas (HABNER, *op. cit.*).

Por outro lado, outras mulheres de origem mais pobre dedicavam-se ao trabalho no campo, à venda de produtos como doces e bordados e a atividades como a de lavadeiras (PRIORE, 2020). Com a industrialização, o êxodo rural e a ação das guerras, principalmente a da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), essas passam a ocupar outros espaços, como o das fábricas, especialmente daquelas destinadas à tecelagem e à costura, e ingressam também, gradualmente, em outros ramos, como o da enfermagem, do magistério etc. (PERROT, *op. cit.*).

Ainda com relação às diferenças existentes entre as atividades laborais, conforme condição social e raça, é imperativo mencionar as mulheres negras que, de acordo com Priore (2020), enquanto escravizadas, trabalhavam na roça, além de exercerem o papel de tecelãs, rendeiras, carpinteiras, amas de leite, pajens, costureiras, cozinheiras e de servirem como mão de obra para qualquer outra necessidade requisitada por aqueles que se consideravam “donos” delas. Assim, elas não experimentaram o mesmo tipo de submissão vivido por aquelas que eram brancas e da elite até início do século XX, pois, após a abolição da escravatura, em 1888, tiveram de realizar uma série de atividades para sobreviver e, até mesmo, para sustentar os seus financeiramente. Como resultado disso, ao contrário dos padrões do século XIX e parte do seguinte, essas marcavam sua presença no espaço público.

O direito de trabalho para todas as mulheres que assim desejassem foi uma conquista que só veio em anos recentes. Ainda no Código Civil brasileiro, de 1916, a mulher casada era considerada “relativamente incapaz”; portanto, se quisesse exercer alguma profissão, deveria ter autorização documentada do marido. Foi somente em 1943 que a legislação do país deu permissão para que a mulher casada trabalhasse fora de casa sem a “autorização” do marido (SCOTT, 2020).

A partir dos anos 1960, surge, então, no Brasil, um modelo que representaria melhor a modernidade: o da mulher polivalente, que cuida da casa seguindo os mesmos critérios da época em que a dona de casa não trabalhava fora. Logo, além de exercerem atividades remuneradas, espera-se, nesse padrão de conduta, uma imagem feminina de mulher “batalhadora” que tem suas conquistas profissionais sem deixar de dar atenção aos seus deveres de mãe e “rainha do lar” (PINSKY, 2020).

Conforme acrescenta Scott (*op. cit.*), mesmo com avanços trazidos, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970, que permitiram o aumento da luta de espaços no mercado de trabalho por reconhecimento profissional, ainda há a necessidade de representantes do gênero feminino seguirem suas lutas para que haja a equidade de salários e a divisão justa de tarefas entre homens e mulheres que vivem juntos.

3.2.1.2 Educação

Ao fazer uma análise do cenário da educação e da participação feminina ao longo da história, Michelle Perrot (2017) destaca que, até a Reforma Protestante, no

século XVI, imperava a ideia de que o conhecimento era contrário à feminilidade, cabendo, assim, a religiões como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo confiar a interpretação de suas escrituras àqueles do gênero masculino. Segundo a autora, para filósofos da época, como Rousseau, a educação das mulheres deveria ser pautada em seus deveres, isto é, agradar aos homens, ser útil a eles e tornar-lhes a vida agradável.

Após a Reforma, então, começam a ser espalhadas pela região norte e leste da Europa escolas para meninos e meninas e é pregado pelos protestantes que a leitura da Bíblia é uma obrigação de cada indivíduo. No entanto, apesar dessa ruptura, perdura por anos a mentalidade de que a instrução escolar é contrária ao papel das mulheres e que almejá-la seria o mesmo que “querer ser homens”, algo inconcebível. A mudança ocorre, de fato, a partir dos anos 1880, quando as meninas passam, progressivamente, a ter acesso ao ensino primário e ao secundário. O ingresso maciço dessas às universidades europeias acontece de 1950 em diante.

No Brasil, conforme pesquisa de Habner (2020), o letramento entre as mulheres, principalmente nas cidades, cresceu na metade do século XIX com o aumento da urbanização. De acordo com a pesquisadora, o acesso às letras era maior em mulheres de classe alta, sendo que dessas se esperava “uma leitura menos exigente”, de acordo com seu intelecto “fraco”; leituras a respeito de filosofia e política eram consideradas algo masculino.

Assim, em terras brasileiras, o caminho foi igualmente longo. A permissão legal para o acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação escolar só se deu em 1827, pela Lei Geral do Ensino, restrita apenas à educação primária. Somente em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi atribuída equivalência entre os cursos secundários e o curso normal secundário, frequentemente ocupado por mulheres, passou também a possibilitar o acesso daqueles que o cursavam ao ensino superior (ROSEMBERG, 2020).

Com a expansão do ensino médio e universitário, o número de mulheres nas universidades aumentou cinco vezes, e elas, apesar de terem sua presença ainda concentrada nas áreas de Educação e Humanidades, passaram a ocupar espaços antes tidos como masculinos, entre eles os das Engenharias, Arquitetura, Medicina, Direito, entre outros. Paralelamente a tais avanços, todavia, parte considerável das mulheres segue em ocupações de menor remuneração. Elas sofrem com desigualdades salariais dentro de sua carreira e com dificuldades de inserção em

determinadas funções. Portanto, ainda que a ampliação do acesso à escolaridade tenha tornado o gênero feminino mais economicamente competitivo e capaz de buscar espaços antes impermeáveis às mulheres como o da educação, do trabalho e da política, a luta por igualdade continua (MATOS; BORELLI, 2020).

3.2.1.3 A luta pelo sufrágio universal

Segundo Perrot (2017), a política foi a fronteira mais difícil de ser transposta pelas mulheres em todos os países, pois a tomada de decisões e o poder, questões inerentes a esse meio, eram consideradas “assunto de homem”, e a intervenção das mulheres na *polis* grega era considerada uma catástrofe. Assim, embora antes da Revolução Francesa (século XVIII), marco inicial das discussões sobre a participação feminina na política, houvesse existido rainhas respeitadas em suas decisões políticas, isso acontecia devido ao fato de essas serem nobres detentoras de poder, e não devido às decisões das mulheres como indivíduos com direitos políticos serem levadas em consideração na época.

Em meio a esse debate sobre ideais de liberdade e igualdade por parte dos envolvidos na Revolução, algumas mulheres que estavam atentas aos acontecimentos políticos da época passaram a se questionar se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, lançada em agosto de 1789, também se aplicava ao gênero feminino. Nesse período, Olympe de Gouges, constatando a exclusão política das mulheres no documento em questão, publicou o livro *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, criticando a outra declaração. Desde então, surgem muitos movimentos femininos em busca do direito ao voto e à ocupação de cargos políticos a todas as mulheres (MARQUES, 2019).

Em 1948, nos Estados Unidos, em uma capela de Seneca Falls, em reunião pública, sem maiores ambições, sobre os direitos da mulher, é dada partida à luta sufragista. Anos depois são formadas organizações, como a *National American Woman Suffrage Association* (NAWSA), em 1890, a *Women’s Political Union*, em 1907, e a *Woman’s Party*, em 1913. A partir das lutas de movimentos de mulheres ligadas a movimentos como esses, em setembro de 1920, foi aprovada a 19ª Emenda Constitucional, que concedeu o direito de voto a todas as mulheres maiores de 21 anos (ALVES, 2019). Na Inglaterra, também houve movimentação intensa de mulheres, em prol da conquista do direito pelo voto feminino. O grupo *Women’s Social*

and Political Union (WSPU), cujas militantes eram conhecidas pela alcunha de *suffragettes*, teve um papel importante no país. Os esforços liderados pelas feministas em ambos os países acabaram influenciando movimentos femininos em outros países no mundo ocidental (KARAWEJCZYK, 2013).

No Brasil, a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, apresentou o conceito de cidadãos ativos, isto é, aqueles que poderiam eleger os integrantes do governo local e do parlamento. Nesse processo de votação, conhecido como sufrágio censitário, o direito ao voto tinha como critério a renda. Somente pessoas livres, maiores de 25 anos e com renda anual mínima de 25 mil réis podiam escolher seus líderes. Nesse modelo, mulheres eram cidadãs passivas, que usufruíam de determinados direitos civis, mas que não podiam exercer opinião sobre questões políticas, e, por conseguinte, não tinham concessão para participar do processo eleitoral.

Entre as diversas tentativas de reforma eleitoral, em 1881, a Lei Saraiva qualifica o direito ao voto em termos de renda e de instrução, reconhecendo títulos científicos, entre eles os diplomas de Medicina, Direito ou Odontologia. Com base nisso, em 1890, a dentista Isabel de Souza Mattos, residente em São José do Norte, na província de Rio Grande, em posse de seu registro de eleitora obtido em 1887, procurou a junta eleitoral para participar das eleições para a Assembleia Constituinte; porém não teve permissão por parte do presidente da mesa. Após tal negativa, no ano de 1891, o deputado Saldanha Marinho submeteu emenda propondo o sufrágio feminino em termos abrangentes, mas ele, assim como os parlamentares que o apoiavam, não obtiveram sucesso, pois, de acordo com seus opositores, o exercício de direitos políticos pelas mulheres ameaçaria a conservação da família (MARQUES, 2019).

De acordo com Soihet (2020), da Assembleia Constituinte de 1891 resultou uma ambiguidade com relação a quem poderia ser considerado na categoria de “cidadãos brasileiros”, sendo que de um lado estavam aqueles que alegavam que as mulheres não fariam parte dela e de outro os que afirmavam que elas estariam nesse rol também. A partir dessa divergência de entendimentos sobre o assunto, outras mulheres, como a advogada Myrthes de Campos e a professora Leolindra Dalto, tentaram exercer seu direito de voto, mas tiveram o alistamento eleitoral negado. Leolindra Dalto, inconformada, então, fundou o Partido Republicano Feminino em 1910 e, em 1917, organizou uma passeata com 84 mulheres, o que, segundo Soihet

(*ibid*.), pode ter contribuído para que, no mesmo ano, o deputado Maurício Lacerda apresentasse um projeto de lei na câmara a favor do sufrágio feminino, que acabou sendo derrubado na votação na Câmara.

Após intensa pressão de muitas mulheres, em destaque as feministas brasileiras, entre elas, as ligadas à Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), houve avanço nos debates, sendo o voto feminino pronunciado favoravelmente por juristas e comentado frequentemente em jornais da época (SOIHET, 2020). Como consequência de tal avanço, em 1927, o senador Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, fez incluir o direito de voto às mulheres na Constituição Estadual e, em 1928, Alzira Soriano foi eleita no município de Lages a primeira prefeita do Brasil. Animadas com a conquista, outras mulheres passaram a requerer o alistamento eleitoral, sendo seus pedidos deferidos ou não de acordo com a decisão dos juízes (ALVES, *op. cit.*).

Figura 8 - Para grande parte da imprensa, a luta pelo voto feminino era algo a se combater, pois, ao conquistar tal direito, as mulheres iriam desejar trocar de lugar com os homens ou não cumpririam bem as tarefas domésticas e o papel de mãe. Fonte: Soihet, 2019.

A seguir, no ano de 1931, ao final do Segundo Congresso Feminista, diante de pressão da FBPF, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, nomeia uma comissão para criar uma nova lei eleitoral. Tal projeto, no entanto, trouxe uma série de restrições ao voto feminino, permitindo-o a certas 'categorias de mulheres', o que gerou novos protestos. Somente, em 1932, então, estabelece-se no Brasil o voto

feminino, sendo o País o segundo na América Latina a estender às mulheres tal direito (SOIHET, *op. cit*.).

Vale ressaltar, conforme apontado por Limongi *et al.* (2018), que, embora o direito ao voto feminino tenha sido concedido em 1932, ele ainda não era obrigatório a todas elas e dependia da permissão dos maridos, o que limitava a participação das mulheres. De acordo com o ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Edgard Costa (1964 *apud* LIMONGI *et al*., 2018, p. 2), impor restrições às mulheres era necessário, pois "a missão da mulher é mais doméstica que pública, mais moral do que política". Assim, somente em 1965, houve a universalização do voto e a obrigatoriedade dele para homens e mulheres, conforme pode ser visualizado na tabela 3, que traz um panorama do sufrágio feminino no Brasil.

Data	**Lei**	**Efeito**
1824	Constituição Política do Império do Brasil	Proibição do voto feminino. O termo cidadão não abrangia as mulheres, embora o texto não as listasse nas exceções do Art. 94.
1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Proibição do voto feminino. O texto constitucional não afirma explicitamente que as mulheres seriam impedidas de votar no Art. 70.
1932	Código Eleitoral, Decreto Nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, Art. 2º e Art. 121	São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, segundo o Art. 2, mas o voto feminino é definido como voluntário, por meio do Art. 121.
1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário, por meio da obrigação do alistamento somente para os homens, prevista no Art. 109.
1945	Lei Agamenon, Decreto-Lei No 7.586 de 28 de maio de 1945	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 3º.
1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário para a mulher casada, aquela que não exerce profissão lucrativa, por meio de legislação ordinária, como autorizado pelo Art. 133.
1950	Código Eleitoral, Lei Nº 1.164, de 24 de julho de 1950	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 4º.
1965	Código Eleitoral, Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965	Universalização do voto, por meio do Art. 6º, exigindo que o alistamento e o voto sejam obrigatórios para um e outro sexo.

Tabela 3 - Principais alterações legais relativas à extensão do voto para as mulheres (1824-1965). Fonte: (LIMONGI *et al*., 2018).

Mesmo em 1979, 14 anos depois, as mulheres representavam 44,78%, pois muitas delas ainda eram analfabetas, e a lei restringia a participação dessas pessoas que não sabiam ler. Em 1985, após a extensão do voto a esse público, é que as taxas de alistamento por gênero, finalmente, se equilibram (LIMONGI *et al*., *ibid*.). Desse modo, conforme frisa Branco (2019), foram muitos anos não só no Brasil como em outros países enfrentando argumentos jurídicos, ridicularização, violência por parte da polícia, ações que tinham por objetivo impedir ou retardar o exercício desse direito básico, que é participar na vida democrática e cidadã por meio do voto e da possibilidade de ser votada.

Na próxima seção, será visto com mais detalhes como movimentos de resistência contribuíram para a conquista dessa prerrogativa, entre outras, como o acesso à educação e ao mundo do trabalho e o uso de métodos contraceptivos.

3.3 Movimentos de resistência – o feminismo

A história das relações de gênero, assim como de outros aspectos, está imbricada por relações de poder, sendo a história das mulheres permeada por momentos de resistência de modo organizado ou não. Foucault (1988), pioneiro e inspirador da epistemologia feminista, em a *História da sexualidade: vontade de saber*, afirma que “onde há poder há resistência” (p. 91) e que, sendo assim, não se pode falar em “um lugar da grande Recusa” (p. 91), mas em resistências, no plural, que são “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis [...]”. Desse modo, assim como em outros campos, a resistência feminina ao sexismo e ao patriarcalismo ocorreu e ainda ocorre por meio de movimentos organizados e, em certos momentos, de modo mais incisivo e violento, mas também nas vivências do dia a dia, de modo espontâneo e longe dos olhos do grande público (ÁLVAREZ, 2014).

Collins (2019), tratando das múltiplas maneiras de resistir, em especial no caso das mulheres negras, diz que essas usaram diversas estratégias ao longo da história para transformar a sua realidade de alguma maneira. Entre essas estratégias, é possível mencionar o ato de protestar contra o viés masculino nas organizações afro-

americanas; a arte progressiva da criação de composições musicais do estilo *blues* como forma de denúncia, assim como aquelas que ocorrem no espaço privado e no pessoal, sendo essa última igualmente empoderadora.

Quanto às transformações provocadas por atos de resistência, Foucault (1991, p. 92) segue explicando que esses podem causar grandes rupturas, divisões binárias e maciças, mas que

> É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder.

Portanto, ainda que pequenos e grandes atos de resistência por parte de movimentos organizados ou não de mulheres não tenham/têm, em diversos momentos, provocado efeitos aparentemente significativos, eles tiveram o papel de atravessar estratificações sociais e provocar mudanças. As próximas seções tratarão conceitos sobre o que é o feminismo e como ele trouxe e tem trazido avanços em políticas voltadas ao gênero feminino.

3.3.1 Feminismos

Conforme Alves e Pitanguy (1991), não há uma definição única do que é o feminismo, pois o termo está relacionado a um processo que se originou no passado, que se constrói no cotidiano e que não tem um ponto de chegada, além de, como todo processo de transformação, ser permeado por contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. No entanto, de acordo com as autoras, é possível tecer algumas informações sobre o movimento.

Para as pesquisadoras, o feminismo, diferentemente do que muitos possam pensar, não se trata necessariamente de um movimento organizado e publicamente visível. Este, portanto, está presente em ambientes como o da esfera doméstica, do trabalho e em qualquer outra esfera na qual haja mulheres buscando recriar relações

em que o feminino não seja desvalorizado. Quanto aos objetivos, de modo geral, do feminismo, há uma busca de que as pessoas não tenham de se adaptar a modelos hierarquizados pela assimetria de poder e pelo autoritarismo que definem o que é masculino ou feminino.

Carla Cristina Garcia (2011), embora aborde, em sua obra *Breve História do Feminismo*, o feminismo e seu percurso a partir de momentos em que as mulheres se organizaram e articularam reivindicações e maneiras de conseguir atingir seus objetivos enquanto grupo, também traz uma noção geral sobre o tema que está de acordo com o postulado por Alves e Pitanguy (*op. cit*.). Para a estudiosa (*ibid*., p. 13), em um sentido amplo, é possível afirmar que sempre que “as mulheres – individual ou coletivamente – criticaram o destino injusto e, muitas vezes, amargo que o patriarcado lhes impôs e reivindicaram seus direitos por uma vida mais justa, estamos diante de uma luta feminista”.

A estudiosa continua explicando que a tomada de consciência feminista permite que as mulheres inevitavelmente percebam micromachismos, estratégias cotidianas para mantê-las sob o poder masculino, a coisificação da imagem feminina na publicidade e a infrarrepresentação delas na política, entre outros aspectos. Nesse contexto, o feminismo tem, para Garcia (*ibid*.), um poder emancipatório, pois, ainda que de modo lento e gradual, transforma as relações de gênero e ressalta as contradições que envolvem discursos que confundem o masculino como sendo de caráter universal. Ainda, de acordo com a autora, o feminismo é constituído por um grande número de mulheres de diferentes partes do mundo e diversas correntes, podendo ser considerado que não há apenas um feminismo, mas *feminismos*, no plural.

A ativista do feminismo negro bell hooks (2019, p. 59), ao tratar da noção em questão, afirma que “o feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista” e que “seu objetivo não é o de beneficiar apenas um grupo de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. E não se trata de privilegiar a mulher em detrimento do homem”. Logo, a autora, que critica o caráter, em certos momentos, elitista do feminismo, defende que esse deve incluir todas as mulheres, inclusive aquelas que, segundo ela, foram colocadas de lado pelo movimento: as negras, as pobres, as lésbicas etc. Todas, para hooks (*ibid*.) em suas diversas realidades sociais e políticas devem ter suas experiências “tiradas da margem” e colocadas no centro dos estudos e das práticas transformadoras dos movimentos políticos.

A pesquisadora, em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (2020), esclarece que o movimento não é anti-homem e que o problema central é o sexismo; que mulheres e homens têm sido socializados a aceitar desde o nascimento. Assim, mulheres podem também ser sexistas e ter como natural discursos que atribuem aos homens características que elas não teriam de modo acentuado, como habilidades de liderança política, por exemplo. Isso, para hooks (*ibid*.), não desculpa ou justifica a dominação masculina, mas mostra que, para acabar com o patriarcado, deve-se enxergar o feminismo não como uma luta de mulheres contra homens. Ao invés disso, seria preciso ir além e compreender que todos participam da disseminação do sexismo e que há a necessidade de desapegar de pensamentos e ações desse tipo em direção àqueles de cunho feminista.

Outro aspecto importante mencionado pela autora é que, por diversas razões, algumas mulheres relutam em aderir ao feminismo ou se identificarem como feministas. Algumas fariam isso, pois não querem ser associadas a um movimento considerado por muitos como radical, porque acreditam que esse seja racista e relacionado apenas aos interesses de mulheres brancas, entre outras razões. Segundo Joana Maria Pedro (2020), até o final dos anos 1980, no Brasil, poucas pessoas aceitavam o rótulo de feministas, pois acreditavam que o feminismo estava associado à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens. Homens que apoiavam a luta, logo acabavam por ser submetidos a todo tipo de gozação por parte de outros.

Nesse sentido, hooks (2020) defende o compartilhamento de pensamentos e práticas feministas em todos os meios, não só através de estudos que circulam no universo privilegiado da academia para que pessoas de todos os níveis socioeconômicos, raças etc. compreendam o que é o feminismo e possam aderir a ideais antissexistas. Duarte (2019), igualmente, argumenta que, a fim de combater o antifeminismo, é preciso que as pessoas entendam o que é o feminismo, conheçam a história das conquistas femininas, assim como a luta de mulheres que denunciaram a discriminação por acreditarem que, apesar de todas as dificuldades, era possível lutar por um relacionamento mais justo entre pessoas de diferentes gêneros.

3.3.2 Percurso do feminismo no Brasil e rumos do movimento

O feminismo, no Brasil, considerado sob o prisma de toda a ação que tenha como resultado em algum tipo de protesto contra a opressão e a discriminação feminina ou que exija ampliação de direitos tanto por iniciativa individual quanto por grupos teve início nas primeiras décadas do século XIX. Esse movimento teve quatro momentos áureos na história do País, segundo Duarte (2019), sendo que eles, de acordo com a pesquisadora, são comparados a ondas, que conservam um movimento de fluxo e refluxo e que começam difusas e imperceptíveis, mas que se avolumam em direção ao clímax, para novamente voltar à calmaria e recomeçar o processo.

3.3.2.1 O primeiro momento

O *primeiro momento* é considerado aquele em que mulheres lutam pelo direito de aprender a ler e a escrever, algo que era quase que exclusivamente reservado aos homens. Até o ano de 1827, data da publicação de legislação que permite a abertura de escolas públicas femininas, o meio de as mulheres terem acesso às letras era através de conventos que cuidavam de “guardar” as meninas para o casamento, por meio de raras escolas particulares em casas de professoras ou ainda através do ensino individualizado. Essas primeiras e poucas mulheres publicaram livros, abriram escolas e lutaram contra a ideia vigente de que as mulheres não necessitavam ler e escrever.

Um dos nomes que se destaca nesse momento é o de Nísia Floresta Augusta, nascida em 1810, no Rio Grande do Norte e uma das primeiras mulheres no Brasil a publicar textos em jornais de grande circulação. Ela é também autora do livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, considerado o texto fundante do feminismo brasileiro. Tal obra foi declarada por Nísia como uma tradução de *Vindications of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft*. Direitos das mulheres e injustiça dos homens* ainda foi inspirado por outras obras, como os escritos de Poulain de Barre e os artigos da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges, caracterizando uma espécie de antropofagia libertária em que a autora assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto baseado na própria experiência e na realidade brasileira.

Ainda, segundo Duarte (2019), nesse primeiro momento, a resistência feminina, entre outros meios, esteve presente nos jornais dirigidos por mulheres, sendo um deles o Jornal *das Senhoras*, editado por Joana Manso. Além disso, é

possível mencionar o periódico *O belo sexo*, de Júlia Albuquerque Sandy Aguiar, em que colaboradoras assinavam trabalhos divulgando suas ideias e textos literários tais quais *A philosopha por amor* (1845), escrito por Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, em que ela traz uma pequena peça teatral tratando das reivindicações femininas.

3.3.2.2 O segundo momento

O segundo momento áureo da história do feminismo no Brasil começa por volta de 1870, tendo como principais bandeiras a ampliação do acesso à educação de qualidade e o direito feminino ao voto. Nesse período, principalmente com o advento da República, mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho, juntamente àquelas dos segmentos médios e mais elevados da sociedade, passaram a demandar o aumento das oportunidades de capacitação profissional e de ingresso ao trabalho feminino remunerado nas mais diversas áreas (SOIHET, 2020). Como meio de clamar por tais mudanças, há um aumento significativo no número de jornais e revistas de viés feminista no Rio de Janeiro e em outros pontos do País.

Entre essas manifestações, o periódico *Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha de Mota Diniz, teve três fases. A primeira foi de 1873 a 1875, em Minas Gerais, que contou com a tiragem de oitocentos exemplares e com a assinatura de pessoas de diversas cidades brasileiras. A segunda foi de 1887 a 1889, no Rio de Janeiro, com a tiragem de mais de 4 mil exemplares, atendendo a assinantes ilustres, como o imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel. Nessas primeiras duas fases, tal defensora dos direitos femininos alertava as mulheres sobre a importância da educação e de um senso crítico, pois a ignorância de direitos era o “grande inimigo” que a “ciência dos homens” insistia em manter e porque apenas com instrução haveria a possibilidade de avançar em questões importantes que foram cerceadas por séculos de obscurantismo. Ainda na terceira fase (1890-1896), em que o nome do periódico, devido à Proclamação da República, foi mudado para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, passou-se a dar mais ênfase ao direito da mulherm aos estudos secundários e ao trabalho nas mais diferentes esferas (DUARTE, 2019).

Nesse período, igualmente, entre outras mulheres, ganha destaque Josefina Álvares de Azevedo, que dirigiu o jornal *A Família*, de 1888 a 1897. O veículo foi considerado um dos mais radicais do seu período e tinha como uma das principais reivindicações a formação intelectual, pois essa acarretaria a conquista de direitos

políticos. Além de dedicar-se a escrever artigos para o jornal, Josefina criou uma peça de teatro intitulada *O voto feminino*, que foi publicada em forma de folhetim em *A Família*. O contexto da peça é o ano de 1890, período em que um ministro decidiria a respeito da lei do voto feminino, e nela a escritora traz atenção a questões como a possibilidade de os homens dividirem cargos de poder com as mulheres e desempenharem funções até então tidas como femininas (PRADO; FRANCO, 2020).

3.3.2.3 O terceiro momento

De acordo com Duarte (2019), no terceiro momento áureo do feminismo no Brasil, que começa no início do século XX, há o início de uma movimentação mais ou menos organizada de mulheres que exigem o direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho para esferas como a do comércio, hospitais e indústrias.

Um dos nomes de importantes ao movimento na época é o de Leolinda Daltro, que foi pioneira por criar a primeira organização sufragista no país e por ter inaugurado a tática do *lobby*. Logo após criar, em 1910, o Partido Republicano, ela organiza uma passeata de mulheres, no Rio de Janeiro, com o objetivo de trazer novamente à discussão questões pertinentes ao voto que tinham sido deixadas de lado na última Assembleia Constituinte. Em 1919, ela, então, inaugura a tática do *lobby*, levando um grande grupo de companheiras de luta para assistir à votação de projeto de lei do senador Justo Chermont, que instituía o voto feminino (ALVES, 2019).

Teve destaque, igualmente, Bertha Lutz, que tinha acabado de voltar da Europa, em 1918, após estada na Inglaterra e na França, país onde cursou Biologia na Universidade de Sorbonne. Pouco depois de chegar ao Brasil, Bertha teve repercussão na imprensa, devido a ter sido classificada em primeiro lugar em um concurso público para o Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. Em breve, ela veio a se tornar uma das maiores referências nos movimentos de mulheres da época.

Juntamente a outras companheiras, Bertha Lutz organizou associações, fez pronunciamentos públicos, escreveu artigos, concedeu entrevistas a jornais. Além disso, essas mulheres buscaram o apoio de lideranças e da opinião pública e pressionaram autoridades ligadas à política, à educação e à imprensa. Em 1920, Bertha uniu-se a Maria Lacerda de Moura, outra líder feminista de grande importância

na época, para criar a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, meio que funcionaria como um grupo de estudos.

No entanto, pouco tempo depois, as duas começaram a divergir, pois Maria Lacerda preocupava-se com questões polêmicas na época, como a sexualidade e o corpo, e manifestava adesão ao anarquismo. Assim, as duas se distanciaram, e Bertha Lutz, entre as suas várias frentes de luta, seguiu dando prioridade ao sufrágio feminino. Para ela, era essencial que esse movimento fosse a principal bandeira, pois o acesso aos direitos políticos era o que permitiria a obtenção de garantias por intermédio da lei (SOIHET, 2020).

Além da publicação de artigos, da organização de protestos, de recorrer ao *lobby*, entre outros meios, a literatura teve um papel fundamental na resistência contra o sexismo e na ocupação de espaços outrora exclusivamente masculinos. Rosalina Lisboa, por exemplo, em 1921, conquista um importante prêmio na Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão*, e é aclamada pela imprensa da época como um “triunfo da intelectualidade feminina brasileira”. Rachel de Queiroz, da mesma forma, fez parte da vanguarda de sua época ao participar de espaços como a redação de jornais e na célula partidária. Ainda no romance *O Quinze*, a escritora apresenta agudas questões sociais e traz uma personagem feminina que prefere viver sozinha a aceitar um casamento tradicional. Em outra obra da autora, chamada *João Miguel*, Rachel de Queiroz descreve mulheres que se entregam à libido e reagem ferindo à faca homens que as abandonam (DUARTE, 2019).

As diversas formas de lutar e de resistir dessas e de outras mulheres trouxeram ganhos como o voto feminino, em 1932; a candidatura a cargos políticos, o acesso a funções mais diversificadas no trabalho e a espaços em níveis educacionais mais elevados. Assim, essas e outras feministas abriram caminho para que suas sucessoras pudessem trazer à tona outras discussões pertinentes às mulheres e que seguissem buscando justiça e igualdade de gêneros.

3.3.2.4 O quarto momento

Nos anos 1970, segundo Duarte (*ibid*.), o feminismo tem o seu momento mais exuberante, pois, desse momento em diante, houve um aumento significativo no número de congressos e encontros de mulheres, com o objetivo de transformar outras

reivindicações mais ousadas, como o controle da natalidade e o direito ao prazer, em conquistas.

Para Sarti (2004), um conjunto de fatores contribuiu para o fortalecimento do feminismo na década de 1970. Em 1975, a ONU, mobilizada pelo impacto do feminismo europeu e norte-americano, declara aquele o Ano Internacional da Mulher, o que favorece a discussão da condição feminina no cenário global. Mudanças advindas da modernização do país, a partir dos anos 1960, passaram a colocar a tradicional hierarquia de gênero em questão. Ainda o cenário ditatorial, no contexto brasileiro, dá surgimento a um feminismo militante, em que mulheres se juntam à luta armada, entre outras frentes, com o objetivo de resistir àquela forma de governo.

A autora, em *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro* (2001), ainda ressalta o caráter singular e "transgressor", naquele momento, de algumas vertentes do movimento feminista ao trazer a atenção para o fato de que a presença das mulheres na luta armada ia além de uma insurgência contra a ordem política vigente. O fato representava uma transgressão aos papéis delimitados tradicionalmente aos gêneros, uma vez que as mulheres, ao pegarem em armas, "comportavam-se como homens", colocando em questão fatores como a virgindade e a instituição do casamento.

Nos anos 1980, houve ainda mais difusão do discurso feminista devido não somente à atuação daquelas que aderiram ao movimento, mas também em resultado de um contexto em que a modernização do País trouxe um clima mais receptivo às demandas do movimento. Assim, o número de grupos feministas aumentou significativamente, sendo que alguns deles ganharam a forma de organizações não governamentais (ONGs), buscando influenciar políticas públicas em áreas específicas.

Nessa década, foi também desenvolvida e legitimada a pesquisa acadêmica sobre as mulheres, assim como ocorria nos Estados Unidos e na Europa, sendo criados inúmeros grupos de pesquisa, como Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), e o *Mulher na Literatura*, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), entre muitos outros. Em meio à difusão das discussões e estudos sobre as relações de gênero, no fim dos anos 1980, a violência contra a mulher passou a ter delegacias especializadas e foi extinta, na Constituição de 1988, a tutela masculina na sociedade conjugal (SARTI, 2001; DUARTE, 2019).

3.4 Próximos rumos

Devido a diversos ganhos obtidos por meio das lutas feministas, como maior acesso a todos os níveis educacionais, ocupação de cargos variados, ainda que com disparidades salariais entre homens e mulheres, entre outras conquistas, Duarte (2019) salienta que o feminismo está enfraquecido e que, a partir dos anos 1990, há o entendimento por parte de estudiosos, que os tempos seriam “pós-feministas”. Tais alegações partem do pressuposto de que as feministas têm permitido que o movimento se dilua em meio a outros campos, como os estudos culturais ou estudos gays e que as reivindicações do movimento estariam atendidas.

O que é observado, no entanto, é que, apesar de inúmeros avanços, é necessário seguir combatendo comportamentos e discursos patriarcalistas, porque, entre diversas demandas, as mulheres persistem, tendo salários inferiores, presença desigual em cargos de direção e políticos, além da violência física e simbólica em suas mais diversas formas de manifestação (DUARTE, 2019). E, ainda que afirmações acerca de um possível fim do feminismo, e que também não ocorram passeatas denominadas feministas, as redes de resistência feminina continuam a existir. Embora ainda exista preconceito contra a palavra “feminista”, um número crescente de mulheres e homens tem se denominado feministas e entendido que há outras formas de ser mulher, além das funções tradicionalmente idealizadas de esposa, mãe e dona de casa (PEDRO, 2020).

Sobre o possível fim da resistência ao sexismo, Álvarez (2014) revela em sua pesquisa que o feminismo segue se movendo e se remodelando. Além do crescente número de estudos sobre temas relacionados às relações de gênero sendo desenvolvidos nas universidades, a autora afirma que há movimentos como o Marcha Mundial das Mulheres, iniciado internacionalmente em 2000, o Marcha das Vadias e o Marcha das Margaridas. Podem ser mencionadas, do mesmo modo, ONGs que lutam por políticas públicas para as mulheres, núcleos femininos inseridos em partidos políticos e movimentos populares, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento Sem Terra (MST).

Nesse contexto, também se destacam espaços na internet e nas mídias sociais em que organizações, páginas destinadas à discussão de questões atuais e feministas de modo individual podem expor atitudes e discursos sexistas, debater

ideias, protestar e reivindicar. É possível mencionar páginas de periódicos acadêmicos brasileiros como o *Cadernos Pagu*, da Universidade de Campinas (Unicamp), a *Revista de Estudos Feministas*, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a *Revista Gênero*, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Páginas que mantêm publicações *no Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, como a *Quebrando o Tabu* e *Mídia Ninja*, além de outros temas atuais, abordam questões vitais ao feminismo, como a violência física e simbólica, baixa representatividade das mulheres na política etc. Ainda podem ser mencionadas as *hashtags*, compartilhadas por páginas como essas e pessoas, de modo independente, que expõem o sexismo e reivindicam mudanças nas relações de gênero. Entre essas, podem ser mencionadas a *hashtag* #MyGameMyName, que traz ao debate o direito de as mulheres usarem apelidos femininos em jogos *on-line* sem serem agredidas de alguma maneira e a #Eleitas, que vem acompanhada de discussões sobre a importância de haver paridade na ocupação de cargos de poder, incluindo os políticos, e da violência política de gênero nas suas mais diversas manifestações.

Ainda é importante frisar que o feminismo segue vivo por meio da constante pesquisa, reflexão e autocrítica (DUARTE, 2019), no intuito de incluir não só feministas brancas de classe média, mas as negras, as de classe socioeconômica desprivilegiada, entre outras.

3.5 Conclusão do capítulo

Neste capítulo, tratou-se, inicialmente, do conceito de gênero e sua ligação com a naturalização de papéis atribuídos historicamente a homens e a mulheres por meio do discurso (HELBORN, 1994; SCOTT, 1995; PINO, 2007). Foi discutida, por meio de estudos, como o de Louro (1995; 2016), a imbricação das relações de poder ao longo da história com as construções sociais próprias a cada gênero. Além de tais questões, foram trazidas à atenção as intersecções da categoria com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades e o entendimento de que, para mulheres negras, pobres e outras compreendidas nas mais diversas interseccionalidades, as dificuldades e as lutas por igualdade de gênero se fundem a outras reivindicações. (CRENSHAW, 2002; BUTLER, 2003; HARAWAY, 2004; AKOTIRENE,2019).

A seguir, foi abordada a história das relações de gênero e a opressão às mulheres, em meio a um contexto em que o masculino era (e continua sendo) privilegiado em espaços de destaque no mundo do trabalho, na política, entre outras esferas, tendo como base o trabalho de, além de outros pesquisadores, Karawejczyk (2013), Limongi *et al*. (2018), Alves (2019), Marques (2019), Priore (2020), Habner (2020). Após, na última seção do capítulo, discorreu-se sobre resistência e feminismo, o percurso e as conquistas do movimento, assim como seu momento atual e novos rumos (PITANGUY, 1991; SARTI, 2001; 2004; GARCIA, 2011; ÁLVAREZ, 2014; COLLINS, 2019; DUARTE, 2019; HOOKS, 2019; 2020; PEDRO, 2020; SOIHET,2020; PRADO E FRANCO, 2020).

4. VIOLÊNCIA, GÊNERO E POLÍTICA NAS MÍDIAS SOCIAIS

Neste capítulo, será abordado o entendimento de Zizek (2009), Bourdieu (1989; 2002), Strey (2012), Viegas e Recuero (2014), Souza (2014) e Kurtz (2017), entre outros pesquisadores, sobre violência simbólica e como essa se naturaliza por meio do discurso e de relações sócio-históricas, principalmente, no que se refere ao gênero feminino. A seguir, serão abordadas diferentes manifestações nas mídias sociais e fora delas desse tipo de violência em um ambiente majoritariamente masculino – o da política (BIROLI; MIGUEL, 2014; MIGUEL, 2014; BIROLI, 2016; ALBUQUERQUE; ALVES, 2014; HIDALGO, 2020, LÉVY, *s.d.*).

4.1 Violência simbólica de gênero

De acordo com dados do Mapa da Violência de Gênero, em 2017, foram registradas 26.835 ocorrências de estupro, sendo que 89% tiveram mulheres como vítimas. Ainda houve denúncias de 209.508 casos de violência física no Brasil, no mesmo ano, tendo as mulheres como alvo de 67% deles. Apesar de tais números se mostrarem alarmantes, esses casos são apenas “a ponta do iceberg”, visto que a violência não é limitada a ataques físicos, perceptíveis. Ela inclui aspectos simbólicos que envolvem desigualdade, discriminação e opressão. No caso das mulheres, por exemplo, essas são afetadas por esse aspecto simbólico quando são disseminadas mensagens na mídia que as sexualizam e desvalorizam a capacidade feminina para atividades tipicamente tidas como masculinas (FERNÁNDEZ; CERDÁ, 2016).

Tratando sobre o tema, Zizek (2009) alerta que atos de crime e terror, confrontos civis e conflitos internacionais, de modo comum, por serem mais evidentes, são as primeiras coisas que vêm à mente quando o tema é violência. No entanto, conforme adverte o filósofo, é necessário “desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência ‘subjetiva’ diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (p. 17) e perceber o que está por trás dos cenários que dão existência a essas explosões. Logo, para o autor, a *violência subjetiva*, mais perceptível, é somente uma das partes de um triunvirato composto também por dois tipos de *violência objetiva.* Sobre tais categorias, Zizek (*ibid*., p. 17) dá a seguinte explicação:

> Há uma violência simbólica encarnada na linguagem e em suas formas [...] essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas

> formas de discurso reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à oposição de um universo de sentido. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo de violência "sistêmica", que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político.

Portanto, de acordo com o que o estudioso segue explicando, a violência subjetiva é percebida como uma perturbação do *status quo*, enquanto a objetiva é aquela inerente a esse estado "normal" das coisas. Desse modo, normalmente, as agressões físicas contra as mulheres são normalmente entendidas como algo que transtorna a paz e a ordem. Por outro lado, agressões verbais e estigmas direcionados ao gênero feminino não são considerados com a devida importância ou, inclusive, passam despercebidos, por serem entendidos como verdades, algo natural.

A figura a seguir ajuda a compreender algumas formas como a violência subjetiva e a objetiva podem manifestar-se, especialmente, quando a temática envolve o gênero feminino.

Figura 9 - Pirâmide da sociedade patriarcal. Fonte: Viegas; Recuero (2014).

É possível visualizar na base da pirâmide da sociedade patriarcal (figura 9) formas "invisíveis" em que a violência simbólica de gênero pode se apresentar. Entre elas, invisibilidade, exclusão, humor sexista, machismo, que seriam formas mais sutis; aquelas que tendem a ser menos notadas por serem tidas como algo natural. Logo acima, ainda fazem parte dessa violência menos perceptível atitudes como humilhar, desvalorizar, culpabilizar, depreciar, ignorar e fazer chantagem emocional. Conforme

apontado por Zizek (*op. cit*.), é significativo levar essas formas mais difíceis de perceber em consideração a fim de compreender as formas explícitas que estão no topo da pirâmide, o que aparentemente são manifestações “irracionais” de violência subjetiva.

Bourdieu também aborda a violência simbólica em seu trabalho *A Dominação Masculina* (2002, p. 7), explicando que ela é “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas; que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...]” (p. 7) e que é exercida com a adesão do dominado. Assim sendo, o agente específico ou a instituição (família, Igreja, Escola, Estado, etc.), em uma posição privilegiada nas relações de poder, por meio de um processo de inculcação, disseminam discursos, que são apresentados, muitas vezes, como verdades indiscutíveis, a fim de manter seus interesses (BOURDIEU, 1989).

Nesse contexto, os conceitos de poder simbólico, de *habitus* e de violência simbólica trazidos pelo sociólogo (1989; 2002) estão interligados. A classe dominante é a detentora do poder e do monopólio da violência simbólica, isto é, da inculcação de sentidos. A ideologia dessa classe, por sua vez, passada, frequentemente, como algo desinteressado, ou seja, como se não fosse um instrumento de dominação, é naturalizada pelos dominados sem que esses sequer percebam que são vítimas de violência simbólica. Assim, esses incorporam estruturas sociais, isto é, formam seu *habitus* e passam a construir posições sobre aspectos diversos da sociedade. É importante ressaltar que, de acordo com o trabalho de Bourdieu, apesar das relações desiguais de poder e do indivíduo não ser totalmente livre e capaz de medir todos os seus atos, o mesmo não está imerso em um determinismo estruturalista, no qual apenas responde a um mecanismo estrutural da sociedade (SOUZA, 2014).

Tratando da violência simbólica, Kurtz (2017) diz que, entre outras coisas, a imposição de papéis de gênero se configura como uma forma sutil de violência e mostra-se efetiva, à medida que, muitas vezes, as próprias mulheres são consideradas culpadas por tratamentos indignos que lhes são dados. Segundo Strey (2012), a violência simbólica de gênero está presente nas mais diversas instâncias, entre elas nas ideias veiculadas pelos meios de comunicação sobre beleza, corpos magros e “saudáveis”, assim como na política, no mercado de trabalho, na família e no espaço doméstico.

A pesquisa de Strey (*ibid*.) ainda revela que a violência contra as mulheres, nas suas diferentes formas de manifestação (agressões físicas, exclusão, humilhação,

entre outras), apesar de ser incluída no discurso dos direitos humanos, está tão profundamente enraizada em muitas tradições culturais e religiosas a ponto de não conseguir ser amplamente aceita como uma questão prioritária. Persiste, para Ayala (1997 *apud* STREY, 2012), grande dificuldade em penetrar nas raízes profundas das normas culturais que fazem do “homem” e do “masculino” valores de referência para o pensamento e para a conduta da humanidade.

4.1.1 Violência simbólica de gênero e política

Em 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) do Rio de Janeiro, mulher negra e homossexual, que defendia causas relacionadas à população das favelas e aos direitos humanos, foi assassinada. Assim como em outros campos, no da política, a violência contra a mulher não é exceção.

Além de casos graves de violência física como o contra Marielle, a modalidade simbólica se manifesta de diferentes maneiras nesse cenário. Nesse meio, mulheres têm menos representatividade em termos de números, sofrem com estereótipos de gênero, agressões verbais, exclusão, têm sua voz calada, entre outras formas de violência simbólica. Segundo Biroli (2016), em matéria para o *blog* da Editora Boitempo, essas diferentes manifestações convergem nos objetivos de constranger a atuação política das mulheres e deslegitimar a atuação delas no espaço convencionalmente masculino da política.

No tocante à representatividade feminina em cargos políticos, de acordo com reportagem de Lara Haje, publicada em 29 de março de 2019, na seção de notícias do site da Câmara de Deputados, até o momento da matéria, dos 513 deputados, apenas 77 eram mulheres e dos 11 cargos de mesa diretora (incluindo os suplentes), as deputadas ocupavam dois. Ainda nas 25 comissões permanentes, somente 4 (16%) eram presididas por mulheres. Segundo a pesquisa de Biroli e Miguel (2014), na política local, a situação não é diferente, pois as mulheres, naquele período, ocupavam cerca de 12% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores e não ultrapassavam os 10% no cargo de prefeitas.

Assim como tem ocorrido em outros países, no Brasil, têm sido desenvolvidas ações a fim de aumentar a participação feminina nesses cargos representativos. Por exemplo, no ano de 1995, foi criada a Lei 9.100, que estabeleceu o percentual mínimo

de 20% das vagas para candidatas mulheres. Em setembro de 1997, esse percentual foi aumentado para 30%, com a Lei 9.504. Medidas como essas, no entanto, não têm se mostrado suficientemente eficazes no Brasil, para Sá e Santos (2019), pois falta fiscalização por parte do Poder Público a fim de verificar se os partidos estão cumprindo a lei e de entender por qual motivo tais partidos, no intuito de preencher as cotas, colocam candidatas conhecidas como “laranjas”, isto é, candidatas que não recebem qualquer investimento em suas campanhas eleitorais.

De acordo com o trabalho de Miguel (2014), mecanismos de incentivo à participação política, como as leis supracitadas, podem ser meritórios, porém o exercício paritário do poder político depende de outras medidas, como creches, divisão das tarefas domésticas e fim da discriminação de gênero no mercado de trabalho. Assim, conforme a pesquisa do autor, a abolição das barreiras ao voto feminino não foi o suficiente para dar condições igualitárias de ingresso na arena política às mulheres, já que há uma série de questões que seguem interferindo no acesso feminino a cargos de liderança no meio político.

Assim, para Miguel (*ibid*.), o insulamento das mulheres na vida doméstica reduz a possibilidade delas de estabelecer a rede essencial de contatos e, consequentemente, de se lançar nessa carreira, assim como a jornada dupla de trabalho daquelas que são responsáveis pelo lar e têm trabalho remunerado reduz o tempo dessas para outras atividades como a política. Além disso, os padrões diferenciados de socialização, gênero e a construção social da política como esfera masculina acabam por inibir o desejo das mulheres de participar como representantes nesse meio. Segundo Campos (2019), o discurso que atribui espaços naturalmente apropriados para cada gênero contribuiu de modo considerável para a aceitação da não interferência feminina na coisa pública e, por consequência, para a normalização da ausência de mulheres em cargos de liderança nesses espaços, como se isso fosse resultado de supostas características e aptidões naturais que essas não teriam.

Miguel (2014) ainda alerta para o fato de que, mesmo após representantes do gênero feminino vencerem as barreiras iniciais e conseguirem ingressar nesse universo predominantemente masculino, os percalços não cessam, não passam automaticamente a estar em posição de igualdade. Sendo o campo político constituído historicamente como um ambiente masculino, mulheres, bem como integrantes de outros grupos tidos como subalternos, encontram obstáculos para alcançar posições de prestígio e influência. A representação da mulher como delicada, frágil, maternal e

ligada ao cuidado repercute no meio político de modo que essas sejam incentivadas a transitar em um círculo mais fechado de temáticas, como família, assistência social e educação. Apesar da grande importância de tais pautas, há uma tendência de que essas sejam consideradas de menor importância, contribuindo para segregar as mulheres em posições de menor destaque no campo (MIGUEL, 2014).

Com relação a agressões verbais, casos de exclusão e silenciamento da voz feminina podem ser citados. Inicialmente, o caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, que teve sua imagem exposta e ridicularizada por meio da comercialização na internet de adesivos para carros que sugeriam e incitavam o estupro dela, além de toda a violência que sofreu durante o processo de *impeachment*. Em 9 de dezembro de 2014, a deputada federal Maria do Rosário, alguns anos após ter sido empurrada pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, foi agredida verbalmente, ameaçada e humilhada publicamente pelo mesmo, que subiu à tribuna e declarou: “Falei que não ia estuprar você, porque você não merece. Fica aqui pra ouvir” (ALBUQUERQUE; ALVES, 2018).

No dia 27 de setembro de 2019, a vereadora Fernanda Miranda (PSOL Pelotas) teve sua fala interrompida, foi vítima de xingamentos e deboche por parte de colegas de Câmara. De acordo com matéria jornalística publicada pelo jornal *on-line Em Pauta*, durante debate sobre Parcerias Público-Privadas, a representante teve sua fala interrompida por meio de risos e insultos de outros vereadores e não houve nenhuma tentativa do Presidente da Câmara de Vereadores de pôr um fim àquela situação. A notícia ainda relata que a vereadora declarou que situações como essas de desrespeito haviam acontecido outras vezes.

Figura 10 - Momento de sessão da Câmara de Vereadores de Pelotas-RS em que Fernanda Miranda mostra seu descontentamento com a atitude de deboche de um dos colegas enquanto ela expressava suas ideias. Fonte: https://www.facebook.com/watch/?v=2368487760114755. Acesso em 23 ago 2021, às 15h25.

A violência simbólica de gênero não está restrita aos ambientes de presença física. É possível também perceber que essa se manifesta por meio de ameaças, ofensas, espalhamento de notícias falsas sobre candidatas, assim como a respeito daquelas que já estão no poder, conforme será visto na próxima subseção.

4.1.1.1 A violência simbólica de gênero, política e mídias sociais

Na obra “O que é virtual?”, Pierre Lévy (*s.d*., p. 5) afirma que “há uma oposição falsa e enganosa entre real e virtual” e que “a palavra *virtual* é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência”. Como frisa o autor, no entanto, tal oposição não se mostra verdadeira, sendo que o que é dito *on-line* tem profundo impacto no *off-line*, assim como problemáticas do que é considerado mundo real fazem-se presentes nas conversas estabelecidas no ciberespaço (APPERLEY e JAYEMANE, 2017; FRAGOSO *et al*., 2017).

Os efeitos que discursos violentos nesse meio podem ter no “real”, em alguns aspectos, podem ser potencializados devido a características da comunicação mediada por computador. Conforme aponta Recuero (2013), o pretenso anonimato que se tem nas conversações *on-line* mostra ser uma das principais razões para comportamentos agressivos e disruptivos. Além disso, a busca do capital social a qualquer custo gera tentativas de comprometer a conversação para obter visibilidade para suas ações, assim como de lançar dúvidas sobre a reputação do outro, pois isso geraria visibilidade para a ação do agressor.

Ainda, segundo a pesquisadora, discursos violentos que buscam desestabilizar outros usuários das redes sociais *on-line*, frequentemente, aparecem mascarados sob uma roupagem humorística e reproduzem preconceitos sexuais e de gênero, sendo capazes de ameaçar a reputação de suas vítimas, como o caso de “memes”, por exemplo, que ridicularizam mulheres que adentram espaços tidos como masculinos. Os efeitos dessa violência simbólica nesses espaços, de acordo com o estudo, são potencialmente mais danosos, por serem mais replicáveis, mais permanentes e mais abrangentes, amplificando os danos aos envolvidos (RECUERO, 2013).

Nesse contexto, discursos que reforçam a violência simbólica de gênero em meios como o da política podem, igualmente, ter o efeito de desanimar ou mesmo de afastar mulheres que desejam se lançar a cargos de liderança política, assim como as que já estão neles. Tais discursos podem ser tão potencialmente perigosos, nesse sentido, já que, “atrás de uma tela”, muito do que não seria dito na presença física do

interlocutor acaba por ser proferido e também porque as mídias propiciam uma “espetacularização” da violência, que gera “shows” e desejo por massacres virtuais (HIDALGO, 2020).

Entre mulheres que sofreram com a violência nas mídias sociais, podem ser mencionados os casos da vereadora Marielle Franco (PSOL), de Talíria Petrone (PSOL) e de Manuela D’Ávila (PCdoB). Segundo pesquisa de Hidalgo (2020), mesmo após ter sido assassinada, a vereadora Marielle Franco, que era defensora dos direitos humanos, teve seu nome vinculado a manifestações de violência simbólica nas mídias sociais. Conforme a autora relata, em 14 de março de 2019, data em que a morte de Marielle completou um ano, foi publicada na página do *Facebook* do Jornal Diário Popular, de Pelotas, Rio Grande do Sul, notícia sobre manifestação em memória à vereadora com a finalidade de cobrar respostas das autoridades com relação a punições aos envolvidos no crime. Nos comentários dessa notícia, teria sido publicada por alguns usuários a *hashtag* #MARIELLEVIVEENCHENDOOSACO em contraposição à *hashtag* #MARIELLEVIVE, símbolo de revolta e resistência.

Figura 11 - Hashtag #MARIELLEVIVEENCHENDOOSACO, publicada por leitores do jornal Diário Popular no *Facebook*. Fonte: HIDALGO, 2020.

Desse modo, Marielle, para essas pessoas, mesmo após morta, prosseguiria perturbando, já que pessoas que compartilham dos mesmos ideais que ela tinha não deixaram de cobrar punição aos assassinos dela e de travar as mesmas lutas em favor de favelados, mulheres, negros e contra as milícias.

Sobre violência direcionada à vereadora Marielle Franco, reportagem do jornal *on-line* BBC News também traz à atenção que, mesmo depois de três anos da execução dela, há pessoas que seguem espalhando mentiras sobre a vereadora em mídias sociais e por meio de mensagens no *WhatsApp*, sendo que entre alguns desses indivíduos estava uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a qual teve de se retratar pelo ocorrido. Algumas das mentiras eram de que Marielle era vinculada ao crime organizado, que usava drogas e que defendia bandidos. A deputada Federal Talíria Petrone (PSOL–RJ), amiga pessoal de Marielle,

em entrevista à redatora da reportagem, diz que “executam a memória” da amiga ao espalhar desinformação e revela também sofrer com agressões por meio das mídias sociais. Segundo a deputada, ela é frequentemente alvo de racismo e chamada de “macaca” e “escrava”.

De acordo com Albuquerque e Alves (2018), em 2014, a então deputada Federal (PCdoB) Manuela D’Ávila declarou, em seu perfil no *Facebook,* ter sofrido repetidas ameaças de estupro por um usuário do *Twitter* e que, por isso, pediu investigação do perfil envolvido à Procuradoria Geral da União. Notícia veiculada na versão *on-line* do jornal Gaúcha ZH, do dia 07 de julho de 2021, revela que as ameaças persistem, tanto direcionadas à Manuela quanto à sua filha Laura, de cinco anos de idade. A ex-deputada, que foi também candidata à vice-presidência do Brasil, em 2018, e à prefeitura de Porto Alegre, Rio Grande Sul, em 2020, revela ainda, em sua conta pessoal no *Instagram*, ter sofrido com desinformação, durante os períodos em que concorreu a tais cargos, a fim de deslegitimá-la perante os eleitores.

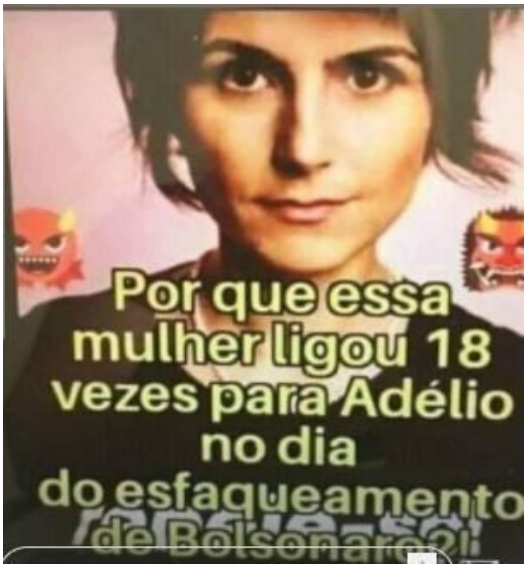


Figura 12 – Manuela D’Ávila acusada, por meio de “Fake news”, de ter envolvimento no esfaqueamento de seu adversário político, Jair Bolsonaro. Fonte: https://www.instagram.com/stories/highlights/17943386185231735/. Acesso em 25 ago 2021, às 16h10.

Figura 13 – Por meio de imagem de suposta postagem de Manuela no *Twitter*, a mesma é acusada de declarar guerra ao então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e de ameaçar pegar em armas. Fonte: https://www.instagram.com/stories/highlights/17943386185231735/. Acesso em 16 ago, às 16h16.

Ainda é possível perceber violência política de gênero em comentários a publicações na página *Quebrando o Tabu,* no *Facebook,* com a *hashtag* #EleitasMulheresNaPolítica (figuras 14, 15 e 16), que mostram opiniões misóginas de que mulheres não têm as características adequadas para cargos como os da política, pois não teriam competência para isso ou que fariam fofoca e causariam discórdia nesse meio. Há ainda quem defenda que elas deveriam estar restritas à esfera privada, no ambiente doméstico.

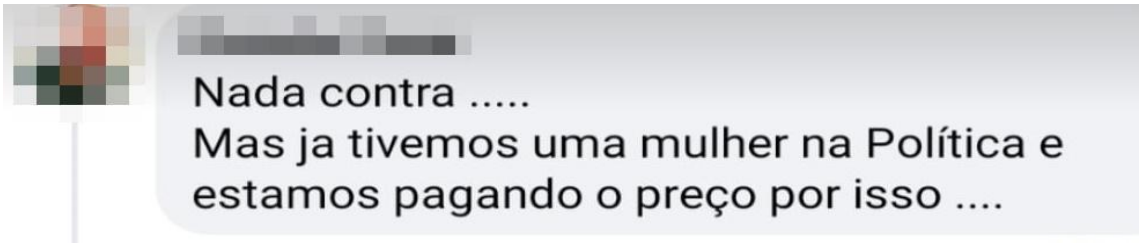


Figura 14 – Resposta à publicação que defende os direitos à participação feminina política com a afirmação de que mulheres não têm competência para o cargo. Fonte: Arquivo pessoal.

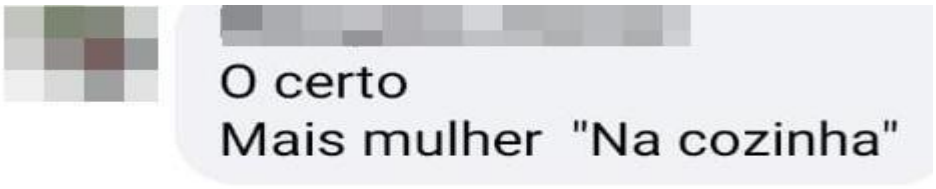


Figura 15 - Resposta à publicação que defende os direitos à participação feminina política com a afirmação de que a mulher deve ficar restrita à esfera doméstica. Fonte: Arquivo pessoal.

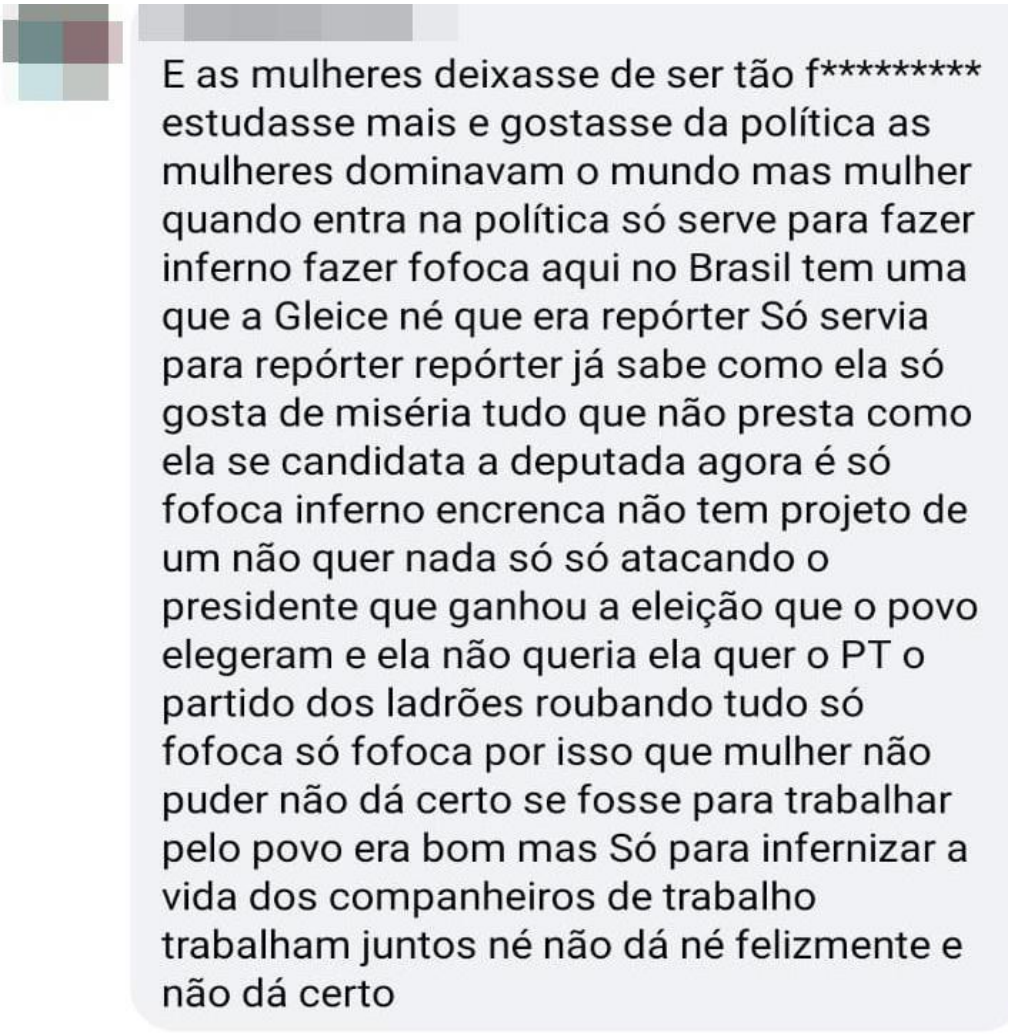


Figura 16 - Resposta à publicação que defende os direitos à participação feminina política com a afirmação de que as mulheres fazem fofoca e causam discórdia no meio político. Fonte: Arquivo pessoal.

Frente às mais diversas manifestações de violência simbólica de gênero – exclusão de posições estratégicas e de decisão, tentativas de infringir leis de cotas, insultos, humilhação, invisibilidade, disseminação de discursos carregados de

estereótipos, humor sexista, assédio sexual, espalhamento de desinformação etc. – em meios majoritariamente masculinos, como o da política, Albuquerque e Alves (2018) defendem que é necessário focar no enfrentamento da violência não só na esfera doméstica, mas também na esfera pública, pois essa impede a representação dos interesses das mulheres, dificultando iniciativas de superação das desigualdades em diferentes setores da sociedade, entre eles, o do trabalho e o doméstico.

Conforme Miguel (*op. cit.*), entende-se que nem todas as mulheres têm os mesmos interesses e ideais, sendo que, inclusive, uma parcela daquelas que estão em cargos de liderança não demonstram comprometimento com questões de gênero. Logo, os estudos de gênero não pregam a substituição de uma política de ideias por uma de mera presença, mas que, apesar de ser fundamental a representatividade do gênero feminino, todos(as) devem ser supervisionados por aqueles a quem representam.

4.2 Conclusão do capítulo

No presente capítulo, foi abordado o conceito de violência simbólica de gênero e o entendimento de que ela se apresenta não somente em casos evidentes de insultos e provocações, mas também através de estereótipos, humor sexista etc. (ZIZEK, 2009; VIEGAS; RECUERO, 2014). Após, foi discutido como tal tipo de violência torna-se parte do *status quo* por meio de práticas discursivas (BOURDIEU, 1989; 2002; SOUZA, 2014) a ponto de certas práticas de tal natureza, inclusive quando direcionadas ao gênero feminino, serem tidas como “normais” (STREY, 2012; KURTZ, 2017).

Na subseção seguinte, “Violência simbólica de gênero e política”, tratou-se também da intersecção entre política e violência simbólica de gênero. Nessa parte, discorreu-se sobre como a violência pode manifestar-se por meio das mídias sociais ou não, quando o tema é um meio em que predomina o masculino, especialmente em posições estratégicas, e em que os interesses estão baseados no propósito de que o poder decisório e de destaque siga concentrado nas mãos dos homens (BIROLI; MIGUEL, 2014; MIGUEL, 2014; BIROLI, 2016; ALBUQUERQUE; ALVES, 2014; HIDALGO, 2020, LÉVY, *s.d*.).

5. Metodologia de pesquisa

No capítulo 5, “Metodologia de Pesquisa”, serão apresentados, inicialmente, os objetivos das investigações neste trabalho. A seguir, haverá discussão sobre os procedimentos de coleta, os critérios para a escolha das publicações selecionadas, assim como a respeito do conteúdo delas. Além do mais, será abordada a plataforma de rede social *Facebook*, a página escolhida – a *Quebrando o Tabu* -assim como a metodologia utilizada, a Análise de Discurso Mediada por Computador.

5.1 Objetivos

De acordo com os estudos de Biroli e Miguel (2014) e Biroli (2016)**,** apresentados no referencial teórico do presente trabalho, a violência de gênero direcionada a mulheres que se lançam a cargos de representatividade acontece tanto por meio de violência física quanto simbólica. Segundo os autores, com relação à segunda forma de violência, há diversas formas em que essa pode se manifestar, indo de mecanismos ineficientes de incentivo à participação feminina na política a casos de agressões verbais, exclusão e silenciamento da voz feminina.

Estudos, como o de Albuquerque e Alves (2018) e Hidalgo (2020) evidenciam que ataques à participação feminina em cargos políticos extrapolam os encontros face a face e estendem-se ao ciberespaço. Nesse meio, haveria uma “espetacularização” da violência e uma incitação a massacres virtuais, além de mais facilidade de propagar xingamentos misóginos e outros tipos de xingamentos, em razão da menor exposição do agressor nesse ambiente *on-line*. Ainda, seria possível mencionar ataques em forma de desinformação, a fim de formar uma imagem negativa das candidatas.

Frente a essa problemática e à observação de que ela se replica, inclusive, em publicações voltadas à defesa da participação das mulheres no universo da política, como as da *hashtag* #Eleitas da página *Quebrando o Tabu* no *Facebook,* esta investigação está norteada a partir dos seguintes objetivos:

<u>Objetivo geral</u>:

- Investigar como a violência simbólica de gênero se manifesta em trocas interacionais sobre a participação feminina em cenários de poder, como o da política (insultos, piadas, estereótipos etc.) a fim de fornecer subsídios para o debate e para a pesquisa sobre o tema no meio acadêmico.

Objetivos específicos:

- Identificar formas de resistência criadas pelas mulheres frente a possíveis manifestações de violência de gênero nos comentários das publicações analisadas;
- Discutir as implicações da disseminação de discursos carregados de violência simbólica de gênero no ambiente das interações *on-line*, assim como a repercussão das estratégias de resistência criadas pelas mulheres nas conversações.

5.2 Procedimentos de coleta e a página *Quebrando o Tabu*

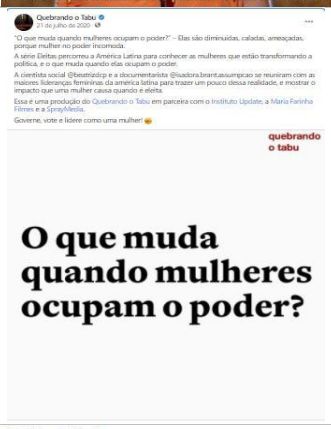
A página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook,* tem como descrição, na seção "Sobre", a frase "Por um mundo mais informado e menos careta" e conta com a "curtida" de 10.763.194 pessoas. Tal página foi escolhida por trazer temas que estão em debate sob um viés que prioriza os direitos humanos e a diversidade e que denuncia injustiças. Em meio às diversas questões que aborda, estão temas como racismo, violência, desmatamento, saúde e direitos da mulher, este último questão central deste trabalho. Dentre as publicações que abordam violência e direitos da mulher, foram observadas aquelas que tratam da violência de gênero direcionada a mulheres em cargos de liderança, sobretudo, na política, contexto em que essas têm de tomar decisões que afetam um grande número de pessoas e em que gozam de maior proeminência.

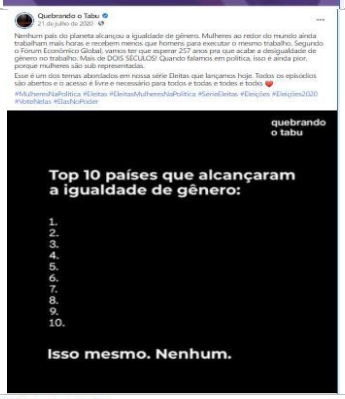
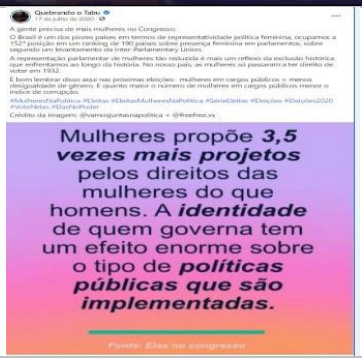
Através da ferramenta de pesquisa do *Facebook,* que permite fazer pesquisas em uma determinada página, buscou-se na *Quebrando o Tabu* a hashtag #Eleitas, que fez parte de uma série de postagens da página sobre a violência de gênero no meio político. A campanha "Eleitas", que inspirou a *hashtag*, foi criada pelo *Instituto Update* com o objetivo de evidenciar as desigualdades de poder entre os gêneros e *para mostrar* como mulheres inspiradoras estão desafiando o estado atual das coisas, a fim de provocar mudanças no sistema democrático de seu país, conforme site da instituição na internet.

O resultado da busca foi a exibição de 18 postagens, tendo sido essas publicadas pelos administradores da página no período de 26 de junho a 25 de agosto de 2020, momento que antecedeu as eleições municipais, cujo primeiro turno ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano.

Segue abaixo tabela com as postagens, datas em que elas foram divulgadas pela página e número de comentários, tendo como base coleta realizada no dia 06 de setembro de 2021. Tais publicações serão exibidas em ordem decrescente de engajamento por parte dos usuários da página nos comentários.

***Post* e data**	**Imagem**	**Número de comentários**
***Post* 1** 14/07/2020		3,1 mil
***Post* 2** 23/07/2020		1,2 mil
***Post* 3** 14/08/2020		968
Post 4 (04/08/2020)		939

***Post* 5** (16/08/2020)		849
***Post* 6** (13/07/2020)		818
***Post* 7** (21/07/2020)		590
***Post* 8** (24/07/2020)		491

***Post* 9** (15/08/2020)		467
***Post* 10** (25/07/2020)		391
***Post* 11** (21/07/2020)		305
***Post* 12** (21/07/2020)		298
***Post* 13** (17/07/2020)		256

***Post* 14** (16/07/2020)		255
***Post* 15 (27/07/2020)**		237
***Post* 16** (15/07/2020)		122
***Post* 17** (25/07/2020)		59

***Post* 18**		45

Tabela 4 – Publicações encontradas a partir da busca pela *hashtag* #Eleitas na página *Quebrando o Tabu* no *Facebook*.

Todas as publicações acima (tabela 4) apresentam discussões que podem ser relacionadas à violência simbólica de gênero e à participação feminina em cargos de liderança na política. Alguns posts, como o 1, o 2 e o 4 trazem exemplos em que a gestão feminina é relacionada a números menores de corrupção e a um maior sucesso em lidar com a pandemia de coronavírus. As postagens 6, 7 e 13 chamam a atenção para o fato de que mulheres no poder podem representar mais políticas públicas voltadas ao gênero feminino, e a 8, 11 e 16 denunciam a sub-representação feminina nos espaços de poder. Na publicação 8, tal sub-representação fica evidente no relato que está na imagem principal, em que a entrevistada diz que até 2016 sequer havia banheiro feminino no Senado. Outra temática relacionada à interseção violência simbólica de gênero e política também está presente na divulgação da campanha #Eleitas (posts 3,5, 9, 12, 13) em que há um chamamento para as seguidoras refletirem sobre o caminho percorrido pelas mulheres ao longo da história e se engajarem em atos de resistência frente ao cenário de dominação masculina.

Dessas 19 publicações, foram escolhidas as três primeiras, tendo como critério o engajamento dos usuários nelas por meio dos comentários. Em cada uma dessas três postagens, há um número superior a 950 comentários, sendo neles observadas posições contrárias à participação feminina em cargos de liderança, principalmente, no que se refere à política. Ainda há indivíduos, tanto do gênero feminino quanto do masculino, que se mostram favoráveis a mulheres ocuparem cargos de poder, aquelas que se contrapõem a manifestações de violência simbólica de gênero e aqueles que buscam dar suporte às mulheres que sofrem agressões verbais nas interações.

Segue abaixo tabela das publicações escolhidas com detalhes como o texto das postagens, número de comentários, reações e compartilhamentos em cada uma das publicações.

	Imagem	Texto	💬	👍	🤰	😆	😮	❤	😡	😢	↪
***Post* 1** 14/07		Os países que tiveram os melhores resultados durante o combate ao coronavírus tinham algo em comum: TODOS eles são liderados por mulheres. Angela Merkel (Alemanha) Jacinda Ardern (Nova Zelândia) Erna Solberg (Noruega) Mette Frederiksen (Dinamarca) Katrín Jakobsdóttir (Islândia) Sanna Marin (Finlândia) Tsai Ing-wen (Taiwan) Isso não é uma coincidência. O mundo é mais forte e seguro quando as mulheres assumem posições de poder! #Eleitas #Eleitas_MulheresNaPolítica #SérieEleitas #MulheresNaPolítica #Eleições #Eleições2020 #Eleições2021 #VaiTerMulheresNaPolítica #VoteNelas #ElasNoPoder #MulheresEmpoderadas	3,1 mil	35 mil	231	516	153	22 mil	2	2	14 mil
***Post 2* (23/07/2020)**		Países onde mulheres estão no governo têm menos corrupção. É o que diz um estudo publicado pelo Journal of Economic Behavior & Organization. Isso acontece porque as mulheres formulam políticas públicas mais inclusivas, coletivas, com despesas mais equilibradas e com foco maior em saúde,	1,2 mil	16 mil	46	148	40	4,8 mil	0	2	1.086

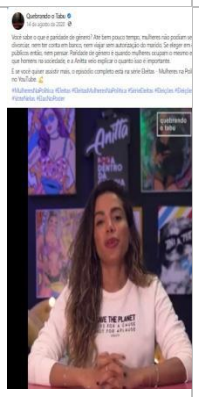
		educação e bem-estar infantil. É disso que a gente fala na série Eleitas, produzida justamente para explicar por que é tão fundamental termos mais mulheres participando da política. Já assistiram? Corre lá no nosso Youtube pra ver! #MulheresNaPolítica #Eleitas #EleitasMulheresNaPolitica #SérieEleitas #Eleições #Eleições2020 #VoteNelas #ElasNoPoder									
***Post* 3 (14/08/2020)**		Você sabe o que é paridade de gênero? Até bem pouco tempo, mulheres não podiam se divorciar, nem ter conta em banco, nem viajar sem autorização do marido. Se eleger em cargos públicos então, nem pensar. Paridade de gênero é quando mulheres ocupam o mesmo espaço que homens na sociedade, e a Anitta veio explicar o quanto isso é importante. E se você quiser assistir mais, o episódio completo está na série Eleitas - Mulheres na Política, lá no YouTube. 💪 #MulheresNaPolítica #Eleitas #EleitasMulheresNaPolitica #SérieEleitas #Eleições #Eleições2020 #VoteNelas #ElasNoPoder	968	3 mil	14	85	19	1 mil	7	3	15.010

Tabela 5 – Publicações selecionadas para análise. Fonte: A autora.

Conforme pode ser observado na tabela 5, a primeira publicação conta com 3,1 mil comentários, a segunda tem 1,2 mil e a terceira com 968. Para fins de análise, foi feito, inicialmente, um estudo exploratório dos 200 primeiros comentários de cada publicação, julgados válidos para este estudo, sendo desconsideradas as respostas a eles. Na primeira publicação, dez comentários foram tidos como inválidos e, na

segunda e na terceira, 16 tiveram o mesmo tratamento por abordarem temas que, embora relevantes, eram incompatíveis com o objetivo do trabalho, como críticas à gestão do presidente Bolsonaro na pandemia e a uma suposta impunidade com relação à corrupção na política. Desse modo, toda vez em que interações dessa natureza foram encontradas, partiu-se para o comentário seguinte até chegar ao número de 200 participações dos usuários.

A partir do estudo exploratório, foram criadas categorias e subcategorias de análise de acordo com o que pôde ser observado, assim como em consonância com os objetivos desta pesquisa. Na primeira postagem, os comentários foram classificados em seis categorias: 1) *Crítica ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*; 2) *Crítica à gestão feminina*; 3) *Culpabilização das mulheres*; 4) *Humor sexista*; 5) *Desinformação* e 6*) Resistência*. A categoria 2 foi dividida em duas subcategorias: a) *Críticas à ex-presidenta Dilma Rousseff* e b) *Críticas à gestão feminina de modo geral*. A categoria 4 passou por processo semelhante sendo dividida entre: a) *Piadas relacionadas especificamente à Dilma Rousseff* e b) *Humor direcionado às mulheres como um todo*. Com relação à divisão 6, *Resistência*, subdividiu-se em sete formas de resistir à violência de gênero observadas nos comentários, sendo elas: a) *Defesa das lutas feministas*; b) *Enfrentamento a quem faz comentários considerados misóginos*; c) *Elogios a gestões tidas como de sucesso*; d) *Elogios a qualidades que parte considerável das mulheres teriam;* e) *Denúncia de um sistema opressor*; f) *Incentivo ao voto em mulheres* e g) *Defesa de gestões femininas criticadas*.

Com relação aos comentários escolhidos para análise na primeira postagem, foram selecionados os dois comentários com mais curtidas na categoria 1. Na categoria 2, foram escolhidos quatro comentários, os dois com mais curtidas em cada uma das subdivisões: *a) Críticas à ex-presidenta Dilma Rousseff* e b) *Críticas à gestão feminina de modo geral.* Na terceira seção, “Culpabilização das mulheres”, foram selecionados os dois comentários com mais curtidas. Na seção 4, “Humor sexista”, são parte das interações selecionadas, na subseção “a”, os dois comentários com mais curtidas sobre a ex-presidenta Dilma e, na subseção “b”, um, o único que trata das mulheres de modo geral. Na categoria 5, foi elencado um comentário que contém desinformação de acordo com os critérios do *Facebook*, o único encontrado. Na categoria 6, a última, foi escolhido um comentário de cada uma das sete subcategorias.

Na segunda publicação, foram escolhidos os dois comentários com mais curtidas na primeira categoria, *Crítica ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*. Na categoria 2, *Crítica à gestão feminina*, foram escolhidos quatro comentários – os dois com mais curtidas em cada uma das duas subseções: *a) Críticas voltadas a gestoras específicas* e *b) Críticas voltadas às mulheres de modo geral*. Nas categorias 3 e 4, denominadas *Culpabilização das mulheres* e *Humor sexista*, nessa ordem, assim como na primeira, foram os dois comentários com mais interações por meio de curtidas. Na categoria 5, *Resistência*, farão parte da análise sete comentários, um de cada uma das subseções. Com relação às subseções de *Resistência,* elas são as mesmas que aparecem na categoria de mesmo nome da publicação 1*:* a) *Defesa das lutas feministas*; b) *Enfrentamento a quem faz comentários considerados misóginos*; c) *Elogios a gestões tidas como de sucesso*; d) *Elogios a qualidades que parte considerável das mulheres teriam;* e) *Denúncia de um sistema opressor*; f) *Incentivo ao voto em mulheres* e g) *Defesa de gestões femininas criticadas*.

Na terceira e última publicação, farão parte da discussão os dois comentários com mais curtidas das categorias 1, 2 e 3, que estão listadas a seguir nesta ordem: *Crítica ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*, *Crítica à gestão feminina* e *Culpabilização das mulheres*. Na categoria 4, *Humor sexista*, será considerado 1 comentário, o único. Na seção 5, *Depreciação*, foram escolhidos quatro comentários, sendo eles os dois com mais curtidas em cada uma das subseções, sendo elas: a) *Depreciação da cantora Anitta* e b) *Desqualificação das mulheres em geral e do feminismo.* Em 6, *Resistência*, foram selecionados 7 comentários, sendo dois na primeira categoria e um em cada das demais. As categorias são as seguintes: a) *Defesa das lutas feministas* (dividido em 1. *Defesa do direito de Anitta falar sobre paridade de gênero e política* e 2. *Defesa das lutas feministas de modo geral*); b) *Denúncia de um sistema opressor*; c) *Elogio à gestão feminina*; d) *Enfrentamento a tentativas de calar as mulheres nos comentário*s; e) *Defesa do voto qualificado em mulheres* e f) *Apoio a gestões femininas criticadas*.

Segue abaixo tabela que apresenta o número de comentários nas categorias, assim como aqueles que foram escolhidos em cada uma delas.

Categoria	Total de comentários	Comentários escolhidos
Publicação 1		
1) Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*;	76	2 com maior número de curtidas
2) Crítica à gestão feminina	35 (32 na subcategoria *a. Críticas à ex-presidenta Dilma Rousseff e* 2 na *b.Críticas à gestão feminina de modo geral*).	4 (2 com mais curtidas na subcategoria "a" e os 2 da subcategoria "b").
3) Culpabilização das mulheres	3	2
4) Humor sexista	12 (11 na subcategoria *a. Piadas relacionadas especificamente à Dilma Rousseff* e 1 na *b. Humor direcionado às mulheres como um todo*).	3 (2 com maior número de curtidas na subcategoria "a" e 1 da subcategoria "b").
5) Desinformação	1	1
6) Resistência	73	7 (1 de cada uma das 7 subcategorias)
Total	**200**	**19**
Publicação 2		
1) Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*;	41	2 com maior número de curtidas
2) Crítica à gestão feminina	102 (85 em *a.Críticas voltadas a gestoras específicas* e 17 em *b. Críticas voltadas às mulheres de modo geral*)	4 (2 com mais curtidas na subcategoria "a" e os 2 da subcategoria "b").
3) Culpabilização das mulheres	3	2
4) Humor sexista	2	2
5) Resistência	52	7 (1 de cada uma das 7 subcategorias)
Total	**200**	**17**

Publicação 3		
1) Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*;	33	2 com maior número de curtidas
2) Crítica à gestão feminina	5	2 com maior número de curtidas
3) Culpabilização das mulheres	5	2 com maior número de curtidas
4) Humor sexista	1	1
5) Depreciação	87 (82 em a. *Depreciação da cantora Anitta* e 5 em *b. Desqualificação das mulheres em geral e do feminismo*)	4 (Os dois com mais curtidas em cada subcategoria)
6) Resistência	69	7 (2 da subcategoria "a" e 1 cada uma das 5 subcategorias restantes
Total	200	18
Total das 3 publicações	**600**	**54**

Tabela 6 – Comentários escolhidos. Fonte: A autora.

5.3 Procedimentos éticos

As plataformas de redes sociais são meios que oferecem inúmeras possibilidades de coleta de dados com menor investimento de tempo e recursos, se comparadas a alternativas. No entanto, conforme advertido por Townsend e Wallace (2016), as oportunidades oferecidas por tais plataformas são acompanhadas pela responsabilidade de garantir que a obtenção e o uso dos dados sejam de acordo com os mais altos padrões éticos possíveis, sendo necessária atenção a novos desafios contextuais que abordagens tradicionais não são capazes de lidar de modo satisfatório.

De acordo com documento produzido em 2016, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD em inglês), entre os desafios éticos à pesquisa na internet, estão a distinção entre o que são dados públicos ou privados e o "manuseio" com aqueles que cruzam fronteiras nacionais, visto que cada país pode ter suas próprias regras de uso e compartilhamento de dados *on-line*. Frente a tais questões, o guia publicado pela OECD orienta que respeito, justiça e a garantia de boas consequências são princípios que devem ser seguidos pelos pesquisadores. A fim de que isso seja possível, o manual prescreve que, na divulgação dos dados de

pesquisa, sejam usados mecanismos que preservem a privacidade dos indivíduos envolvidos e que considerem potenciais efeitos negativos em relação a eles.

A *Association of Internet Researchers* (AOIR) – Associação de Pesquisadores em Internet, em português - levando em consideração princípios semelhantes, também estabelece diretrizes para que as investigações que fazem uso de dados coletados na internet sejam éticas. Segundo o *Internet Research: Ethical Guidelines 3.0* (2019), documento produzido pela organização, algumas questões devem ser levadas em conta, como consentimento informado por parte dos sujeitos envolvidos na pesquisa, proteção dos pesquisadores e dos informantes e privacidade.

Com relação ao consentimento informado e à privacidade, o guia produzido pela AOIR reconhece que é impraticável obter o consentimento de todos os que fazem parte da pesquisa em caso de investigação que envolva grandes quantidades de dados. Nesse sentido, é sugerido que, a fim de mitigar os riscos aos sujeitos da pesquisa, sejam tomados cuidados, como apagar os nomes desses e de outras informações que poderiam ajudar a identificá-los. Ainda, as diretrizes estabelecem que sejam levadas em consideração questões como a vulnerabilidade dos sujeitos (menores de idade, pessoas que passaram por algum tipo de trauma etc.), pois quanto maior essa for, maior será a responsabilidade do pesquisador em protegê-los de possíveis danos.

Levando em consideração as reflexões de Townsend e Wallace (2016) e tendo a preocupação de seguir os princípios estabelecidos pela OECD (2016) pela e AOIR (2019), no presente trabalho, os nomes dos usuários não foram mencionados em nenhum momento, assim como foram apagados os nomes das imagens com os comentários investigados. Além disso, houve a preocupação de não colocar os *links* que levam diretamente aos comentários junto às imagens, a fim de dificultar a identificação dos responsáveis pelos perfis e, consequentemente, a existência de possíveis efeitos negativos a essas pessoas.

5.4 *Facebook*

O *Facebook* é a plataforma de rede social em que são encontrados os objetos de análise desta pesquisa; de modo mais específico, publicações e comentários que tratam da violência simbólica de gênero. De acordo com matéria publicada em 24 de agosto de 2021, no *website Resultados Digitais*, o *Facebook* conta com cerca de 130

mil usuários no Brasil e 3,2 bilhões a nível global, sendo a plataforma de rede social mais utilizada mundialmente.

A história de tal plataforma começou em 2004, quando Mark Zuckeberg – inspirado em sites de relacionamento, como o extinto *Friendster*, no qual as pessoas criavam um “perfil” de si mesmas com dados sobre passatempos, gostos musicais e outras informações pessoais, e em experiências anteriores de programação (*Course Match* e *Facemash*) – cria o *Thefacebook*. Este último *website* recebeu o nome *Thefacebook* em alusão a arquivos de Harvard com fotos e informações sobre os discentes do local e tinha por objetivo criar um diretório com informações reais sobre os alunos em que fosse possível compartilhar o que estava acontecendo na universidade e fora dela, além de permitir acompanhar os colegas da instituição e o que acontecia com eles. A página que, em um primeiro momento, era acessível apenas a pessoas que tivessem um endereço de e-mail com a extensão *harvard.edu*, rapidamente se tornou um sucesso, e seu acesso foi estendido a estudantes de outras universidades americanas (KIRKPATRICK, 2011).

Figura 17 – Tela inicial do “Thefacebook”. Fonte: https://www.tecmundo.com.br/mercado/132485-historia-facebook-maior-rede-social-do-mundo-video.htm. Acesso em 13 set 2021, às 16h e 48min.

Segundo Kirkpatrick (2011), em 2006, o Facebook se entendeu a usuários que não eram estudantes e ligeiramente se popularizou a ponto de, em 2008, ser traduzido para mais de 35 línguas. O que antes fazia parte de um universo restrito de

estudantes, passou a fazer parte da vida de pessoas de todas as idades, transformando a maneira como elas se comunicam.

Figura 18 – Tela inicial da versão *web* do *Facebook* em 2021. Fonte: Arquivo pessoal.

5.4.1 Ferramentas do *Facebook*

O *Facebook* oferece múltiplas oportunidades a seus usuários. Por meio da plataforma, é possível criar um perfil e nele inserir foto e divulgar dados relacionados a trabalho, educação, *status* de relacionamento etc. Ainda é possível adicionar e aceitar amigos, criar páginas e grupos, reagir a publicações e fazer comentários sobre elas, além de compartilhar *posts*. A seguir, serão apresentadas, em mais detalhes, algumas dessas ferramentas.

No *perfil,* o usuário constrói a sua representação na rede, de acordo com a maneira como deseja ser visto nela. Nesse espaço, há a possibilidade de adicionar uma foto de perfil e uma de capa, além de informações pessoais, como escolaridade, profissão, local de trabalho, cidade de origem, *link* para outras plataformas de rede social, como o *Instagram*, e *status* de relacionamento, isto é, se a pessoa é solteira, casada etc. Tais informações ficam disponíveis juntamente à linha do tempo, lugar em queé possível dono do perfil ver as suas publicações e as de outros, assim como as postagens nas quais foi marcado.

Além dessas possibilidades, após a criação do perfil, o usuário pode criar *fanpages*, em que pode divulgar ideias, produtos e serviços, dentre outros tópicos de interesse. Nessas páginas, é possível que o administrador ou outras pessoas por ele

autorizadas divulguem informações relacionadas ao tema da página, assim como eventos e enquetes. A página tem características semelhantes às do perfil pessoal, porém nela o objetivo não é representar quem administra a página, e sim tratar de um assunto específico ou divulgar algo ou o trabalho de alguém. É também possível usar o botão “curtir” presente em tais páginas, a fim de ser informado sobre as publicações e comentários feitos nelas (VOLCAN, 2014). Na imagem abaixo (figura 19), é apresentado exemplo da *Quebrando o Tabu*.

Figura 19 – Página *Quebrando o Tabu* no *Facebook*. Fonte: https://www.facebook.com/quebrandootabu. Acesso em 15 set 2021, às 14h56.

Conforme pode ser observado na imagem acima, assim como o perfil, a página oferece diversas funcionalidades, como *link* para grupos, acesso a vídeos e a fotos publicados, além de informações sobre a própria página, como número de pessoas

que a seguem, além do lema e tema dela. As *fanpages* ainda oferecem a possibilidade de o usuário mandar mensagens privadas, procurar por publicações sobre um determinado assunto na ferramenta em formato de lupa, assim como a possibilidade de reagir a publicações, comentar sobre elas e compartilhá-las.

Quanto às *publicações*, elas servem como meio de inserir conteúdo no *Facebook*, sendo que há diversas maneiras de compartilhá-las. É possível fazer uma publicação no próprio perfil, na linha do tempo de outro usuário ou ainda em um grupo ou página que dê acesso a essa função aos seus membros ou seguidores. No que se refere ao conteúdo delas, é possível criar um conteúdo pessoal, com *links*, fotos, vídeos e texto e localização, ou ainda usar o botão “compartilhar” em outra postagem a fim de divulgá-la no próprio perfil ou em outros espaços disponibilizados pela plataforma do *Facebook*.

Além da possibilidade de compartilhar, é possível interagir com as publicações, se as configurações de privacidade permitirem, por meio dos *comentários*. Quando as publicações estão no modo público, é permitido que o indivíduo marque outros usuários nos comentários ou dê sua opinião sobre o assunto tratado nelas. Ainda, há a alternativa de responder a um comentário, prática bastante comum em publicações polêmicas, conforme trazido à atenção por Volcan (2014). Seguem exemplos, nas imagens abaixo (figuras 20 e 21), da ferramenta “comentar” e do uso do recurso de resposta a comentários.

Figura 20 – Ferramenta “comentar”. Fonte: https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/3612823942107300. Acesso em 15 set 2021 às 16h e 30min.

Figura 21 – Ferramenta “responder”, que permite responder a comentários. Fonte: Arquivo pessoal.

É possível também *curtir* uma página ou publicação. Tal ferramenta é importante às páginas, pois, quanto mais curtidas uma página tiver, maior alcance suas publicações terão, e consequentemente essas *fanpages* terão mais popularidade. Com relação às publicações, o recurso de curtir é igualmente fundamental, pois esse faz com que o conteúdo se espalhe pela rede e apareça nas “últimas atualizações” da linha do tempo daqueles que o curtiram (VOLCAN, *ibid*.).

Sobre o significado dessas curtidas, Soares (2013) observa que, ainda que essa possibilidade, de acordo com a Central do Usuário do Facebook, tenha como finalidade sinalizar que alguém gostou de algo, ela pode ser um tanto controversa, porque, em diversos momentos, o usuário se apropria desse recurso de outras maneiras. Como exemplo, seria possível citar situações tristes, como aquelas em que alguém publica que um parente faleceu e outras pessoas curtem a publicação ou o comentário, mas não para mostrar que se agradam do ocorrido e, sim, para mostrar estar ciente da situação. Além do botão “curtir” nas postagens e nos comentários, em período mais recente, foram adicionados botões que permitem expressar outras

emoções, como expressar tristeza, raiva, surpresa, ter amado algo, desejar que alguém supere alguma situação ou ainda haver achado o comentário ou a publicação divertida, conforme pode ser observado na imagem a seguir (figura 22).

Figura 22 – Reações nas publicações e comentários no Facebook. Fonte: https://www.mlabs.com.br/blog/ultimas-novidades-do-facebook/. Acesso em 22 set. 2021, às 14h e 44min.

As *hashtags*, popularizadas pelo seu uso no *Twitter*, são formadas pelo símbolo "#" juntamente a um tópico ou a uma frase, sem espaços. Essas têm a função de transformar tais tópicos e frases em *links* clicáveis, possibilitando que discussões relacionadas a elas possam ser encontradas em outras publicações (VOLCAN, 2014). Além dessa finalidade, as *hashtags* têm assumido, nas redes sociais *on-line*, o papel de protestar e resistir a injustiças (SILVEIRA; CAETANO, 2020). Entre diversos exemplos, podem ser citadas a #MyGameMyName, em defesa do direito de mulheres jogarem jogos eletrônicos com apelidos femininos sem sofrer com violência e as *hashtags* #Eleitas e #EleitasMulheresNaPolítica, que faz campanha a favor da participação feminina no cenário da política.

Foram apresentados, nesta seção, elementos importantes para a comunicação estabelecida por meio da plataforma de rede social *Facebook*, objeto de investigação neste trabalho. Na próxima seção, será abordado outro aspecto essencial à presente investigação: a Análise de Discurso Mediado por Computador, método que será utilizado para análise das publicações escolhidas.

5.5 Análise de Discurso Mediado por Computador

De acordo com Susan Herring (2001), os estudos voltados à comunicação mediada por computador (CMC), apesar de, em anos recentes, terem crescido em número e ganhado proeminência, não são algo novo. Segundo a estudiosa, em 1991, com a publicação de *Interactive written discourse as an emergent register*, de Kathleen Brunner e Greg Whittemore, linguistas começaram a refletir com mais interesse sobre

o Discurso Mediado por Computador, o que resultou em uma rápida expansão da pesquisa sobre o assunto e em uma crescente lista de publicações.

Contudo, em seu trabalho *Computer-Mediated Discourse Analysis: An Approach to Researching On-line Behavior* (2004), Herring argumenta que, apesar de aspectos da comunicação *on-line*, como os traços textuais deixados por ela nos meios em que ocorrem, boa parte das pesquisas feitas até então tinham caráter informal, subjetivo e especulativo. Além disso, a pesquisa voltada à comunicação na internet, para a autora, estava sofrendo com um impulso prematuro, por parte dos estudiosos, de rotular fenômenos *on-line* em termos generalizantes. Exemplo disso seria a ideia de que toda a linguagem usada na internet teria um único estilo ou gênero.

Tendo em consideração tal realidade, assim como a premissa de que o ambiente *on-line* influencia a maneira como as pessoas interagem umas com as outras, Susan Herring (2001) propõe uma perspectiva de estudo voltada ao Discurso Mediado por Computador. A *Computer-Mediated Discourse Analysis* (CMDA); Análise de Discurso Mediado por Computador, em português, é descrita como uma abordagem que tem como finalidade o comportamento *on-line* interativo. A respeito dos pressupostos de tal abordagem de estudo, a autora explica que

> A Análise de Discurso Mediado por Computador (ADMC) aplica métodos adaptados de disciplinas cujo foco é a linguagem, como a Linguística, a Comunicação e a Retórica à análise da comunicação mediada por computador. Ela pode ser suplementada por pesquisas de levantamento de dados, entrevistas, observação etnográfica, ou outros métodos; pode envolver análise qualitativa ou quantitativa de dados; mas o que define a ADMC no seu âmago é a análise de registros de interação verbal (caracteres, palavras, enunciados, mensagens, trocas, discussões, arquivos etc.) (2004, p. 2).

Compreende-se, a partir da definição de Herring (*ibid*.), que a CMDA tem como objetivo – por meio de uma base empírica e de uma perspectiva fundamentada em observações da linguagem e do seu uso, aliada a outros métodos, como entrevistas, quando necessário – investigar discursos que circulam no ambiente *on-line*. De acordo com a proposta da estudiosa, são utilizados, para esses fins, paradigmas metodológicos que tiveram origem no estudo da língua falada e escrita, como, por exemplo, os da Análise da Conversação, Sociolinguística Interacional e Pragmática e da Análise Crítica do Discurso, teoria sobre o discurso que norteará a análise das publicações escolhidas.

Com relação aos fenômenos relacionados à comunicação mediada por computador que podem ser investigados por meio da CMDA, Herring (2004) explica que tanto os de nível micro quanto os de nível macro se aplicam. Entre os de nível micro estariam questões como processos de formação de palavras, escolha lexical, estrutura de frases, enquanto no nível macro estariam temas como coerência textual, questões de igualdade de gênero, identidade, entre outros.

No intuito de investigar fenômenos como os acima mencionados, são analisados quatro domínios ou níveis de linguagem, partindo das unidades menores de linguagem às maiores. São elas: a estrutura, o significado, a interação e o comportamento social. No domínio da *estrutura*, são observados o uso de tipografia ou ortografia especial, formação de novas palavras e estrutura das frases. Em *significado*, é dada atenção ao significado das palavras e enunciados, assim como a unidades funcionais maiores. No nível da *interação*, são incluídas questões como tomada de turno, desenvolvimento de tópicos e outros meios de negociação de significados. No quarto domínio, *comportamento social*, estão incluídos os aspectos conflito, poder e pertencimento a um grupo. Na tabela a seguir, é possível compreender questões, fenômenos e métodos envolvidos em cada um dos níveis de linguagem.

Níveis	**Questões**	**Fenômeno**	**Métodos**
Estrutura	Oralidade, formalidade, eficiência, expressividade, complexidade, características de gênero etc.	Tipografia, ortografia, morfologia, sintaxe, esquema do discurso, convenções de formatação.	Linguística estrutural e descritiva, análise de texto, *corpus* linguístico, estilística.
Sentido	O que é pretendido O que é comunicado O que é alcançado	Significado das palavras, atos de fala, trocas.	Semântica, pragmática
Interação	Interatividade, tempo, coerência, reparação, interação como construção.	Turnos, sequências, trocas etc.	Análise da conversação, etnometodologia.

Comportamento Social	Dinâmica social, poder, influência, identidade, comunidade, diferenças culturais etc.	Expressões linguísticas de *status*, conflito, gerenciamento da face, jogos, discurso.	Sociolinguística interacional, análise crítica do discurso, etnografia da comunicação.

Tabela 7 – Os quatro níveis da linguagem. Fonte: Herring (2004).

Em trabalho mais recente, intitulado *Discourse in Web 2.0: Familiar, Reconfigured and Emergent,* publicado em 2013, Susan Herring traz à atenção mudanças que aconteceram com a emergência de plataformas como o *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. O discurso, nesses novos ambientes, é denominado pela pesquisadora como discurso mediado por computador com mídias convergentes, *convergent media computer-mediated discourse* (CMCMD), em inglês, ou ainda Discurso 2.0 e traz novas questões à Análise de Discurso Mediado por Computador, devido aos novos tipos de conteúdos, contextos, padrões, recursos e adaptações a serem analisados.

Como exemplos de novos *conteúdos*, são mencionadas as atualizações de *status*, marcações de usuários, edições de textos em *wikis*, páginas *on-line*, cujo conteúdo pode ser editado por usuários diferentes. Entre os novos *contextos*, devem ser considerados sites de rede social baseados em localização geográfica, assim como novas audiências com culturas e idiomas diversos. Com relação a novos *padrões*, é abordada a possibilidade de exercer múltiplas atividades em uma única plataforma e multiautoria. Ainda, novos *recursos* – entre eles, os bate-papos em jogos *multiplayer on-line*, círculos de amigos em sites de redes sociais, além de *adaptações*, isto é, apropriações dos usuários (RECUERO, 2014), como o uso da # e do @, além do retweet, no *Twitter* – merecem atenção dos estudos sobre o Discurso Mediado por Computador, na visão de Herring (2013).

Frente a tais mudanças, a autora propõe um quinto nível de análise: o da comunicação multimodal, conforme pode ser observado na tabela a seguir (tabela 8).

Nível	**Questões**	**Fenômeno**	**Método**
Comunicação Multimodal	Efeitos de modo, coerência do cruzamento de modos, gerência de referência e endereçamento, geração e	Escolha de modo, texto em imagem, citações em imagens, posição	Semiótica social, análise de conteúdo

	propagação de unidades gráficas de significado, coatividade de mídia.	espacial e temporal e dêixis, animação etc.	visual, estudos de filmes.

Tabela 8 – Novo nível linguístico adicionado à CMDA. Fonte: Herring (2013).

Com relação ao uso de tais níveis na presente investigação, serão observados os quatro primeiros, propostos por Herring (2004), apresentados na tabela 8, devido ao entendimento de que itens que fazem parte da comunicação multimodal, como *hiperlinks*, imagens, entre outros, fazem parte do nível estrutural da comunicação mediada por computador, podendo, portanto, ser alvo de análise no domínio da estrutura.

5.6 Conclusão do capítulo

No presente capítulo, foram discutidos os objetivos desta investigação, os parâmetros de escolha das publicações que farão parte da análise de dados e a apresentação do conteúdo delas, número de comentários, curtidas, reações e compartilhamentos. Além disso, foram abordados os objetos da pesquisa, o site de rede social *Facebook*, a página *Quebrando o Tabu*, a metodologia utilizada, a Análise de Discurso Mediado por Computador de Herring (2004), assim como os procedimentos éticos adotados.

6. Violência simbólica de gênero e resistência em publicações com a *hasthag* #Eleitas na página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*

Neste capítulo, serão apresentadas, de modo inicial, as publicações escolhidas, com detalhes, como texto, número de comentários, reações e compartilhamentos. A seguir, será feita uma análise da relação entre violência simbólica, gênero, política e mídias sociais, por meio de estudo dos *posts* selecionados, com o auxílio da Análise de Discurso Mediado por Computador (HERRING, 2001; 2004) e da fundamentação teórica apresentada nos capítulos anteriores.

6.1 Publicações escolhidas

A fim de compreender como a violência simbólica de gênero se manifesta em trocas interacionais sobre a participação feminina em cenários de poder e como as mulheres reagem a tais manifestações, foram selecionadas, na página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*, as três publicações com maior número de comentários que faziam parte da campanha #Eleitas. Seguem abaixo os *posts* na ordem em que serão analisados, por número decrescente de comentários.

	Imagem	**Texto**	💬
***Post* 1** (14/07/2020)		Os países que tiveram os melhores resultados durante o combate ao coronavírus tinham algo em comum: TODOS eles são liderados por mulheres. Angela Merkel (Alemanha) Jacinda Ardern (Nova Zelândia) Erna Solberg (Noruega) Mette Frederiksen (Dinamarca) Katrín Jakobsdóttir (Islândia) Sanna Marin (Finlândia) Tsai Ing-wen (Taiwan) Isso não é uma coincidência. O mundo é mais forte e seguro quando as mulheres assumem posições de	3 mil

		poder! #Eleitas #Eleitas_MulheresNaPolítica #SérieEleitas #MulheresNaPolítica #Eleições #Eleições2020 #Eleições2021 #VaiTerMulheresNaPolítica #VoteNelas #ElasNoPoder #MulheresEmpoderadas	
Post 2 (23/07/2020)		Países onde mulheres estão no governo têm menos corrupção. É o que diz um estudo publicado pelo Journal of Economic Behavior & Organization. Isso acontece porque as mulheres formulam políticas públicas mais inclusivas, coletivas, com despesas mais equilibradas, e com foco maior em saúde, educação e bem-estar infantil. É disso que a gente fala na série Eleitas, produzida justamente para explicar o porquê é tão fundamental termos mais mulheres participando da política. Já assistiram? Corre lá no nosso Youtube para ver! #MulheresNaPolítica #Eleitas #EleitasMulheresNaPolitica #SérieEleitas #Eleições #Eleições2020 #VoteNelas #ElasNoPoder	1,2 mil
Post 3 (14/08/2020)		Você sabe o que é paridade de gênero? Até bem pouco tempo, mulheres não podiam se divorciar, nem ter conta em banco, nem viajar sem autorização do marido. Se eleger em cargos públicos então, nem pensar. Paridade de gênero é quando mulheres ocupam o mesmo espaço que homens na sociedade, e a Anitta veio explicar o quanto isso é importante. E se você quiser assistir mais, o episódio completo está na série Eleitas - Mulheres na Política, lá no YouTube. 💪 #MulheresNaPolítica #Eleitas #EleitasMulheresNaPolitica	968

		#SérieEleitas #Eleições #Eleições2020 #VoteNelas #ElasNoPoder	

Tabela 9 – Publicações escolhidas para análise com data da postagem, imagem, texto e número de comentários.

Em acordo com as características da página *Quebrando o Tabu*, as publicações acima escolhidas apresentaram pautas que estavam em debate no momento da publicação, sob um prisma que defende igualdade de direitos e justiça. No contexto das escolhidas para análise neste trabalho – julho e agosto de 2020 –, candidatos e candidatas à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de seus municípios apresentavam suas propostas de governo nas mídias a fim de convencerem seus eleitores a lhes concederem os votos nas eleições que estavam prestes a ocorrer no mês de novembro. Diante de tal momento, a página divulgou, em parceria com o Instituto *Update*, a campanha *Eleitas*, por meio de publicações que tratavam da participação feminina em posições de destaque, tendo, como foco principal, a participação das mulheres na política e que continham a hashtag #Eleitas.

6.2 Análise

A seguir, serão apresentadas cada umas das publicações selecionadas, assim como a análise delas com base na Análise de Discurso Mediada por Computador, que compreende os seguintes aspectos: (a) estrutura; (b) sentido; (c) interação e (d) comportamento social (HERRING, 2004).

6.2.1 Publicação 1

A primeira publicação foi efetuada em 14 de julho de 2020 e conta com 3 mil comentários, 13.945 compartilhamentos, 36 mil curtidas, 231 reações de “força”, 516 de risada, 136 de “uau”, 22 mil de “amei”, 2 de raiva e 2 de tristeza. A postagem, conforme explicado na seção 6.1 (*Publicações escolhidas*), foi selecionada para ser a primeira a ser analisada em virtude de ter o maior engajamento por meio de comentários entre os *posts* que serão alvo desta investigação.

Seguem abaixo a figura com o texto escrito e a imagem as quais fazem parte da publicação 1.

Os países que tiveram os melhores resultados durante o combate ao coronavírus tinham algo em comum: TODOS eles são liderados por mulheres.

Angela Merkel (Alemanha)
Jacinda Ardern (Nova Zelândia)
Erna Solberg (Noruega)
Mette Frederiksen (Dinamarca)
Katrín Jakobsdóttir (Islândia)
Sanna Marin (Finlândia)
Tsai Ing-wen (Taiwan)

Isso não é uma coincidência. O mundo é mais forte e seguro quando as mulheres assumem posições de poder! #Eleitas #Eleitas_MulheresNaPolítica #SérieEleitas #MulheresNaPolítica #Eleições #Eleições2020 #Eleições2021 #VaiTerMulheresNaPolítica #VoteNelas #ElasNoPoder #MulheresEmpoderadas

Figura 23 – Publicação 1. Fonte: https://www.facebook.com/quebrandootabu/. Acesso em 10 jan 2022, às 14h23.

(a) Estrutura

A publicação é construída a partir do uso de uma imagem composta por fotografias de líderes de sete países – Taiwan, Nova Zelândia, Alemanha, Finlândia, Islândia, Noruega e Dinamarca. Além disso, é usado, na construção da postagem, texto escrito de linguagem acessível, mas com características mais próximas da formalidade, como a inexistência de abreviações, gírias ou *emoticons*, por exemplo. Entende-se, nesta investigação, que tal estratégia seja utilizada pela administração da página a fim de mostrar a seriedade do assunto e de atingir o maior número de pessoas possível. Ainda, no texto escrito, pode-se salientar que a palavra “todos”, que retoma “países”, é escrita com letras maiúsculas, a fim de dar destaque a parte importante da mensagem. Tal recurso pode ser considerado uma maneira de suprir aspectos prosódicos comuns na interação face a face (RECUERO 2014), como a mudança no tom de voz para chamar atenção a alguma palavra considerada importante em determinado contexto.

Quanto à estrutura da publicação, é importante frisar que o uso de imagem associada a um texto verbal faz com que a postagem seja considerada multimodal, pois nela coexistem diferentes formas de linguagem, com o intuito de obter o sentido desejado. Outro aspecto que contribui para a multimodalidade da postagem é o uso de *hashtags* (#) associadas a palavras relacionadas à temática discutida. Tais construções transformam tópicos e frases em *links* clicáveis, possibilitando que discussões relacionadas a elas possam ser encontradas em outras publicações (VOLCAN, 2014) e, por sua vez, permitindo uma leitura não-linear, em que o leitor escolhe que caminhos irá percorrer durante a leitura (BRITO; SAMPAIO, 2013). As *hashtags* também permitem que os usuários divulguem a mensagem da publicação por meio da utilização da mesma *hashtag* em publicações e comentários na plataforma.

(b) Sentido

Na publicação, o(a) autor(a) busca convencer seus interlocutores, em período pré-eleitoral, de que as mulheres podem ser bem-sucedidas em cargos de liderança política em momentos de crise, como o da pandemia de coronavírus, em que é essencial uma excelente gestão para que vidas não sejam perdidas.

Com esse objetivo, são apresentados exemplos de países liderados por mulheres que, segundo a publicação, teriam sido os mais bem-sucedidos no combate à

pandemia de COVID-19 até o momento. Além da listagem de países governados por mulheres que tiveram êxito em um momento crucial para a nação, a associação entre realizar uma boa gestão e fazer parte do gênero feminino fica evidente em construções, como: “Isso não é uma coincidência. O mundo é mais forte e seguro quando as mulheres assumem posições de poder!”. Ademais, como estratégia para persuadir os interlocutores, são utilizadas *hashtags*, que dão a oportunidade de o(a) leitor(a) ter acesso à discussão sobre o assunto e ao material da campanha “Eleitas” em outras publicações. Tais *hashtags* são as seguintes: *#Eleitas*; *#Eleitas_MulheresNaPolítica*; *#SérieEleitas*; *#MulheresNaPolítica*; *#VaiTerMulheresNaPolítica*; *#VoteNelas*; *#ElasNoPoder* e *#MulheresEmpoderadas*.

Entende-se que essas estratégias de convencimento são utilizadas, porque, apesar de conquistas femininas importantes, como o direito a postos de trabalho diversificados e a conquista do voto, questões, como o predomínio do poder simbólico masculino (BOURDIEU, 2002), em meios de tomadas de decisões importantes (como o da política e o da difusão de discursos estigmatizadores em relação às mulheres), permanecem, de acordo com a pesquisa de Miguel (2014), Campos (2019) e Albuquerque e Alves (2014).

(c) Interação

A interação com a primeira postagem ocorreu por meio de 3 mil comentários, 36 mil curtidas, 231 reações de “força”, 516 de risada, 136 de “uau”, 22 mil de “amei”, 2 de raiva e 2 de tristeza. Conforme explicitado na seção 5.2 (*Procedimentos de coleta e a página Quebrando o Tabu*), dos 200 comentários observados em estudo exploratório, foram selecionados 20, os quais foram divididos em 6 categorias: 1) *Crítica ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*; 2) *Crítica à gestão feminina*; 3) *Culpabilização das mulheres*; 4) *Humor sexista*; 5) *Desinformação* e 6*) Resistência*.

Quanto à primeira categoria, foram observados, inicialmente, 73 comentários com críticas à publicação e à página *Quebrando o Tabu*, um número bastante expressivo, levando em consideração o número total de 200 comentários observados no *post* em estudo exploratório anterior à seleção dos dados. Entre as mensagens de reprovação direcionadas à página, merece destaque a que pode ser observada na **figura 24**. Pode-se verificar, nesse exemplar, que, de acordo com o interagente, a página

Quebrando o Tabu estaria apresentando a discussão de forma equivocada, ignorando os bons exemplos masculinos que souberam lidar bem com a pandemia e criando uma espécie de “guerra dos sexos”, que, ao contrário de fortalecer o movimento feminista, estaria enfraquecendo-o. Acrescenta-se, além do mais, que, para esse indivíduo, o foco deveria ser a igualdade de gênero e a questão do desperdício de talentos femininos, algo que aconteceria em países como o Brasil.

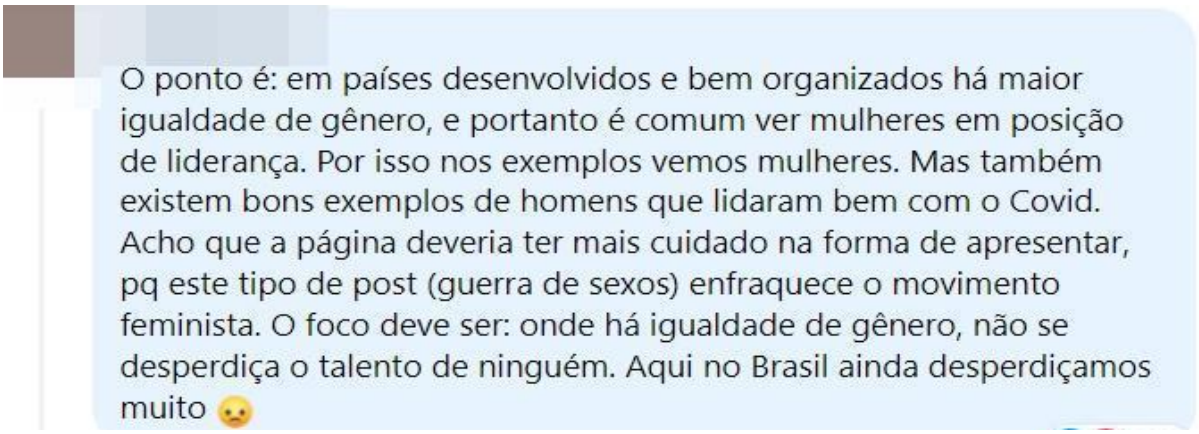


Figura 24 – Crítica à página *Quebrando o Tabu*. Fonte: Acervo pessoal.

Outro julgamento negativo, conforme pode ser pode observado na **figura 25**, é o de que os responsáveis pela página em questão seriam, em parte, hipócritas, pois esses, ao mesmo tempo em que criam publicações elogiando e incentivando gestões femininas, não teriam defendido a ex-presidenta Dilma Rousseff quando ela foi julgada por crime de responsabilidade fiscal e punida com o *impeachment*. Compreende-se, por conseguinte, a partir das amostras, que os responsáveis pelos comentários não se mostram desfavoráveis ao debate, e sim, à maneira como a *Quebrando o Tabu* apresentou a discussão e à postura indesejável que teria demonstrado em momentos de injustiças relacionadas a uma figura feminina de liderança.

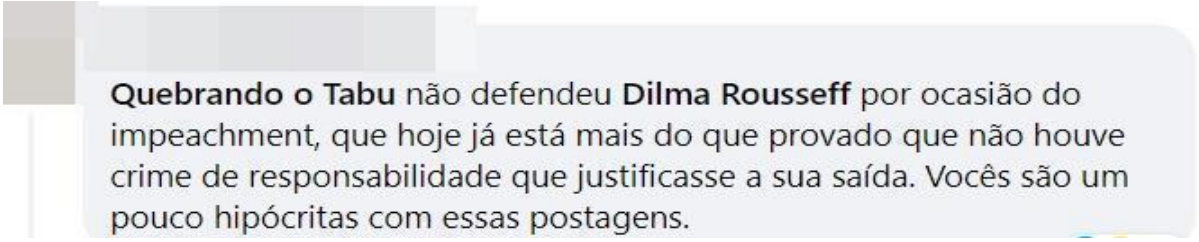


Figura 25 – Crítica à página *Quebrando o Tabu*. Fonte: Acervo pessoal.

Em relação às *críticas à gestão feminina*, foram observados, no estudo inicial, 35 comentários, sendo esses divididos em pareceres direcionados à ex-presidenta Dilma Rousseff e em juízos sobre as mulheres de modo geral. Entre os pareceres atribuídos à Dilma, estão o de que sua gestão seria “um dos principais atrasos já vividos no país” e a **acusação**, sem base sólida, de que ela foi exemplo de “incompetência e corrupção absurda” (**figura 26**). Logo, para o participante que fez a observação em questão, a gestão da ex-presidenta não teria qualquer sucesso em período de crise sanitária, como a de Covid-19, em que as dificuldades se tornam maiores, e seria um caso claro de que mulheres nem sempre seriam bons exemplos de líderes.

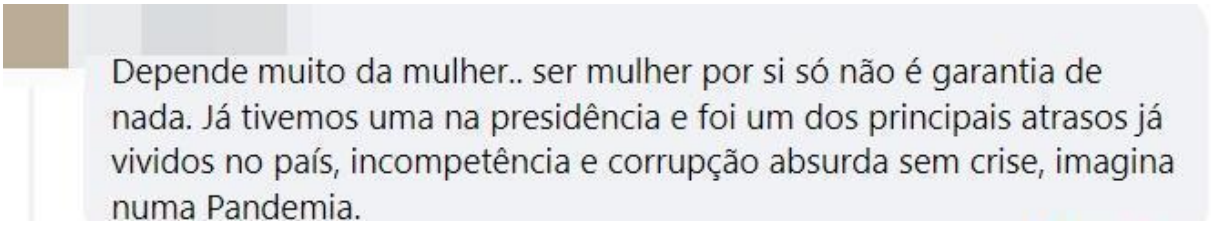


Figura 26 - Crítica à ex-presidenta Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

Na **figura 27**, pode-se notar, igualmente, a criação de uma imagem da ex-presidenta como sendo incompetente como líder, além de desprovida de inteligência e de habilidades de comunicação. É possível tecer tal conclusão quando o responsável pelo comentário se refere à Dilma Rousseff como “senhora que saudava mandiocas”, que “falava em estocar vento” e que fazia declarações inapropriadas e absurdas, como fazer “até comparações de meninos” com cachorros. Nas duas participações, verifica-se, desse modo, um discurso de **depreciação** de Dilma, que a desvaloriza e a representa como indigna do cargo de gestão, principalmente, se estivesse no poder em um momento de pandemia global.

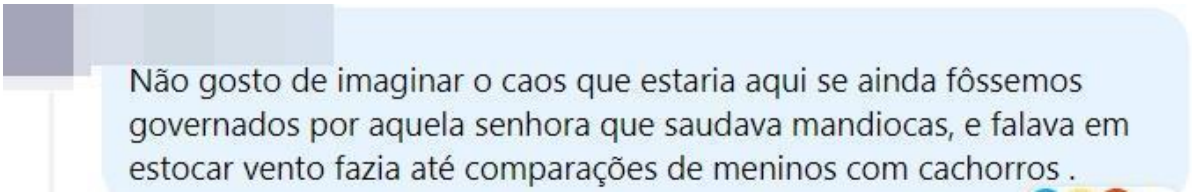


Figura 27 - Crítica à ex-presidenta Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

A representação da mulher como inapropriada a cargos de liderança, no entanto, não é direcionada apenas à Dilma Rousseff. Na **figura 28**, por exemplo, é

expressa a preferência pela **exclusão** das mulheres em cargos de administração política. Para o responsável pelo comentário, a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, seria uma exceção de mulher "determinada, inteligente e simpática", características essenciais a um(a) líder. Na **figura 29**, entende-se que há novamente uma crítica ao governo de Dilma, que é descrito como um desastre, e às mulheres brasileiras, de modo geral, que são descritas por meio do **estereótipo** (STREY, 2012; VIEGAS; RECUERO, 2014; KURTZ, 2017) de "fofoqueiras" e, logo, inadequadas a posições de administração.

Figura 28 – Crítica a mulheres de modo geral. Fonte: Acervo pessoal.

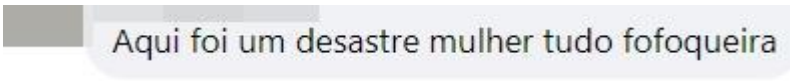


Figura 29 – Crítica a mulheres de modo geral. Fonte: Acervo pessoal.

Além da depreciação, humilhação, exclusão e de estereótipos, há a **culpabilização** das mulheres pela desigualdade de gênero, conforme pode ser observado na categoria 3, *Culpabilização das mulheres*, que contou com três comentários, tendo sido escolhidos os dois primeiros com mais curtidas. No comentário da **figura 30**, atribui-se às mulheres a culpa por não haver mais representantes do gênero feminino, pois essas, que são maioria entre os eleitores, não estariam votando em suas coirmãs. Na **figura 31**, percebe-se, novamente, uma acusação de que essas, de modo geral, não votariam em candidatas femininas e que, por essa razão, não gozariam de maior representatividade política. Além do mais, é afirmado que as mulheres não votariam de modo qualificado, dando oportunidade a "artistas, cantores e homens de boa aparência" e que a maioria das que estão no poder seriam manipuladas por homens de comportamento duvidoso.

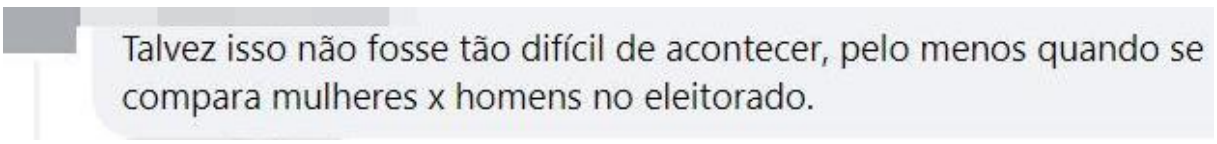


Figura 30 – Culpabilização feminina. Fonte: Acervo pessoal.

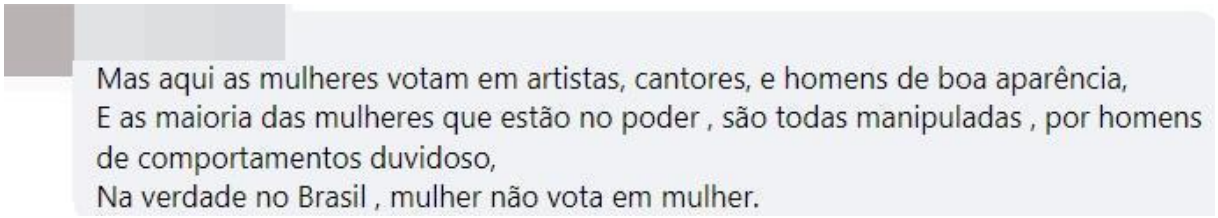


Figura 31 – Culpabilização feminina. Fonte: Acervo pessoal.

As interações nos comentários sobre a participação feminina na política trazem, igualmente, críticas, exclusão e estereótipos por meio de uma roupagem humorística. Do total de comentários observados inicialmente, 12 traziam mensagens de **humor sexista** (RECUERO, 2013; VIEGAS; RECUERO, *op.cit.*), sendo elas divididas entre piadas relacionadas de um lado à inteligência e à capacidade de governar da ex-presidenta Dilma e de outro às mulheres como um todo.

No que se refere à Dilma, há referências a uma declaração dela na Organização das Nações Unidas (ONU) em que a então presidenta falava sobre a necessidade de criar uma tecnologia para estocar vento, isto é, energia eólica. Tal declaração, para alguns, se tornou motivo de piadas ofensivas à capacidade cognitiva e de governabilidade de Dilma Rousseff devido à fala dela ter soado como algo absurdo para tais pessoas. Tal julgamento é perceptível nos comentários abaixo (**figuras 32** e **33**) em que é afirmado que a ex-presidenta, se ainda estivesse no poder, estocaria o coronavírus.

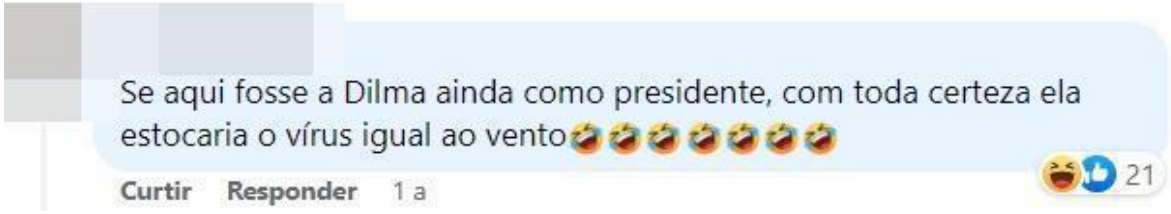


Figura 32 – Humor sexista direcionado à Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 33 – Humor sexista direcionado a Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

No comentário seguinte (**figura 34**), é questionado se as líderes mencionadas na publicação teriam cumprido tarefas domésticas antes de irem ao trabalho. Nota-

se, nesse caso, que, apesar de a mensagem tratar das mulheres citadas na postagem, o humor sexista, nesse caso, atribui funções relacionadas ao lar às mulheres como um todo, isto é, essas teriam de primeiro de realizar “suas obrigações” com os afazeres domésticos, algo que competiria somente a elas, para depois poderem assumir atividades de mais destaque.

Figura 34 – Humor sexista direcionado às mulheres de modo geral. Fonte: Acervo pessoal.

É importante ressaltar que, com relação à interação por meio de reações com os comentários apresentados nas figuras 32, 33 e 34, outras pessoas - inclusive mulheres - mostram apoio à disseminação de humor sexista por reagirem com risos ao que é dito, legitimando, por sua vez, um discurso que apresenta relações desiguais de poder entre homens e mulheres como justas, dignas de apoio e naturais (THOMPSON, 2011; BUTLER, 2016).

Nas interações analisadas com a primeira publicação, além das outras formas de violência simbólica de gênero mencionadas, há, em um comentário, a tentativa de desvalorizar lideranças femininas por meio de **desinformação** (RECUERO, 2020; ALBUQUERQUE; ALVES, 2018). Na tentativa de desacreditar a participação feminina em cargos de gestão, o responsável pelo comentário em questão apresenta uma suposta declaração sem coerência científica da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em que essa teria afirmado que a lua seria muito mais importante do que o sol e que este último não teria qualquer função. A fim de reafirmar o insucesso, a falta de capacidade para governar e a ausência de inteligência de Dilma e das mulheres, de modo geral, o indivíduo que compartilha a mensagem acrescenta seu ponto de vista junto à imagem de desinformação (**figura 35**), dizendo: “Claro, mulheres no controle”.

Figura 35 – Desinformação relacionada a Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

O entendimento de que a declaração apresentada na imagem que segue o comentário é falsa vem a partir de verificadores de fato vinculados ao *Facebook*, que checam o conteúdo em outras fontes a fim de concluir se ele é verídico. Comentários considerados como informações falsas são apresentados com o aviso “Informação falsa” e com a imagem borrada (**figura 36**). Há uma opção para clicar e ver a foto e outra para entender a razão de o conteúdo ser considerado desinformação, sendo mostradas as fontes de onde os verificadores de fato pesquisaram o assunto (**figura 37**).

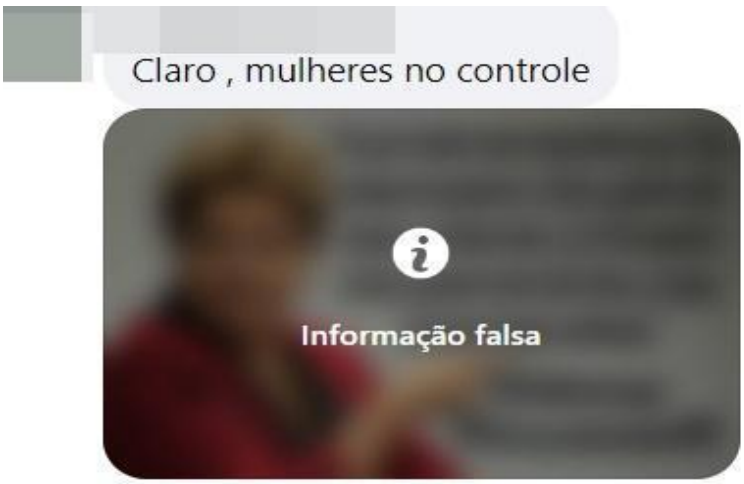


Figura 36 – Aviso de informação falsa no Facebook. Fonte: Acervo pessoal

Figura 37 – Verificação de fatos no Facebook. Fonte: Acervo pessoal.

Apesar de manifestações contrárias à presença das mulheres em ambientes majoritariamente masculinos, como o da política, há tanto perfis femininos quanto masculinos que, por meio do seu discurso, fortalecem resistências e movimentos feministas (FOUCAULT, 1991; GARCIA, 2011). Dos 200 comentários analisados nessa publicação, 73, de alguma maneira, mostravam formas de apoio à igualdade de gênero e revolta contra as relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

A primeira forma de resistência observada é a **defesa das lutas feministas** por parte das mulheres, conforme pode ser observado na **figura 38**. Enquanto alguns se manifestavam contra o debate trazido pela página e o acusavam de “mimimi”, algo de menos importância para chamar atenção, a responsável pela mensagem argumenta que aquilo que alguns usuários chamam de “choramingar é, na verdade, lutar por direitos iguais [...] Dos salários à divisão de responsabilidades domésticas” e acrescenta que quem se refere ao tema em questão como “mimimi” é machista. Desse modo, a participante demonstra defender que suas companheiras sigam tornando seu descontentamento público a fim de alcançarem maior igualdade de gênero.

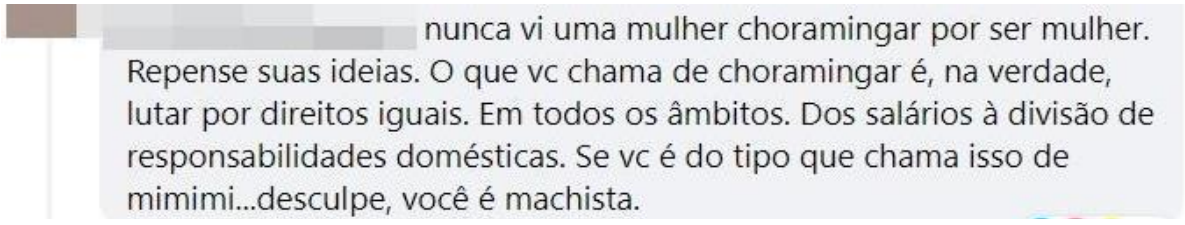


Figura 38 - Defesa das lutas feministas. Fonte: Acervo pessoal.

A segunda maneira de resistir à violência simbólica de gênero é por meio do **enfrentamento** direto em relação àqueles que demonstram atitudes de violência simbólica. A atitude é observada quando a responsável pelo comentário da **figura 39** se refere às pessoas que são contra mulheres no poder e que não levam o assunto a sério como “gente sem o mínimo de senso de nada” e diz que esses não deveriam se opor ao enaltecimento das gestões de sucesso na pandemia, pois as chances de essas mulheres estarem em posições de liderança vieram após muitas lutas e situações de exclusão e abuso. Além do mais, a pessoa que escreveu a mensagem acrescenta que o espaço de comentários na publicação não seria lugar para importunação e que os incomodados deveriam aceitar ou apenas ignorar para evitarem “passar vergonha” nos comentários.

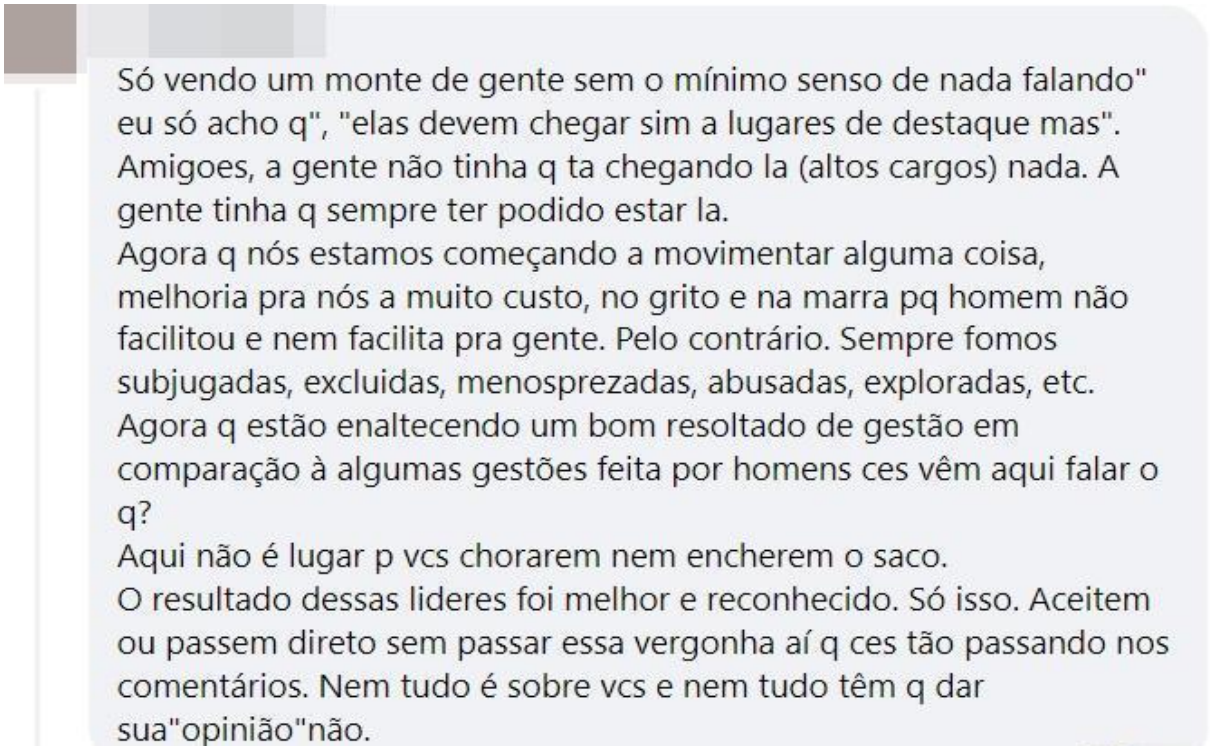


Figura 39 – Atitude de enfrentamento a manifestações de violência simbólica.

A terceira subcategoria de resistência a discursos que representam mulheres como inapropriadas a cargos de liderança está relacionada a **elogios a gestões consideradas competentes**. Na **figura 40**, é dito que, em Portugal, apesar de os cargos de presidente e primeiro-ministro serem ocupados por homens, líderes femininas, como a ministra da saúde Marta Temido e a diretora geral da saúde Graça Freitas estiveram à frente das operações de combate à pandemia de coronavírus no

país. Após a afirmação, há um símbolo representando um coração que mostra a aprovação do usuário que comenta sobre a atuação das gestoras em questão.

Figura 40 – Elogios a gestões de sucesso. Fonte: Acervo pessoal.

Além dos elogios direcionados especificamente ao trabalho de representantes do gênero feminino na política, há o **enaltecimento de características** consideradas por alguns dos participantes da discussão como próprias das mulheres. Para esses, tais atributos fariam das mulheres aptas a lidar com problemas relacionados à vida das pessoas. É possível observar manifestações, como as presentes na **figura 41**, em que, depois de apresentar ressalvas aos dados apresentados na postagem da página *Quebrando o Tabu*, é feita a afirmação de que as mulheres seriam melhores do que os homens ao lidar com problemas que envolvem a vida, porque teriam “mais coração e perseverança”.

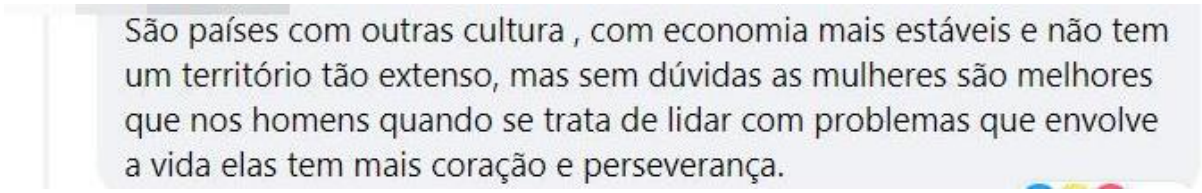


Figura 41 – Enaltecimento de características consideradas próprias das mulheres. Fonte: Acervo pessoal.

A quarta maneira de resistir à violência simbólica de gênero expressa nos comentários feitos na publicação 1 é por meio de **denúncias** de atos considerados injustos direcionados a mulheres que tiveram o seu direito de governar cerceado por

instituições que teriam agido de acordo com os interesses do patriarcado. Na **figura 42**, acusa-se o Supremo Tribunal Federal, partidos políticos e a mídia no Brasil de não deixarem as mulheres que estão no poder trabalhar e de as perseguirem, fazendo provável referência à ex-presidenta Dilma, que teve seu mandato cassado por meio de processo de *impeachment* em 2016 (ALBUQUERQUE; ALVES, 2018).

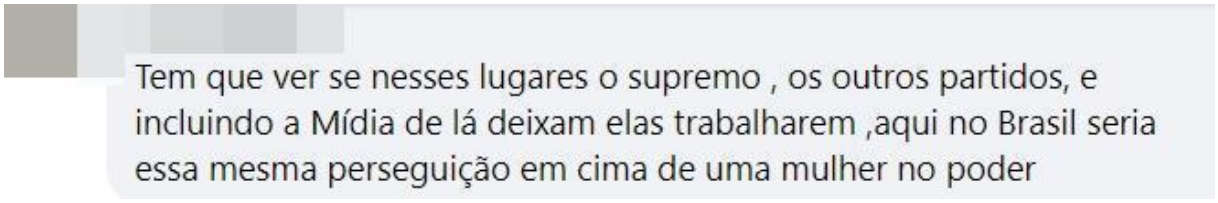


Figura 42 – Denúncia do cerceamento do direito das mulheres de exercem cargos de poder político. Fonte: Acervo pessoal.

A quinta forma de oposição à violência ocorreu por meio de **incentivo ao voto em candidaturas femininas** a cargos de destaque nos cenários de poder político. Na **figura 43**, um dos participantes dos comentários instiga outros a escolherem mulheres em vez de o padrão “homem branco cis”, já que esses não teriam gerado bons resultados. Além de haver o encorajamento ao voto em representantes do gênero feminino, são citados outros grupos que também precisariam de representantes que defendessem seus interesses, como os negros, os indígenas, os portadores de necessidade especiais, entre outros.

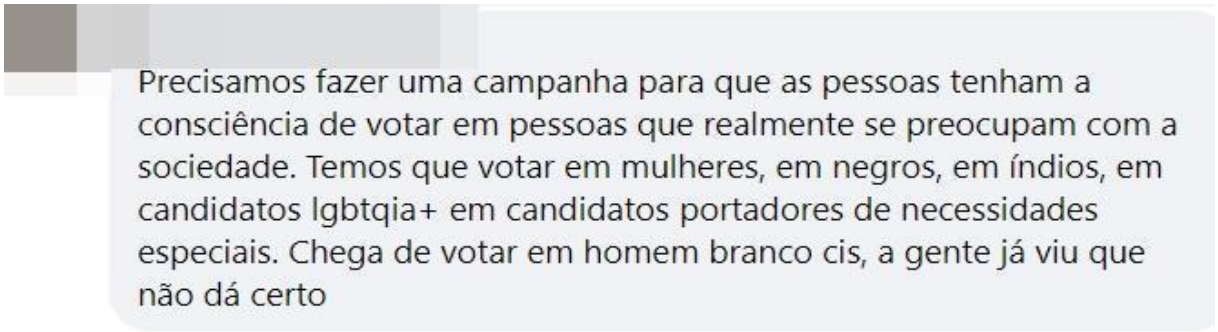


Figura 43 – Incentivo ao voto em mulheres. Fonte: Acervo pessoal.

Além das cinco formas de resistência já mencionadas, observa-se, nos dados analisados, a **defesa de gestões femininas** amplamente criticadas sem argumentos consistentes, como a de Dilma Rousseff. No comentário da **figura 44**, por exemplo, rebatem-se mensagens de usuários tidos como possíveis apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro de usarem argumentos “saturados”, isto é, repetitivos, para

criticar Dilma. Além do mais, o responsável pelo comentário refere-se aos críticos da ex-presidenta como hipócritas, porque esses estariam ignorando falhas da gestão em curso no momento.

Figura 44 – Defesa de gestões femininas amplamente criticadas. Fonte: Acervo pessoal.

(d) Comportamento social

A análise dos comentários feitos como resposta à primeira publicação observada permite compreender que a violência de gênero em contextos em que é discutida a capacidade de gestão e liderança das mulheres, não só na política, mas em também em outros meios, é manifestada de diferentes maneiras.

Inicialmente, nas figuras 26 e 27, Dilma Rousseff é representada como desprovida de inteligência, corrupta, incompetente, sendo, portanto, alguém que não teria qualquer sucesso em um período de crise, como o da pandemia de Covid-19. A fim de reforçar o quanto a ex-presidenta teria inaptidão ao cargo de chefe do Poder Executivo do Brasil, ela é descrita como a “senhora que saudava mandiocas”, que “falava em estocar vento” e que fazia “comparações de meninos com cachorros”; em outras palavras, alguém que envergonharia seu país em comunicados oficiais por tecer considerações inapropriadas. Tais referências à Dilma revelam um discurso de **depreciação** em relação a ela e a sua capacidade de governar, forma de violência simbólica de gênero abordada pelas pesquisadoras Viegas e Recuero (2014).

É expressa, igualmente, a ideia de que mulheres não são convenientes em cargos de administração pública quando, na figura 28, o responsável, identificado como do gênero masculino, por um perfil diz que não gosta de mulheres na política e que a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, seria uma exceção de mulher determinada, inteligente e simpática, qualidades essenciais nesse meio. Entende-se, neste estudo, que o usuário, ao afirmar que não gosta de mulheres na política, sugere a **exclusão** delas de tal ambiente de poder e destaque, forma de violência simbólica de gênero, conforme abordado por Viegas e Recuero (*ibid*.).

Além de depreciação, humilhação e exclusão, foi observada, nos dados analisados, a presença de **estereótipos** relacionados ao gênero feminino (STREY, 2012; VIEGAS; RECUERO, 2014; KURTZ, 2017). Foram atribuídas às representantes desse gênero características, como, supostamente, a de “fofoqueiras” (figura 29), algo que as tornariam impróprias a gerir uma cidade, estado ou país, distraindo-as de tarefas importantes relacionadas ao cargo. Tais estereótipos também fizeram parte das mensagens exibidas nas figuras 32, 33 e 34, por meio de manifestações mais sutis, em forma de **humor** (RECUERO, 2013), sendo esse compreendido como de cunho **sexista** na presente pesquisa.

No comentário da figura 34, que conta com reações de risos de outros usuários, é questionado se as líderes mencionadas pela página *Quebrando o Tabu* teriam lavado a louça de casa antes de realizarem seu trabalho de combate à crise provocada pela pandemia de coronavírus. Elas são associadas, desse modo, como as únicas responsáveis por “obrigações” domésticas, havendo, assim, o reforço de um discurso sedimentado por relações sócio-históricas que representa as mulheres como aquelas que devem ser mantidas na invisibilidade, isto é, longe do espaço público (PERROT, 2017) ou, ainda, como aquelas que podem seguir suas aspirações profissionais desde que sejam polivalentes, assumindo tanto as responsabilidades relacionadas ao lar e aos filhos quanto as inerentes à profissão que exercem (PINSKY, 2020).

Além das manifestações de violência simbólica mencionadas, as mulheres foram atacadas por meio de **culpabilização** pela desigualdade de gênero e de **desinformação**. Quanto à culpabilização pela falta de oportunidades igualitárias de assumir posições de proeminência, as mulheres são acusadas de serem as responsáveis por outras não se elegerem, já que não votariam em candidatas do gênero feminino (figura 30). As brasileiras, além do mais, são representadas no

comentário da figura 31 como pessoas que votam em artistas, cantores e homens de boa aparência, portanto nesse sentido, elas não fazem uma reflexão sobre as escolhas que fazem. As que se lançam a cargos políticos são descritas como manipuladas por “homens de comportamento duvidoso” e incapazes de tomar decisões, algo que desencorajaria o voto em candidatas do gênero feminino e, consequentemente, a busca por igualdade entre homens e mulheres nessa esfera.

Quanto à questão da desinformação envolvendo mulheres associadas a cargos de representatividade, um dos participantes da discussão, a fim de desestimular a ocupação de espaços de poder por parte das mulheres, junto ao comentário “Claro, mulheres no controle”, divulga trecho de uma suposta fala da ex-presidenta Dilma Rousseff em que ela teria feito afirmações absurdas do ponto de vista científico (figura 35). Tal informação, contudo, após checagem de verificadores de fato, foi considerada como inverídica, sendo assim, entendida como meramente uma maneira de deslegitimar a competência e a credibilidade das mulheres.

Em todos os casos, desde os de depreciação, humilhação, exclusão, estereótipo, humor sexista, culpabilização feminina até o de desinformação, ideologias expressas por parte daqueles que detêm o poder simbólico, em outras palavras, posições de mais prestígio e influência, interferem diretamente nas relações de dominação, produzindo-as, reproduzindo-as ou, ainda, transformando-as, conforme Fairclough (2016 [1992]). Desse modo, por meio de tais discursos, são reforçadas “verdades”, como as de que as mulheres são desprovidas de inteligência e de que são fofoqueiras, características indesejáveis na gestão e na aplicação de recursos públicos o que, por sua vez, reforçaria a hegemonia masculina no poder, sendo essa fundada mais no consenso do que na coerção (FAIRCLOUGH, *ibid*.; GRAMSCI, 2002b; RESENDE; RAMALHO, 2016; VIEIRA; MACEDO, 2018).

No entanto, conforme observado por Batista, Sato e Melo (2018), Resende e Ramalho (*op. cit.*) e Foucault (1991), é possível resistir ao poder e ter uma posição de agência no sentido de buscar intervir e conquistar certa mudança social, apesar de restrições de ordem física, econômica ou política. Frente às diferentes formas de violência simbólica, é praticável verificar que há perfis que não se calam perante a injustiça social, mas que mostram resistência a relações desiguais de poder. As estratégias de resistência encontradas nos dados analisados na primeira postagem foram: **a defesa das lutas feministas** por parte das mulheres (figura 38); a postura de **enfrentamento** (figura 39) em relação àqueles que manifestam atitudes

compatíveis com violência simbólica de gênero; o **elogio a gestões femininas de sucesso** (figura 40); **enaltecimento de características** desejáveis em cargos de liderança que as mulheres teriam (figura 41); **denúncias** de atos entendidos como injustos em relação àquelas que estão no governo por parte de instâncias, como o Supremo Tribunal Federal, os partidos políticos e a mídia (figura 42); **incentivo ao voto em mulheres** (figura 43) e a **defesa de gestões femininas** (figura 44) frequentemente criticadas sem provas concretas.

Com relação ao capital social e ao impacto do discurso de violência no ambiente de interação, há, entre outras estratégias, tentativas de ganho de popularidade e visibilidade (RECUERO, 2013; NEVES, 2013) por meio de humor machista. Os comentários com esse tipo de conteúdo, em parte, ganharam apoio de outros usuários por meio de reações de risada. As participações com maior número de dessas reações foram as das figuras 32 e 33, que contaram com 12 e 21 risos, respectivamente, e abordavam as atitudes que ela supostamente teria na pandemia de COVID-19.

Apesar de tal tipo de reação ao humor sexista, as diferentes estratégias de resistência utilizadas pelas mulheres, assim como as mensagens de apoio por parte de usuários do gênero masculino, revelam o capital de suporte social àquelas que se mostram ofendidas e revoltadas devido às diferentes manifestações de violência simbólica. Exemplos como esses são observados na figura 39, em que a participante da discussão esclarece seu ponto de vista de que a luta por direitos iguais é legítima e não “mimimi”, como é sugerido por alguns. Entende-se, nesta pesquisa, que esse esclarecimento, por sua vez, encoraja outras mulheres a denunciarem injustiças e a manifestarem contrariedade a expressões misóginas.

6.2.2 Publicação 2

A segunda postagem foi publicada pela página *Quebrando o Tabu* no dia 23 de julho de 2020 e recebeu 1,2 mil comentários, 17 mil curtidas, 46 reações de força, 148 de risada, 40 de “uau”, 4,8 mil de “amei”, 2 de choro, além de 1.086 compartilhamentos. A seleção da publicação, que explora a relação entre mulheres no governo e a corrupção, para análise ocorreu devido a essa ter sido a segunda com

maior número de comentários das que foram observadas. A seguir, pode ser visualizado o conteúdo dela na **figura 45**.

Figura 45 – Publicação 2. Fonte: https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/3618961258160235. Acesso em 13 out. 22, às 11h50min.

(a) Estrutura

A publicação tem em sua estrutura texto escrito e um *link* que direciona a uma reportagem do *website G1*, de 07 julho de 2008, cujo título é “Países onde mais mulheres estão no governo têm menos corrupção, diz estudo”. A inserção do *link*, além de dar a possibilidade de visualizar o título principal e parte do secundário da reportagem e de fornecer mais informações sobre o assunto abordado no texto do

post, agrega informações a ele, como a imagem de mulheres no Parlamento de Camberra, na Austrália, estando entre elas a senadora australiana Larissa Waters, que aparece amamentando seu bebê. Ademais, outro aspecto que faz parte da composição da publicação são *hashtags* relacionadas à campanha *Eleitas*, como #Eleitas, #SérieEleitas e #ElasNoPoder, que, assim como o *link*, direcionam a outras discussões referentes ao tema abordado. Vale ressaltar que, devido à coexistência dessas diferentes formas de linguagem – imagem, texto escrito, *link* e *hashtags* –, pode-se considerar que a publicação é multimodal e que dá diferentes alternativas de leitura ao público (RECUERO, 2014).

Quanto ao grau de formalidade do texto escrito, esse é de leitura acessível, isto é, não há o uso de palavras pouco utilizadas ou de termos técnicos. Não há nele o uso de elementos comuns da informalidade que aproximam da oralidade na comunicação mediada por computador, como abreviações, emoticons ou construções para simular emoções, como *kkk* e *hahaha* (RECUERO, 2012), possivelmente, devido à seriedade da discussão.

(b) Sentido

O(a) responsável pela publicação busca persuadir os usuários que acessam a página de que é fundamental ter mulheres no governo, pois, nos países em que lideram, haveria menos corrupção devido a políticas públicas inclusivas focadas em saúde, educação e bem-estar infantil, e as despesas estariam equilibradas. A fim de incitar o leitor a refletir sobre a importância de haver líderes do gênero feminino, é citado estudo publicado pelo *Journal of Economic Behavior & Organization* e é incluído *link* para reportagem do portal G1 a qual traz detalhes sobre os dados apresentados pelo estudo e que corrobora a relação entre mulheres no poder e menores índices de corrupção.

Na postagem, aqueles que têm acesso ao *post* são convidados a conhecer a série Eleitas, que trata do quão fundamental é ter mulheres na liderança. Isso é feito por meio da seguinte frase, em tom de conversa e de aproximação com o interlocutor: “Já assistiram? Corre lá no nosso Youtube pra ver!”. Após o convite, há uma série de *hashtags* – #MulheresNaPolítica, #Eleitas, #EleitasMulheresNaPolitica, #SérieEleitas, #Eleições, #Eleições2020, #VoteNelas e #ElasNoPoder – com palavras de incentivo

para que outros dessem oportunidades de mulheres serem escolhidas na eleição que estava por vir

Tais *hashtags*, além de terem como o objetivo convencer as pessoas a considerar a questão levantada, permitem a obtenção de outros debates relacionados ao tema, pois servem como *links* para outras publicações que tratam sobre a eleição de mulheres. Elas, igualmente, são uma importante estratégia utilizada pela página, pois permitem que aqueles que concordam com o ponto de vista apresentado divulguem as *hashtags* em outras publicações, disseminando a discussão e resistências diante de um contexto que ainda privilegia os interesses masculinos (FOUCAULT, 1991; MIGUEL, 2014).

(c) Interação

A segunda publicação recebeu 1,2 mil comentários, 17 mil curtidas, 46 reações de força, 148 de risada, 40 de “uau”, 4,8 mil de “amei”, 2 de choro e 1.086 compartilhamentos. Foram selecionados para análise nessa postagem 17 comentários dentre os 200, inicialmente, observados no estudo exploratório. Eles foram divididos em cinco categorias, sendo elas: 1) *Crítica ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*; 2) *Crítica à gestão feminina*; 3) *Culpabilização das mulheres*; 4) *Humor sexista* e 5) *Resistência*.

Na categoria 1, que trata de críticas feitas à página *Quebrando o Tabu* e ao conteúdo divulgado por ela, foram encontrados, inicialmente, 42 comentários e selecionados para estudo os dois com maior número de curtidas. Neles, não há pareceres negativos incisivos direcionados à página ou ao conteúdo do *post*, mas sim, uma correção baseada no ponto de vista de usuários que participam do debate.

Enquanto a página, com base em pesquisa divulgada por reportagem, defende que países com mulheres no governo têm menos corrupção devido às políticas implantadas por elas, os responsáveis pelos comentários argumentam que, na verdade, acontece o movimento contrário, isto é, que mulheres têm a oportunidade de ocupar cargos de gestão nos países envolvidos na pesquisa porque neles há mais justiça social e menos corrupção. Esse ponto de vista fica evidente na mensagem da **figura 46** quando é dito que países com mais presença de mulheres, possivelmente, estejam em uma situação política e social melhor do que no Brasil. Na **figura 47,** é expressa perspectiva semelhante quando é declarado o seguinte: “Com certeza, há

os méritos do gênero. Mas acredito que o principal é o fato dessa representatividade demonstrar se tratar de um país com menos desigualdade, portanto, mais justo".

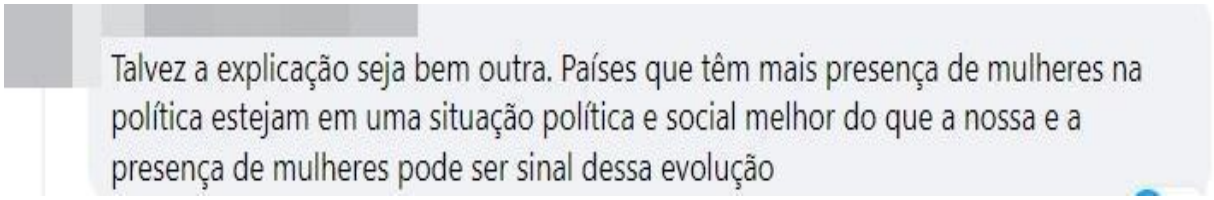


Figura 46 – Correção do conteúdo da publicação por usuário. Fonte: Acervo pessoal.

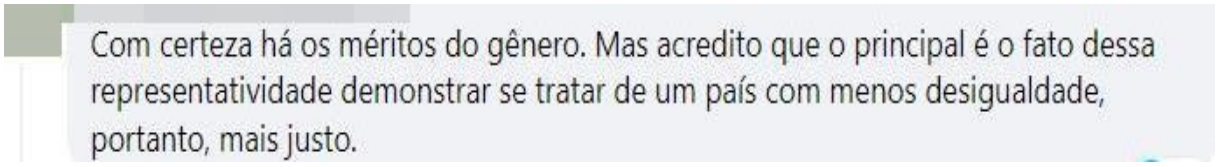


Figura 47 – Correção do conteúdo da publicação por usuário. Fonte: Acervo pessoal.

A segunda categoria, intitulada *Crítica à gestão feminina*, teve 102 comentários entre os 200 considerados em estudo exploratório e foi dividida em duas subseções, sendo que uma trata de opiniões negativas voltadas a líderes específicas e outra sobre julgamentos direcionados às mulheres de modo geral. Para fins de análise, foram selecionados dois comentários de cada subcategoria.

No que se refere às mensagens de reprovação de líderes femininas específicas, as duas com mais curtidas têm como alvo a ex-presidenta Dilma Rousseff. Nas figuras 48 e 49, em resposta ao discurso da página *Quebrando o Tabu*, que defende governos femininos e a relação deles com menores índices de corrupção, os responsáveis pelos comentários usam sua opinião sobre o governo da ex-presidenta como exemplo de que o conteúdo da publicação não seria exato. A fim de mostrar sua discordância, o usuário que publica o comentário da **figura 48** afirma ter boa lembrança de como era na gestão Dilma, e aquele que envia a mensagem da **figura 49** diz que, no Brasil, os dados da pesquisa não se confirmariam e que o governo da então presidenta seria o modelo disso. É importante ressaltar que ambos não apresentam dados ou justificativas concretas para as opiniões expressas.

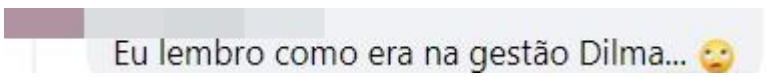


Figura 48 – Crítica ao governo de Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 49 – Crítica ao governo de Dilma Rousseff. Fonte: Acervo pessoal.

As mulheres, de modo geral, são, igualmente, representadas como indesejáveis em posições de liderança. Segundo o que se lê no comentário da **figura 50**, as mulheres brasileiras são representadas como pessoas corruptas e que não valem “a poeira da rua”, isto é, pessoas sem escrúpulos e desonestas, portanto indignas de liderar uma nação. Outro participante (**figura 51**) demonstra compartilhar do mesmo ponto de vista ao dizer que, no Brasil, as gestoras são “corrompidas pelo núcleo machista” a fim de alcançar posições de maior prestígio.

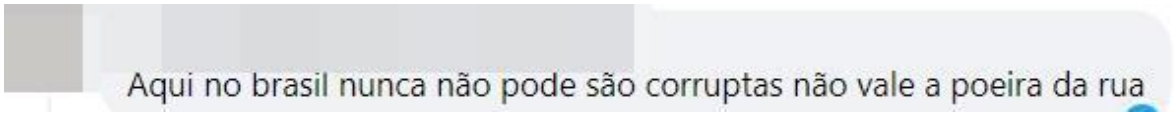


Figura 50 – Críticas a líderes femininas de modo geral, no Brasil. Fonte: Acervo pessoal.

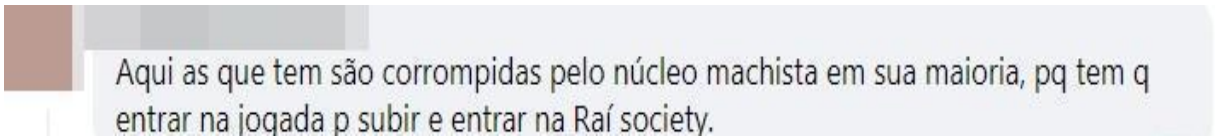


Figura 51 – Críticas a líderes femininas de modo geral, no Brasil. Fonte: Acervo pessoal.

A partir das considerações feitas, compreende-se, no presente trabalho, que, nas mensagens relativas ao governo de Dilma Rousseff (figuras 48 e 49), a violência simbólica de gênero é manifesta por meio de **acusações** sem base sólida, que acabam prejudicando a imagem da ex-presidenta, assim como reproduzindo construções discursivas que apontam as mulheres como inadequadas à liderança. Tais acusações e construções, por sua vez, podem fazer com que o interlocutor seja persuadido a aderir às ideias que visam à manutenção da dominação masculina ou mesmo a manter o pensamento misógino (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Quanto às participações que fazem referência ao gênero feminino como um todo (figuras 50 e 51), verifica-se a presença de **estereótipos** que definem as mulheres brasileiras, de modo geral, como corruptas. Ademais, entende-se, nesta pesquisa, que a afirmação de que as mulheres brasileiras “não valem a poeira da rua” (figura 41), isto é, de que não têm qualquer valor por, na opinião do usuário, serem

corruptíveis, revela atitude de **depreciação** delas, forma em que a violência simbólica de gênero se manifesta, conforme estudo de Viegas e Recuero (2014).

Na categoria 3, *Culpabilização das mulheres*, dos três comentários observados em estudo exploratório, serão analisados os dois com maior número de curtidas. O primeiro deles (**figura 52**), efetuado por um perfil identificado como do gênero feminino, demonstra indignação com o *impeachment* de Dilma Rousseff, fazendo referência àqueles que investiram contra ela como “espertalhões”, isto é, como pessoas que agem de forma desonesta para atingir seus objetivos. Contudo, a usuária culpa as próprias mulheres pelo fato, assim como pela desigualdade de gênero no Brasil, pois, segundo ela, essas, apesar de estarem em maior número no País, não souberam pensar por si próprias e ainda se deixam ser comandadas. Além do mais, a usuária, fazendo referência ao processo de impedimento de Dilma, afirma que as mulheres tiveram participação nisso devido a acreditarem que somente os homens têm a capacidade de governar e a terem, provavelmente por inveja, aceitado mentiras sobre “a única mulher brasileira a chegar ao comando da nação”.

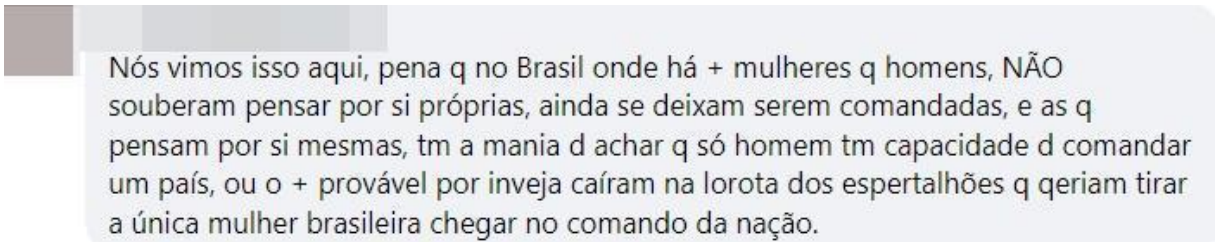


Figura 52 – Culpabilização feminina. Fonte: Acervo pessoal.

Com relação ao que é manifestado na mensagem da figura 53, conforme Miguel (2014), reconhece-se que nem todas as mulheres têm os mesmos interesses e ideais e que parte das ocupantes de cargos de liderança podem não demonstrar apoio a questões de gênero e a outras gestoras. Contudo, apesar da possibilidade de algumas mulheres, que ocupavam cargos políticos ou não, terem tido participação direta ou indireta no *impeachment* de Dilma Rousseff, vale ressaltar que, mesmo com a existência de políticas de incentivo a candidaturas femininas, a maioria dos cargos na Câmara de Deputados, em comissões permanentes e em outras instâncias em que são tomadas decisões de cunho político, é ocupada por homens (BIROLI; MIGUEL, 2014; HAJE, 2019), tendo eles, portanto, maior representatividade e poder de decisão nesse meio.

Na **figura 53**, as representantes do gênero feminino são responsabilizadas pela menor representatividade que gozam em cargos eletivos. O participante, ao interagir com o conteúdo da publicação, interroga se as mulheres seriam proibidas de concorrer a cargos públicos, dando a entender que essas não ocupam posições de liderança na política porque não desejam, já que ninguém as impediria. Nesse caso, ao culpar as mulheres pelos desafios que enfrentam, parecem ser ignoradas questões abordadas pela pesquisa de Miguel (2014) e Campos (2019), como o insulamento de mulheres na vida doméstica, dupla jornada, padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da esfera política como masculina, isto é, como um espaço naturalmente apropriado para os homens.

Figura 53 – Culpabilização feminina. Fonte: Acervo pessoal.

Na quarta categoria, denominada *Humor sexista,* dois comentários foram analisados, sendo eles os únicos encontrados em estudo exploratório. Em ambos (**figuras 54** e **55**), são feitas **piadas** construídas a partir de **estereótipos** que associam o gênero feminino a papéis domésticos, como limpar a casa e lavar roupas (RECUERO, 2013; VIEGAS; RECUERO, 2014; KURTZ, 2017). Na figura 45, o participante da discussão, em resposta à publicação, afirma que os governos femininos são apontados como menos corruptos e que isso se deve ao fato de que as mulheres estão “acostumadas a limpar a casa, aí fica fácil limpar o país” e acrescenta a representação de risos – “kkk” – no final da frase. De modo semelhante, na figura 46, o usuário responsável pelo comentário diz que os menores índices de corrupção nas gestões femininas se devem ao fato de que as mulheres “passam mais tempo lavando roupa e arrumando a casa” e que, por essa razão, elas “não têm tempo para pensar em corrupção”. A fim de reforçar que o conteúdo da mensagem seria despretensioso e “meramente humorístico”, são colocados três *emojis* os quais ilustram alguém tentando conter o riso e a *hashtag* #pazeamor, para sugerir que aquelas que estão envolvidas no debate não deveriam mostrar indignação com o comentário de conteúdo misógino devido a tratar-se de uma brincadeira.

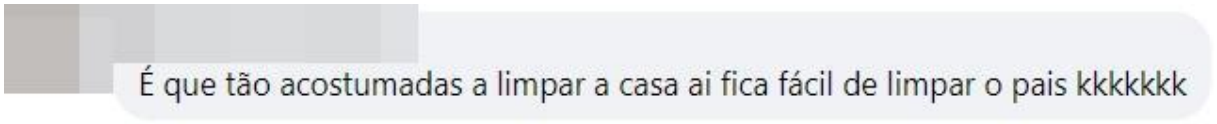


Figura 54 – Humor sexista. Fonte: Acervo pessoal.

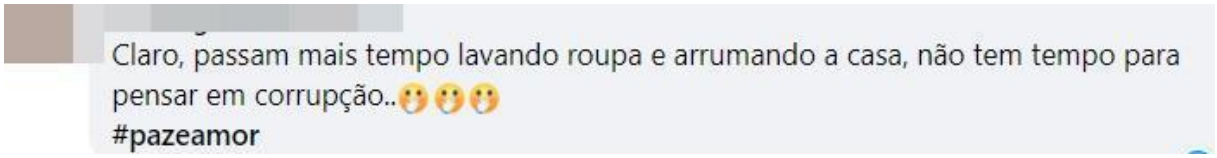


Figura 55 – Humor sexista. Fonte: Acervo pessoal.

Na última categoria, intitulada *Resistência*, foi observado, em estudo exploratório, o total de 52 comentários. Devido aos diferentes tipos de resistência manifestados, essas participações foram divididas em 7 subcategorias. São elas: (a) *Defesa de luta por direitos*; b) *Enfrentamento a quem faz comentários considerados misóginos*; c) *Elogios a gestões tidas como de sucesso*; d) *Elogios a qualidades que parte considerável das mulheres teria;* e) *Denúncia de um sistema opressor*; f) *Incentivo ao voto em mulheres* e g) *Defesa de gestões femininas criticadas*. De cada subcategoria, foi selecionado um comentário para análise.

Na subseção *Defesa de lutas feministas*, a usuária que envia o comentário visualizado na **figura 56**, respondendo ao conteúdo da publicação, expressa o desejo de que lideranças femininas de sucesso, como as citadas na pesquisa mencionada, se propaguem para muitos outros países**.** A fim de estimular as mulheres a buscarem direitos, como a conquista de espaços de gestão, é dito também que é preciso que "as mulheres acreditem que são capazes". Apesar de contar com 12 reações de risadas, o comentário recebe o apoio de outras pessoas por meio de 55 curtidas, 19 reações de "amei" e de "força".

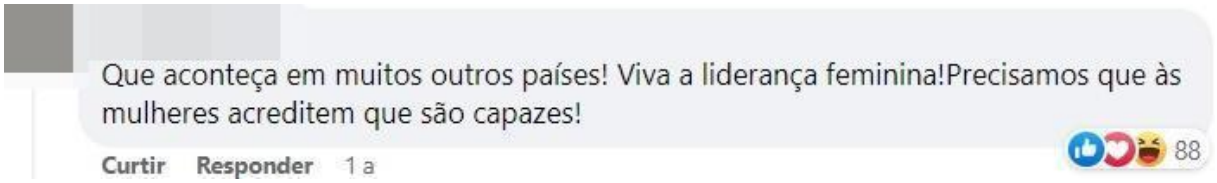


Figura 56 – Defesa de lutas feministas. Fonte: Acervo pessoal.

Com relação a *Enfrentamento a quem faz comentários considerados misóginos*, tema da subcategoria *b*, uma das participantes da discussão proposta pela

página *Quebrando o Tabu* responde aos homens que criticam o governo Dilma como um modo de justificar a opinião de que mulheres ocupando posições de poder não são bem-sucedidas (**Figura 57**). Ela chama atenção ao fato de o argumento usado por eles ser “engraçado”, isto é, sem sentido, pois, para ela, esses estão há bastante tempo no poder e não tiveram resultados favoráveis. Tal ponto de vista é perceptível quando são feitos os seguintes questionamentos: “Estamos tentando com homens há quanto tempo? E quando deu certo com eles?”.

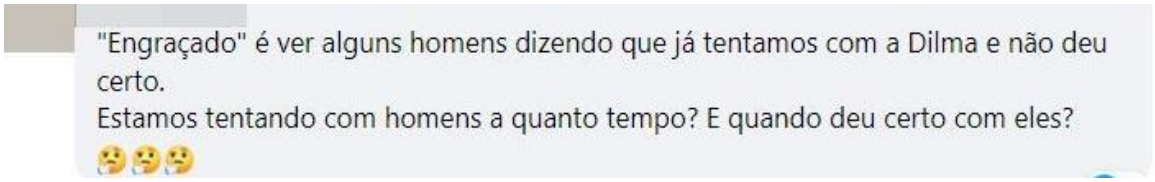


Figura 57 – Enfrentamento a quem faz comentários considerados misóginos. Fonte: Acervo pessoal.

Há, igualmente, manifestações de resistência com relação à desigualdade de gênero por meio de **elogios** a gestões tidas como de sucesso e a características que parte considerável das mulheres teriam, questões abordadas nas subcategorias *c* e *d*. Na **figura 58**, os países citados na pesquisa, governados por mulheres, são referidos como “coincidentemente” menos burocráticos, dando-se ênfase, desse modo, ao fato de que gestões femininas também podem apresentar características desejáveis. **Na figura 59**, são enaltecidas, por sua vez, qualidades entendidas como inerentes às mulheres. Entre tais qualidades estariam mais maturidade e firmeza, pois elas, desde cedo, teriam de lidar com os desafios de ser mulher em uma sociedade machista, enquanto os homens cresceriam cheios de privilégios.

Figura 58 – Elogio a gestões consideradas de sucesso. Fonte: Acervo pessoal.

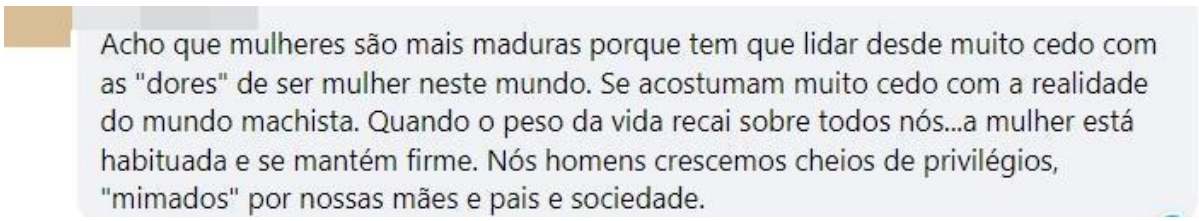


Figura 59 – Enaltecimento de características que parte considerável das mulheres teriam. Fonte: Acervo pessoal.

É importante destacar que, na figura 60, os elogios às mulheres e o destaque às diferenças de privilégio entre os gêneros são feitos por um homem. Essa atitude de defesa do gênero feminino por parte de um homem está de acordo com o estudo de bell hooks em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (2020). Nele, a pesquisadora esclarece que o movimento feminista não é anti-homem e que, como todos participam da disseminação do sexismo, todos devem desapegar de construções dessa natureza em direção àquelas de cunho feminista. Desse modo, de acordo com o entendimento da autora, independente da identidade de gênero, as pessoas têm de refletir e lutar pela igualdade de oportunidades e combater práticas sexistas.

A violência simbólica sofrida pelas mulheres que buscam cargos de administração, especialmente os políticos, é, de modo similar, exposta por meio de **denúncias de um sistema opressor**, tema analisado na subcategoria *e*. Conforme pode ser verificado na **figura 60**, é abordada a ausência de mudanças na política brasileira quanto ao acolhimento das mulheres que ingressam na área. Para a participante, fica a prova de que, no Brasil, “permanece a velha política” e de que “nada muda”. Isso é reforçado pelo fato de a primeira mulher a ocupar o cargo de presidência, Dilma Rousseff, ter sofrido um golpe por parte daqueles que desejam manter a hegemonia (GRAMSCI, 2002; FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) masculina nesse meio.

Figura 60 – Denúncia de um sistema opressor às mulheres. Fonte: Acervo pessoal.

Nos dados em que são verificadas maneiras de resistir ao sexismo, a busca por igualdade de oportunidades por parte das mulheres acontece também por meio de **estímulo ao voto em mulheres**. Na **figura 61**, a usuária argumenta que para, de fato, o gênero feminino ser representado no cenário político e para haver equilíbrio nesse cenário, é preciso que votem em candidatas mulheres. Tal ponto de vista se torna evidente quando é dito o seguinte: “Precisamos VOTAR em candidatas mulheres para que haja representatividade e equilíbrio no cenário político”. A ênfase na palavra “votar” evidencia que, para a participante da discussão, não basta

oportunizar candidaturas femininas; é preciso, igualmente, permitir que essas assumam cargos legislativos.

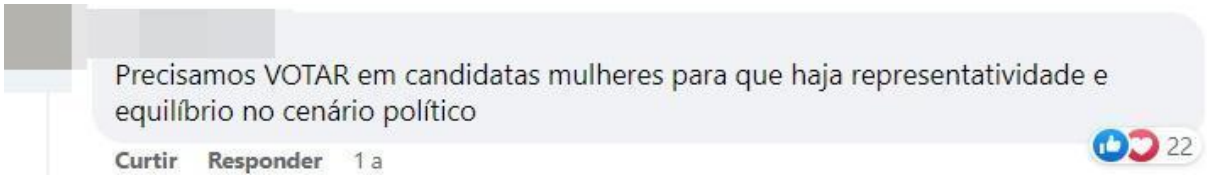


Figura 61 – Incentivo ao voto em mulheres. Fonte: Acervo pessoal.

Além das formas já mencionadas de resistência feminina observadas nos comentários, a oposição contra a opressão se deu por meio da **defesa de gestões femininas criticadas**. Enquanto alguns membros da página usavam como exemplos governos que consideravam ter sido insatisfatórios para justificar uma suposta falta de aptidão das mulheres a posições de liderança, outros buscavam defender essas gestões femininas. Tratando do governo de Dilma Rousseff, representado de modo negativo por alguns que interagiram com a publicação, a responsável pelo comentário exposto na **figura 62** intercede a favor da ex-presidenta dizendo que essa não tem qualquer condenação por corrupção e que o *impeachment* dela não ocorreu por essa razão. Além do mais, é enfatizado que Dilma foi inocentada da acusação do crime que levou ao impedimento do seu segundo mandato.

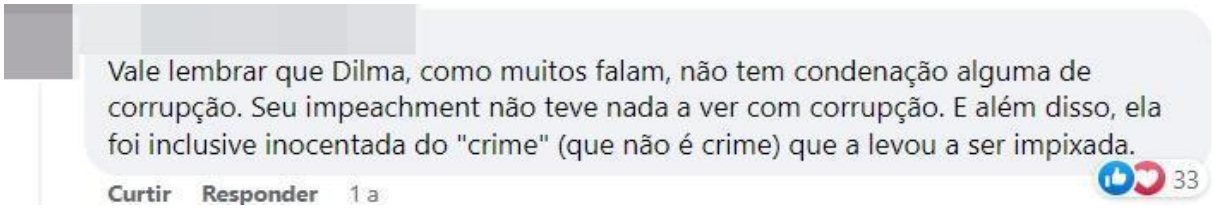


Figura 62 – Defesa de gestões femininas criticadas. Fonte: Acervo pessoal.

(d) Comportamento Social

A análise dos comentários selecionados na segunda publicação permitiu compreender que a violência simbólica de gênero ocorreu por meio de **acusações** sem base sólida e de sugestões de que as mulheres, no Brasil, deveriam ser **excluídas** do meio político por não terem as características necessárias para nele atuar. Além do mais, a violência simbólica se manifestou em forma de **estereótipos**,

desvalorização, **humor sexista** e **culpabilização** das mulheres pela desigualdade de gênero.

De modo inicial, nas figuras 48 e 49, em resposta à publicação que apresenta governos femininos como menos corruptos, a ex-presidenta Dilma Rousseff é acusada, sem qualquer evidência concreta, de ter provado o contrário. De modo similar, são expressos estereótipos sobre as mulheres brasileiras, em que essas são representadas como desonestas, inescrupulosas (figura 50) e facilmente corruptíveis quando seus interesses pessoais estão envolvidos (figura 51). Ademais, ao acusar as mulheres, o participante responsável pelo comentário da figura 50 insulta e desvaloriza as representantes do gênero feminino na política fazendo referência a elas como pessoas que “não valem a poeira da rua” (VIEGAS; RECUERO, 2014; KURTZ, 2017).

Nos comentários da figura 52 e 53, são observadas, por sua vez, tentativas de culpabilizar as mulheres pelas adversidades que enfrentam ao ingressar em meios majoritariamente masculinos, como o da política. No comentário visualizado na figura 53, as líderes femininas são apontadas por uma participante como pessoas que se permitem ser comandadas por homens, portanto sem qualquer agência e como responsáveis por interromperem o mandato da “única mulher a chegar no comando da nação” devido a questões, como inveja. De maneira similar, na figura 53, as mulheres são apontadas como responsáveis por serem minoria no meio político. Segundo o participante que faz o comentário em questão, as mulheres não são impedidas de concorrer a cargos públicos, logo não estão em maior número nesses espaços porque não mostram interesse neles.

Nesses casos, fica evidente o que é apontado na pesquisa de Kurtz (2017). De acordo com a pesquisadora, a imposição de papéis de gênero é uma forma sutil de violência e se mostra efetiva a ponto de as mulheres serem culpadas pelo tratamento injusto que recebem. A atribuição da responsabilidade pelo mal que as representantes do gênero feminino sofrem a elas mesmas, discurso que ignora questões abordadas pela pesquisa de Miguel (2014) e Campos (2019), como o insulamento de mulheres na vida doméstica, dupla jornada, padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da esfera política como masculina, ganha força à medida que passa a ser entendido como uma verdade e algo natural, inclusive, pelas vítimas da violência simbólica (BOURDIEU, 1989; 2002).

Quanto ao humor sexista, nas mensagens das figuras 54 e 55, constrói-se a ideia, a partir de estereótipos, de que o gênero feminino é relacionado a funções domésticas, como limpar a casa e lavar roupas. Tais atividades, de acordo com os interagentes, seriam a razão pela qual as mulheres teriam pouco tempo para pensar em corrupção, além de experiência para “limpar o país”.

Diante de tais expressões de violência simbólica de gênero, emergem resistências necessárias em um contexto que, apesar de avanços significativos para as mulheres, é permeado por comportamentos e discursos patriarcalistas (FOUCAULT, 1991; DUARTE, 2019). Entre as estratégias utilizadas estão a **defesa das lutas feministas** (figura 56), o **enfrentamento** a quem faz comentários considerados misóginos (figura 57), **elogios** a gestões consideradas bem-sucedidas e a qualidades que parte considerável das mulheres teria (figuras 58 e 59), **denúncia** (figura 60) de um sistema opressor, **incentivo ao voto em mulheres** (figura 61) e **argumentação em favor de gestões femininas criticadas** (figura 62).

No que se refere ao capital social, há a busca evidente por visibilidade e popularidade nos exemplos em que usuários compartilham mensagens em tom humorístico. Tais comentários, no entanto, aparecem de modo pouco expressivo, sendo apenas dois (figuras 54 e 55), e recebem pouco engajamento, já que apenas um deles recebe uma curtida. A busca por visibilidade e pela construção e legitimação de uma identidade na rede é observada, igualmente, nas respostas dadas à premissa defendida na publicação (figuras 46 e 47) e nas repetidas críticas e acusações feitas às mulheres como um todo (figuras 50, 51 e 52) e a específicas, nas figuras 48 e 49, tendo a ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, como alvo principal (RECUERO, 2009; 2012; NEVES, 2013).

Os comentários em que há discordância com os ideais defendidos na postagem e discursos que expressam contrariedade a mulheres no poder, apesar de contarem com curtidas e reações em apoio a elas, geram discórdia no ambiente, resultando em frases de confronto por parte daquelas que se sentem ofendidas, como no exemplo da figura 57. As expressões de confronto ao discurso de violência, por sua vez, entre outras estratégias de resistência, suscitam respostas que revelam o capital de suporte social por meio de mensagens de apoio e incentivo à busca de espaços e direitos por parte das mulheres.

6.2.3 Publicação 3

A publicação 3 foi compartilhada pela página *Quebrando o Tabu* no dia 14 de agosto de 2020 e escolhida como a terceira para análise devido a ser a terceira postagem com maior número de comentários dentre as três selecionadas. Quanto à participação dos usuários com relação à postagem, essa contou com 968 comentários, 3 mil comentários, 15.010 compartilhamentos, 14 reações de “força”, 85 de risada, 19 de “uau”, 1 mil de “amei”, 7 de raiva e 3 de choro.

Abaixo pode ser visualizada a imagem com o texto publicado pela página e com o início de vídeo da campanha *Eleitas*, protagonizado pela cantora Anitta.

Figura 63 – Publicação 3. Fonte: https://www.facebook.com/quebrandootabu/. Acesso em 10 jan. 2022, às 14h30min.

(a) Estrutura

A publicação é formada por texto escrito elaborado pela administração da página *Quebrando o Tabu* e por vídeo em que a intérprete musical Anitta explica questões relacionadas à paridade de gênero. Do mesmo modo que nas outras publicações da campanha *Eleitas*, há o uso das *hashtags* #MulheresNaPolítica, #Eleitas, #EleitasMulheresNaPolítica, #SérieEleitas, #Eleições, #Eleições2020, #VoteNelas e #ElasNoPoder, que além de permitirem a divulgação da campanha por meio do seu

uso, possibilitam o acesso a discussões sobre o assunto devido ao fato de servirem como *links* que direcionam para o que outras pessoas que usaram a *hashtag* dizem sobre o assunto, dando múltiplas possibilidades de leitura (BRITO; SAMPAIO, 2013) a quem tem acesso à postagem.

Em relação à forma de construção da postagem, a apresentação ocorre em tom de diálogo com o leitor e, assim como nos demais *posts* analisados, é acessível ao interlocutor no sentido de que não há termos técnicos ou palavras usadas majoritariamente em contextos formais. Apesar de ter sido utilizado o *emoji* que simboliza “força” e “vigor”, possivelmente, devido à importância e ao caráter mais sério da discussão, não são usados elementos próprios da comunicação mediada por computador informal, como abreviações e construções que simulam emoções, como *hahaha*.

(b) Sentido

O foco da publicação 3 é abordar a questão da paridade de gênero e mostrar o quanto a ausência dela interferiu na vida das mulheres e ainda pode interferir. De modo inicial, o leitor é instigado a refletir sobre o tópico apresentado, e, para isso, são trazidos exemplos de direitos dos quais as mulheres eram privadas na história recente do Brasil, entre eles a impossibilidade de se divorciar, ter conta em banco, viajar sem a permissão do marido e se eleger em cargos públicos.

Após contextualização da história das mulheres no País, é explicado o que é paridade de gênero, que, segundo o(a) responsável pela postagem, acontece quando mulheres e homens ocupam o mesmo espaço na sociedade. A fim de compreender o assunto com maior profundidade, o público é convidado a assistir não somente ao vídeo do *Facebook*, que trata com mais detalhes do que é explicado no texto do *post*, mas também ao episódio completo, disponível na série *Eleitas*, no *Youtube*.

Além de as pessoas serem instigadas a refletir e a buscar entender a urgência de haver oportunidades iguais a homens e mulheres, também são convidadas, em *hashtags,* como a #MulheresNaPolitica, a #VoteNelas e a #ElasNoPoder, a tomar atitudes que venham a interferir nessa realidade. Há, além disso, a oportunidade de divulgar tais *hashtags* e de utilizar a ferramenta “compartilhar” do *Facebook* para divulgar a discussão e de, desse modo, com o uso da plataforma, dar visibilidade ao

tema e tornar possível o reconhecimento das lutas das mulheres pela sociedade (ROSSINI, 2014).

(c) Interação

Na terceira postagem, os usuários interagiram com o conteúdo publicado por meio de 968 comentários, 3 mil comentários, 15.010 compartilhamentos, 14 reações de “força”, 85 de risada, 19 de “uau”, 1 mil de “amei”, 7 de raiva e 3 de choro. Dentre os 200 comentários observados inicialmente, foram escolhidos 18 para análise, sendo eles classificados em seis categorias. São elas: 1) *Crítica ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*, 2) *Crítica à gestão feminina;* 3) *Culpabilização das mulheres;* 4) *Humor sexista*; 5) *Depreciação e* 6) Resistência.

Na categoria 1, que aborda pareceres negativos sobre a publicação em questão e em relação à página *Quebrando o Tabu*, foram contabilizados 33 comentários, tendo sido analisados os dois com maior número de curtidas. No primeiro deles **(figura 64)**, a exposição de um histórico de desigualdades entre os direitos de homens e mulheres e a incitação à reflexão sobre o tema são retratados como uma abordagem antiquada, repetitiva e sem poder de mobilização feminina. Após a crítica, são apresentados argumentos a fim de justificar por que a abordagem utilizada pela página seria inadequada e uma proposta de solução para a desigualdade de oportunidades para os gêneros masculino e feminino.

A fim de explicar as razões pelas quais a maneira como a postagem não teria sido bem elaborada a ponto de estimular o público a pensar sobre o assunto e tomar atitudes de mudança com relação ao problema discutido, o autor da mensagem questiona se, de fato, a baixa representatividade de mulheres em cargos eleitorais deveria ser atribuída aos homens e a uma sociedade desigual e machista ou a elas mesmas, que estariam em maior número na população brasileira. O indivíduo responsável pelo comentário segue sua linha de raciocínio argumentando que seria ilógico acusar a sociedade de machista se essa, em sua maior parte, é formada por mulheres, pois isso seria o mesmo que dizer que elas também têm atitudes sexistas.

Entre questionamentos que **culpabilizam as mulheres** pela ausência de paridade de gênero, é sugerido, sem muitos detalhes de como tornar proposição efetiva, que sejam concentrados esforços “em fazer a própria valorização das mulheres” com o objetivo de que elas se sintam representadas por outras mulheres e não por homens.

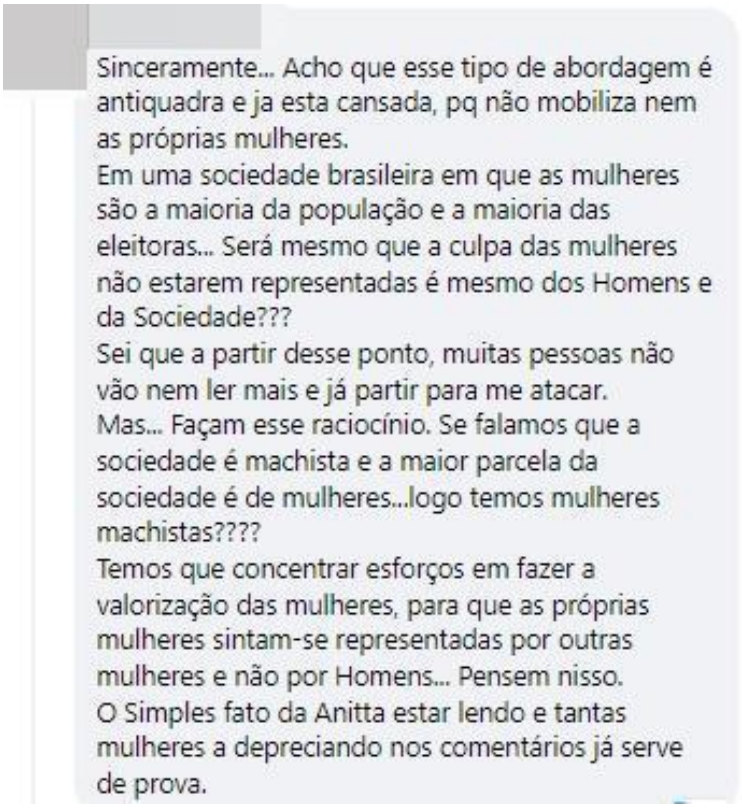


Figura 64 – Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*. Fonte: Acervo pessoal.

Na **figura 65**, a crítica não está centrada na maneira como a discussão é apresentada e, sim, no próprio ato de discorrer sobre injustiças sofridas pelo gênero feminino ao longo da história. Para o participante que publica tal mensagem, o conteúdo da publicação se trata de um “mimimi”, isto é, uma reclamação sem sentido, apenas com o intuito de criar polêmica, e de uma “conversa mole” que está causando perturbação. Com vistas a explicar o ponto de vista negativo a respeito do que é discutido na postagem, é usado exemplo que busca desmentir a informação nela dada de que as mulheres precisariam de autorização do cônjuge para viajarem sozinhas. Além disso, é defendido o posicionamento de que não há nada que impeça as mulheres de ocuparem posições de destaque na ciência ou em cargos executivos; logo, se essas não estão nesses meios, isso se deveria ao fato de que elas não estão dispostas a fazer esforços para isso ou porque não teriam competência. De acordo com a opinião de quem faz o comentário, tal debate, portanto, não é direcionado a mulheres “guerreiras”, mas àquelas consideradas “Nutella”, excessivamente delicadas e sem capacidade de lidar de forma contundente com as dificuldades que têm de enfrentar.

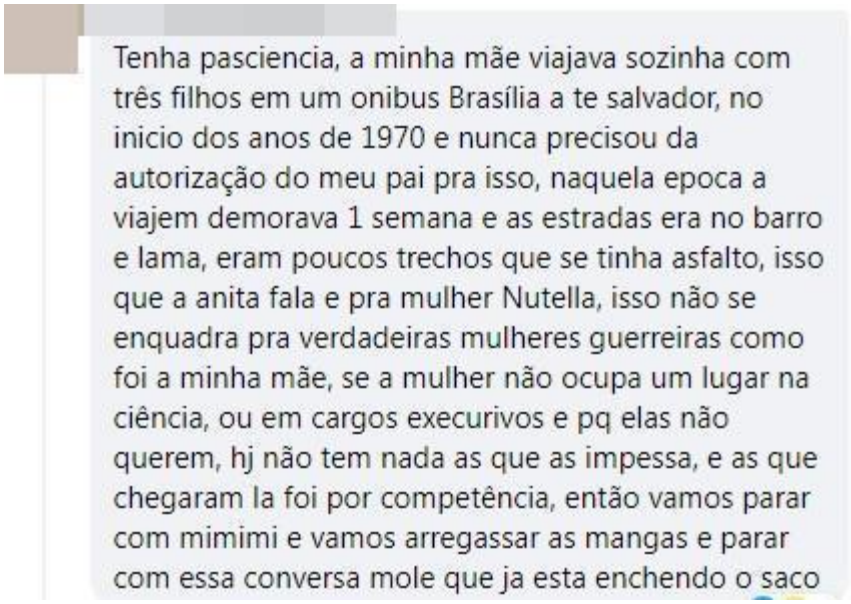


Figura 65 – Crítica ao conteúdo da publicação e à página *Quebrando o Tabu*. Fonte: Acervo pessoal.

Verifica-se, nas figuras 64 e 65, que, mesmo aqueles que têm como objetivo principal criticar a página *Quebrando o Tabu* e os temas por ela abordados, manifestam, em seu discurso, violência simbólica de gênero por meio de **culpabilização** das mulheres pelos percalços que enfrentam, de **depreciação** daquelas que denunciam as injustiças sofridas pelo gênero feminino e do movimento feminista acusando seus argumentos de serem inverídicos e desprovidos de lógica.

Na categoria 2, denominada *Crítica à gestão feminina*, do total de cinco comentários, foram selecionados para análise os dois com maior número de interações por meio de curtidas. Na **figura 66**, o participante posiciona-se sobre o assunto, inicialmente, dizendo que não é contra mulheres ocupando espaços na política. No entanto, após a afirmação, fazendo referência à ex-presidenta Dilma Rousseff, ele diz que “já tivemos uma mulher na política” e que “estamos pagando o preço por isso”. Desse modo, compreende-se que, apesar de tal indivíduo não fazer objeção a candidaturas do gênero feminino no início do comentário, sugere a exclusão (VIEGAS; RECUERO, 2014; STREY, 2012) de suas representantes ao destacar que, na sua opinião, considera desastrosa a gestão da única mulher que teve a oportunidade de ocupar um cargo de presidenta da República no Brasil.

É importante ressaltar que a mensagem em questão, além de contar com oito curtidas e quatro risadas, recebeu 16 reações de raiva, evidenciando que tal ponto de

vista não é compartilhado por parte dos usuários e gerando discórdia no ambiente de interação.

Na **figura 67**, é expressa reprovação e depreciação com relação a governos de mulheres como Dilma Rousseff (PT), Rosinha Garotinho (União), Carla Zambelli (PL), Joyce Hasselmann (PSDB), Manuela d´Ávila (PCdoB), Heloísa Helena (Rede Sustentabilidade), Marina Silva (Rede Sustentabilidade) e Mária do Rosário (PT). Apesar de muitas terem assumido cargos distintos e serem ligadas a partidos e ideologias diversas, todas são acusadas de não ter qualidades que as tornem adequadas à liderança. Logo, não haveria qualquer vantagem em eleger parte considerável daquelas que se candidatam e em modificar uma realidade em que os homens detêm a maioria dos cargos eletivos, algo que o movimento feminista busca constantemente para transformar (SARTI, 2001; GARCIA, 2011; HOOKS, 2019; 2020; SOIHET, 2020).

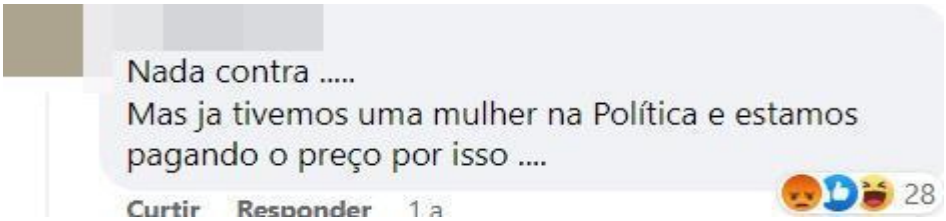


Figura 66 – Crítica à gestão feminina. Fonte: Acervo pessoal.

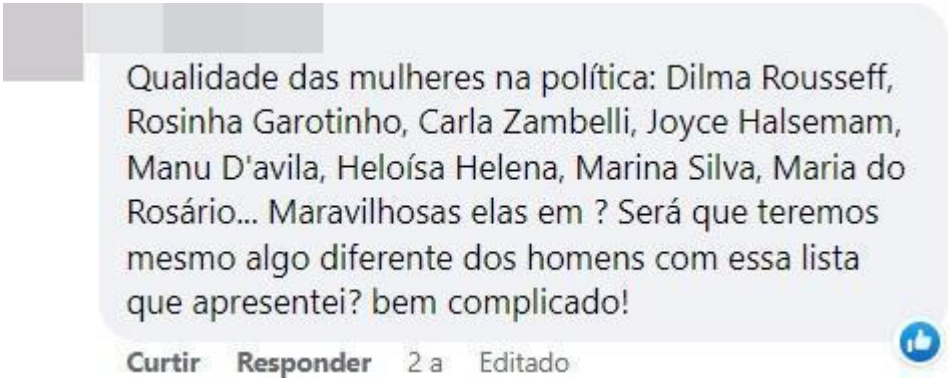


Figura 67 – Crítica à gestão feminina. Fonte: Acervo pessoal.

Em *Culpabilização feminina*, foram contabilizados cinco comentários, tendo sido considerados para análise os dois com maior número de curtidas. Em ambos, é atribuída às mulheres a culpa por não haver paridade de gênero no cenário de liderança política, pois essas, maioria com títulos eleitorais ativos, não apoiariam as candidatas a cargos eletivos. Tal ponto de vista é verificado na **figura 68,** em que o

responsável pela mensagem afirma que “são elas que na sua maioria elegem os atuais políticos”, assim como na **figura 69**, que apresenta a seguinte declaração: “O eleitorado é 50% feminino, elas também elegem os 90% dos congressistas homens”.

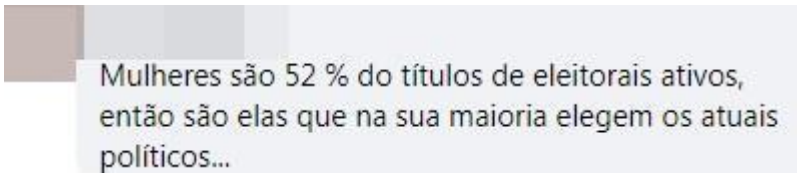


Figura 68 – Culpabilização feminina. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 69 – Culpabilização feminina. Fonte: Acervo pessoal.

Na quarta categoria, *Humor sexista*, foi encontrado um comentário (**figura 70**). Nele, os ideais feministas de acabar com a opressão sexista e as lutas das mulheres são satirizadas e representadas como movimentos anti-homem, ao contrário do que explica bell hooks (2020) sobre os pressupostos do feminismo. O autor da mensagem, por meio de discurso em tom humorístico, afirma que, se fosse mulher, usaria somente coisas inventadas e construídas por mulheres e consumiria apenas alimentos plantados e colhidos por elas. Esse ainda encerra sua manifestação dizendo que isso seria uma boa ideia e acrescenta *emojis* de risos e uma imagem de um homem com a mão escondendo a boca para não mostrar o riso. Tal tentativa de ganhar visibilidade, ao contrário do que, possivelmente, era esperado, não gerou qualquer repercussão, tendo em vista que o comentário não recebeu qualquer tipo de reação de apoio ou reprovação.

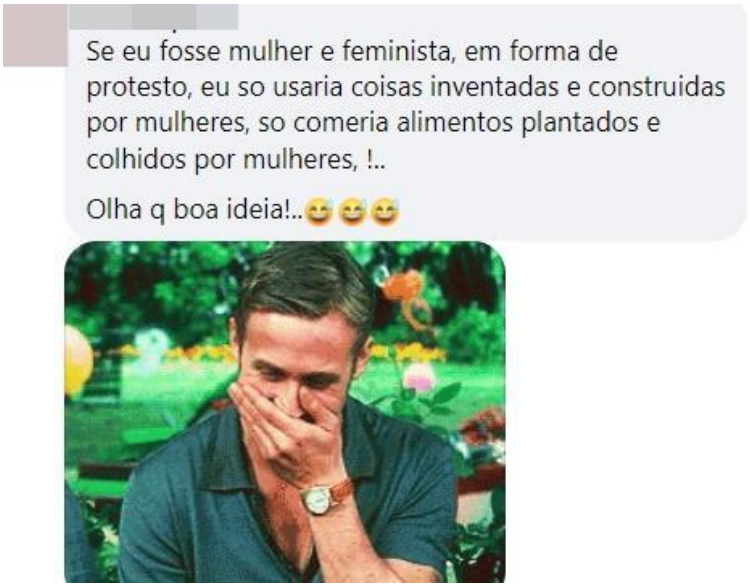


Figura 70 – Humor sexista. Fonte: Acervo pessoal.

A categoria de número cinco, denominada *Depreciação*, teve 87 comentários entre os 200 analisados na publicação 3, o maior número de participações, se comparada com os demais grupos. Em tal seção, as participações foram classificadas em duas subdivisões: *a. Depreciação da cantora Anitta* e *b. Desqualificação das mulheres em geral e do feminismo*.

Na primeira subdivisão, que apresenta comentários depreciativos acerca de Anitta, ela, do mesmo modo que acontece com Dilma Rousseff, é representada como alguém sem inteligência, assim como sem capacidade para falar sobre temas importantes, como paridade de gênero, nesse caso. A fim de defender os juízos de valor relacionados à Anitta, o usuário que escreve o comentário visualizado na **figura 71** defende que ela teria “levado uma surra” da também cantora Pitty em um debate promovido por um programa de televisão, demonstrando, assim, não ter propriedade para falar sobre qualquer assunto. Segundo ele, Anitta deveria sair de onde está, isto é, deveria ser excluída da campanha *Eleitas*. Para aquele que escreve o comentário da **figura 72**, a cantora em questão só estaria sendo capaz de explicar o histórico das relações de gênero no Brasil e a importância da paridade de gênero, pois estaria lendo texto disponibilizado em um *teleprompter*, algo que seria motivo de riso, conforme pode ser observado por meio do uso da expressão “kkk”, que representa algo engraçado.

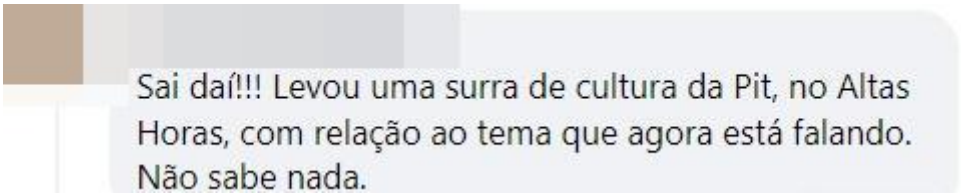


Figura 71 – Depreciação da cantora Anitta. Fonte: Acervo pessoal.

Figura 72 – Depreciação da cantora Anitta. Fonte: Acervo pessoal.

Na segunda subdivisão, as mulheres e os ideais feministas que parte delas defende são desqualificados com acusações de que elas desejariam igualdade em relação aos homens somente em situações confortáveis. Funções que exigem esforço e causam desgaste físico, como “descarregar caminhão de cimento” (**figura 73**) e trabalhar em obras e com estivagem de cargas exercidas (**figura 74**) não fariam parte, de acordo com os participantes, das ambições das mulheres, somente cargos entendidos por esses como mais fáceis.

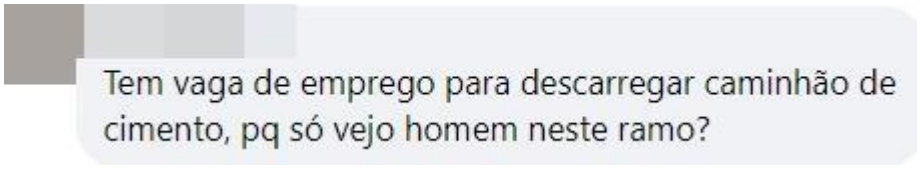


Figura 73 – Desqualificação das mulheres e do feminismo. Fonte: Acervo pessoal.

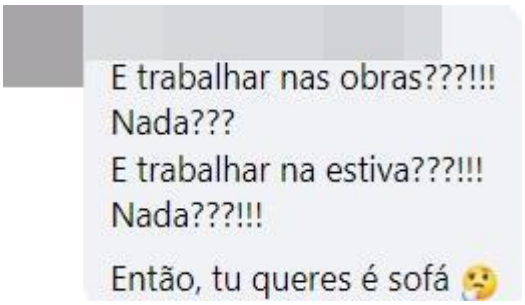


Figura 74 – Desqualificação das mulheres e do feminismo. Fonte: Acervo pessoal.

Além dos diferentes tipos de violência simbólica de gênero observados nos comentários analisados – culpabilização, depreciação, desqualificação do feminismo e tentativas de frustrar o movimento – , manifestações mencionadas em estudos de

autores como Strey (2012), Viegas e Recuero (2014) e Kurtz (2017), foi possível observar “focos de resistência”, isto é, resistências espontâneas (FOUCAULT 1991; ÁLVAREZ, 2014) e de menor repercussão que emergiram de maneiras diversas.

A primeira forma de resistência observada foi a *defesa das lutas feministas, sendo essa subcategoria dividida em duas seções: 1) Defesa do direito de Anitta falar sobre paridade de gênero e política* e 2) *Defesa das lutas feministas de modo geral*).No comentário da **figura 75**, o qual trata sobre a cantora Anitta, os participantes que desqualificam a participação da artista por julgarem-na como alguém sem inteligência ou imoral são chamados de “chatos”, e, em seguida, é exposta a opinião de que ela deve ser escutada, pois, apesar de saber pouco sobre política anteriormente começou a se interessar e aprender sobre o tema. Aqueles que reprovam a cantora são instigados a absorver a mensagem da fala dela no vídeo da campanha *Eleitas* e a estarem dispostos a aprender em vez de tecerem críticas.

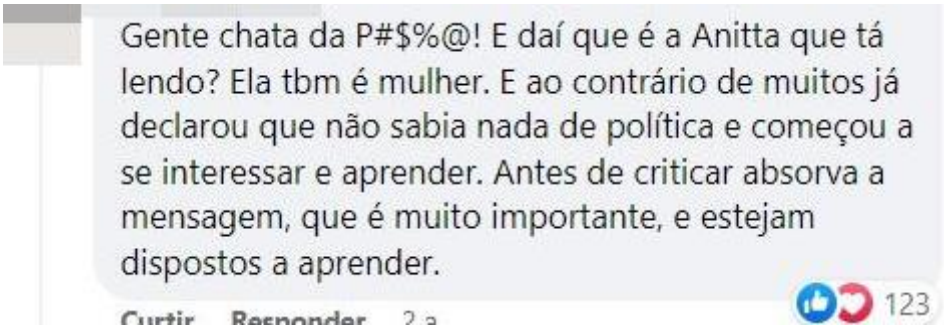


Figura 75 – Defesa das lutas feministas. Fonte: Acervo pessoal.

A **figura 76** aborda as lutas daquelas que se engajaram e ainda se engajam nos mais diferentes tipos de manifestações a fim de conquistar direitos iguais e mais espaço de representatividade. Além de enaltecer os movimentos feministas e aquelas que lutam por mais oportunidades ao gênero feminino, a usuária que faz o comentário expõe o fato de que ainda há aquelas que se opõem aos feminismos apesar de ter conquistas por meio das lutas de outras mulheres.

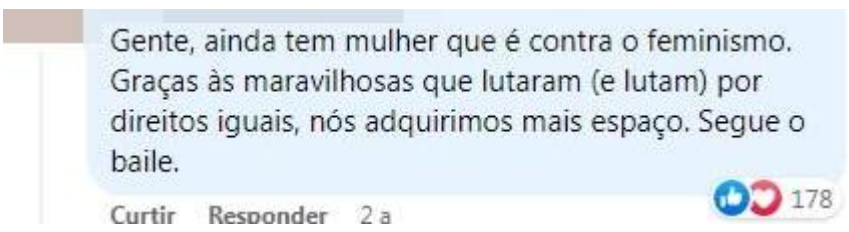


Figura 76 – Defesa das lutas feministas. Fonte: Acervo pessoal.

A segunda estratégia usada para resistir à violência simbólica de gênero e conscientizar os demais da necessidade de mudanças sociais foi por meio de *denúncias das injustiças sofridas* pelas mulheres ao longo da história na busca por direitos e por igualdade de oportunidades. Fazendo referência à publicação em discussão, que aborda as lutas das mulheres durante muitos anos para ter direitos como se divorciar, ter conta em banco, viajar sem autorização do marido e candidatar-se a cargos públicos, a usuária que envia a mensagem da **figura 77** denuncia haver lugares no mundo em que tais atos seguem sendo possíveis somente aos homens. Ela lamenta a ausência de igualdade, dizendo ser triste o fato de que, para alguns, as mulheres são tratadas como objeto.

Figura 77 – Denúncia de injustiças. Fonte: Acervo pessoal.

Na **imagem 78**, os *elogios a governos femininos* são considerados formas de resistência, pois buscam evidenciar no debate o quanto governos que têm mulheres à frente de cargos podem ser positivos, encorajando que sejam dadas mais oportunidades de liderança a elas e, por sua vez, mais chances de paridade de gênero. De acordo com a autora do comentário, “todos os países onde as mulheres têm mais espaço no governo alcançaram maior equilíbrio e justiça social”.

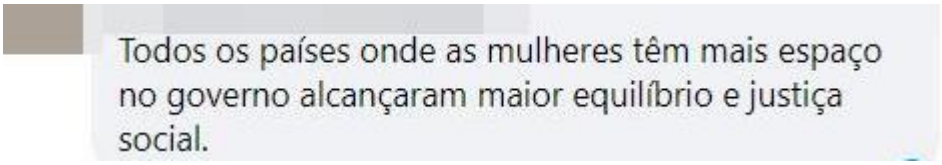


Figura 78 – Elogios a governos femininos. Fonte: Acervo pessoal.

A oposição à violência simbólica foi, igualmente, observada em mensagens de *enfrentamento direto* àqueles que se posicionavam desfavoravelmente à igualdade entre os gêneros e que buscavam definir o modelo de mulher que poderia discutir o tema e reivindicar seus direitos. Na **figura 79**, os homens que vão de encontro com

os interesses femininos no debate são acusados de agirem movidos por uma masculinidade tóxica, que, além de ter efeitos nocivos ao ambiente de interação, teria como objetivo calar mulheres que não se encaixam nos padrões machistas. Tal enfrentamento, apoiado com comentários por outros usuários, pode ser verificado nas seguintes palavras: “Tem homem tão distraído quanto sua masculinidade tóxica que acha que pode dizer qual mulher pode falar ou não”.

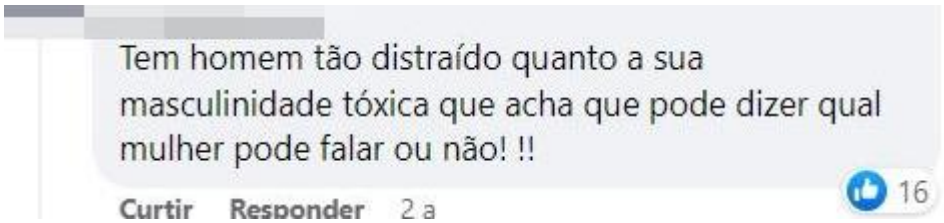


Figura 79 – Enfrentamento. Fonte: Acervo pessoal.

Além de julgamentos negativos voltados a mulheres representadas como pessoas em desacordo com determinados parâmetros de moral, outras, entre elas a ex-presidenta Dilma Rousseff, foram duramente censuradas quanto a sua capacidade de governo, servindo, de acordo com alguns, como um modelo de que gestões femininas estariam condenadas ao fracasso. A fim de refutar tal discurso, certos participantes da discussão empenham-se em *defender o trabalho dessas líderes*. Na **figura 80**, a debatedora, embora acredite que Dilma tenha cometido erros durante o seu mandato, afirma que tais falhas teriam sido superadas pelos acertos da gestora. A usuária acrescenta que cometer falhas não seria uma particularidade feminina e incentiva outros a apoiar candidaturas de mulheres por meio do voto.

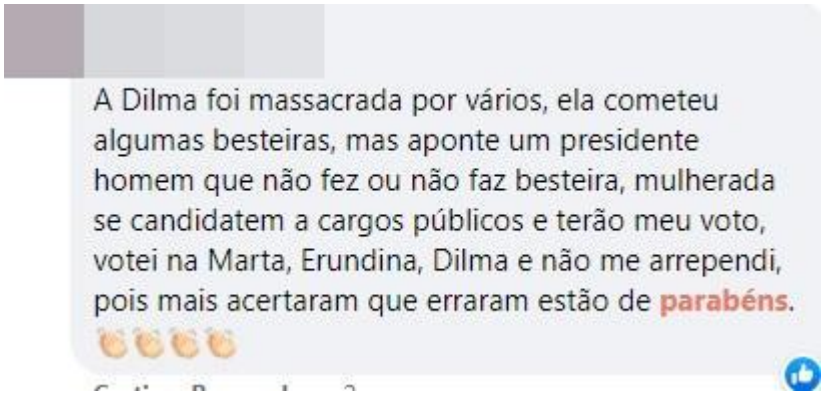


Figura 80 – Defesa de gestões femininas amplamente criticadas. Fonte: Acervo pessoal.

O *incentivo ao voto em candidatas do gênero feminino* foi, da mesma maneira, encontrado em manifestações como a visualizada na **figura 81**, em que mulheres são incitadas a dar seu voto a suas coirmãs. Com vistas a, de forma progressiva, conquistar mais espaços de chefia , a responsável pelo comentário diz às demais engajadas na discussão: “Se fortaleçam, se unam e criem forças”.

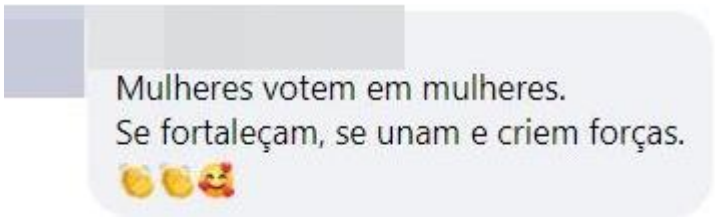


Figura 81 – Incentivo ao voto em mulheres. Fonte: Acervo pessoal.

(c) Comportamento social

A análise dos comentários selecionados na publicação 3 permitiu compreender que a violência simbólica de gênero se manifestou por meio de **culpabilização** das mulheres quanto à inexistência de paridade entre os gêneros e de **depreciação,** daquelas consideradas por alguns como fora do padrão de moral desejável, assim como do discurso feminino de denúncia de desigualdades, que foi descrito como mentiroso e desprovidos de lógica. Tal discurso de violência simbólica, igualmente, transpareceu nas duras **críticas não justificadas a gestões femininas** de diferentes partidos e ideologias políticas, que buscavam desencorajar o voto em mulheres, e na mensagem de **humor sexista** que buscava satirizar o feminismo.

Antes de analisar os comentários do grupo *Culpabilização feminina*, foi possível verificar, na seção cujo foco eram *críticas ao conteúdo da publicação e à página Quebrando o Tabu*, mensagens que atribuíam às mulheres a responsabilidade pela falta de igualdade entre os gêneros quanto à ocupação de cargos de liderança. Na figura 64, afirma-se não haver maior representatividade feminina em posições de gestão política porque as mulheres não votariam naquelas que se candidatam. Na figura 65, também parte da seção sobre as críticas à página *Quebrando o Tabu*, as representantes do gênero feminino novamente são acusadas de serem responsáveis por não haver paridade de gênero no cenário político, assim como em outros de destaque. Segundo o responsável pelo comentário, não existe nada que impeça quem deseja alcançar posições de liderança, basta apenas ter competência e vontade.

Na seção de comentários, que trata especificamente sobre culpabilização das mulheres pelas injustiças sofridas, novamente, são apresentados argumentos que defendem a ideia de que as mulheres não têm mais cargos eletivos porque não votam naquelas que se candidatam a cargos públicos, conforme pode ser verificado nas figuras 68 e 69.

Além disso, no comentário 65, que trata do conteúdo da publicação de forma negativa, há depreciação e humilhação das mulheres, assim como tentativa de desacreditar o feminismo por representar os argumentos usados por aqueles que o representam como falsos. Aquelas que se dedicam a expor a falta de oportunidades de destaque ao gênero feminino são acusadas de serem excessivamente delicadas e de não terem competência e vontade de lutar. Ademais, o discurso dessas é descrito como algo que não merece atenção, pois seria nada mais que “mimimi”, isto é, uma reclamação infundada com o intuito de perturbar.

Nas figuras 71 e 72, há, novamente, depreciação das mulheres e das ideias defendidas por elas. Nesses exemplares, o alvo é a cantora Anitta, que é retratada como desprovida de inteligência e, portanto, inadequada para tratar da questão da paridade de gênero. Nas figuras 73 e 74, as mulheres e os ideais defendidos por aquelas que lutam por mais direitos são desqualificados por meio de afirmações de que essas desejam igualdade apenas em situações confortáveis, mas que não se habilitam a “descarregar caminhão de cimento” e a “trabalhar na estiva”. A depreciação se dá, igualmente, por meio de humor sexista que apresenta o movimento feminista como algo de menor importância e que prega ideias anti-homem, conforme foi observado no comentário da figura 70.

A violência simbólica de gênero, conforme verificado neste estudo, acontece também por meio de críticas incisivas direcionadas a diversas mulheres que tiveram papéis mais destacados na política. Essas, apesar de terem diferentes ideais e partidos, são todas acusadas de corruptas e de não possuírem qualidades que as tornem aptas a governar. Entende-se que tal discurso, assim como os de demais que humilham, depreciam e buscam de diferentes maneiras abordar as denúncias feitas pelas mulheres como queixas de pouca importância, tem como intuito, além de tirar o foco da discussão e ganhar visibilidade, a manutenção da hegemonia masculina e a prevalência da a ideologia sexista (FAIRCLOUGH, 1989; 2003; VIEIRA E MACEDO, 2018).

Tais tentativas de manter um *status quo* que privilegia o gênero masculino não são ignoradas por aquelas que se revoltam com a violência simbólica. Elas, em acordo com Resende e Ramalho (2006), mesmo constrangidas por estruturas e práticas sociais, buscam estabelecer relações inovadoras e modificar realidades já estabelecidas. Nos comentários estudados na publicação 3, foi possível compreender que a resistência feminina, entre outras formas, ocorreu por meio da defesa de as mulheres reivindicarem seus direitos e falarem sobre assuntos como política. Diante de mensagens que depreciaram a cantora Anitta e a julgaram como indigna de falar sobre paridade de gênero por ela ser considerada, por alguns, imoral ou de pouca inteligência, tanto homens quanto mulheres manifestaram-se em defesa da intérprete musical e de outras que desejarem lutar por ideais de igualdade, conforme analisado na figura 75. Quando se percebeu a depreciação das lutas feministas que aconteceram ao longo da história, defendeu-se o legado das mulheres que buscaram seus direitos, e foi exposta a incoerência de, na atualidade, representantes do gênero feminino serem contra os feminismos (figura 76).

O enfrentamento da violência simbólica de gênero se deu, conjuntamente, mediante às denúncias relacionadas às dificuldades encontradas no passado e no presente pelas mulheres na conquista de direitos (figura 77), aos elogios a lideranças femininas (figura 78) e à oposição direta àqueles que se mostravam desfavoráveis à igualdade entre os gêneros e que buscavam definir um padrão (figura 79) de mulher que poderia discutir o tema e reivindicar seus direitos. Além disso, a resistência foi manifestada por intermédio de incentivo ao voto em candidatas femininas (figura 81) e de defesa do trabalho de gestoras duramente criticadas (figura 80).

Com relação ao capital social, há usuários que buscam visibilidade e popularidade no ambiente de interação por meio de humor sexista e repetidas críticas às mulheres e à liderança feminina em uma publicação cujo objetivo é defender os direitos femininos. No que diz respeito aos comentários com humor sexista (figura 70) e depreciação feminina (figuras 73 e 74), esses não recebem qualquer tipo de reação por parte dos participantes da discussão. Por outro lado, uma das mensagens que apresenta parecer negativo sobre a gestão de Dilma Rousseff e desestimula o voto em mulheres (figura 66), além de contar com quatro reações de tristeza, teve 16 reações de raiva, gerando conflito.

Além da busca por visibilidade e popularidade, foi observado o capital de suporte social (RECUERO, 2012) por meio de um número considerável de curtidas e reações

de “amei” em comentários, como os da figura 75 e 76, que defendiam movimentos feministas e direito de qualquer representante do gênero feminino buscar paridade de gênero. A mensagem da figura 75 obteve 101 curtidas e 20 amei e a da imagem 76, 142 curtidas e 32 amei, mostrando apoio de outros que concordam com o discurso de igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

6.3 Considerações gerais

A análise dos comentários feitos nas publicações selecionadas e as reações a elas mostrou que há alguns padrões no que concerne à maneira como a violência simbólica de gênero se apresenta nas interações e com relação aos modos de resistir a ela. Nesse sentido, em acordo com os objetivos deste estudo, será apresentada uma análise geral de tais recorrências, assim como será debatido o impacto que tanto as mensagens sexistas quanto as de resistência tiveram no ambiente de interação. Embora as considerações a seguir tenham como base a análise de algumas amostras, os conteúdos observados nelas permitem melhor compreensão, no contexto dos sites de redes sociais, do discurso de violência simbólica direcionado ao gênero feminino e daquele que luta por acesso às mesmas oportunidades para homens e mulheres.

6.3.1 Maneiras pelas quais a violência simbólica de gênero se manifestou

A análise das três publicações selecionadas e dos comentários nelas presentes permitiu compreender que a violência simbólica de gênero se manifestou nas conversas sobre a participação feminina em cargos de liderança, sobretudo naqueles de cunho político, em 29 das 54 mensagens analisadas e de sete formas. São elas: depreciação das mulheres e dos ideais feministas, culpabilização delas por não haver paridade de gênero, acusações sem base sólida com relação a gestoras, humor sexista, estereótipos, exclusão e desinformação.

A **depreciação das mulheres e dos ideais feministas** foi a forma de violência simbólica de gênero mais frequente, tendo sido verificada nas três publicações escolhidas para estudo em 11 participações dos seguidores da página *Quebrando o*

Tabu[16]. Discursos que desvalorizam as mulheres e o feminismo foram encontradas em exemplos como o da figura 27 (publicação 1) que, ao fazer referência a ex-presidenta Dilma Rousseff, a descreve como "senhora que saudava mandiocas" e que "falava em estocar vento", isto é, alguém sem inteligência e que dizia coisas inapropriadas e absurdas do ponto de vista. Atitudes semelhantes são expressas na amostra da figura 50 (publicação 2), que trata das mulheres que se dedicam à política no Brasil como pessoas que "não valem a poeira da rua", e naquela da imagem 65 (publicação 3), que apresenta os pressupostos feministas como "mimimi" e as mulheres que denunciam injustiças como "Nutella", ou seja, pessoas excessivamente delicadas.

Além disso, observa-se, nas imagens 71 e 72 (publicação 3), que a cantora Anitta, escolhida pelos idealizadores da campanha *Eleitas* para abordar a questão das desigualdades entre homens e mulheres ao longo da história, é representada como alguém sem inteligência, de modo similar ao que aconteceu com Dilma Rousseff. Nas imagens 73 e 74 (publicação 3), as representantes do gênero feminino e os ideais defendidos por elas são desqualificados e acusados de oportunistas, pois, para os usuários que fizeram os comentários, elas desejariam igualdade em relação aos homens somente em situações confortáveis.

A segunda manifestação de violência simbólica mais recorrente foi a **culpabilização feminina** encontrada em 11 participações dos membros da *Quebrando o Tabu*, distribuídas nas três publicações. Exemplares de atribuição de culpa às mulheres pelos percalços que enfrentam foram encontrados em exemplares como o da figura 31 (publicação 1) em que essas são caracterizadas como "manipuladas por homens de comportamento duvidoso" e apresentadas como pessoas que não votam em outras mulheres assim como não votam de modo qualificado. No comentário visualizado na imagem 52 (publicação 2), é dito que não há mais líderes femininas no Brasil porque as mulheres brasileiras "se deixam ser comandadas" e acreditam que somente homens têm a capacidade de governar um país. Elas ainda são consideradas culpadas pela participante no que concerne ao *impeachment* de Dilma, pois, por inveja teriam "caído na lorota dos espertalhões que queriam tirar a única mulher brasileira a chegar no comando da nação".

[16] Exemplos de depreciação e de estereótipos que fazem parte de mensagens de humor sexista foram contabilizados e analisados separadamente. Além disso, em alguns comentários foram encontrados mais de um tipo de violência simbólica de gênero.

O fato de haver mais homens em cargos políticos também é explicado por alguns usuários como resultado de atitudes femininas. Conforme lido nas figuras 68 e 69 (publicação 3), as mulheres compõem a maior parte do eleitorado no Brasil, portanto, se há mais homens em setores como o Congresso Nacional, elas seriam as responsáveis por isso.

Em terceiro lugar, nas três postagens, em 6 comentários, estão **acusações sem base sólidas** direcionadas a gestoras que estiveram no poder, sendo essas representadas, independente de diferenças de partido, ideologias e atitudes, como corruptas e incompetentes. No registro encontrado na imagem 26 (publicação 1), Dilma é retratada como “um dos principais atrasos já vividos no país” por ser, de acordo com o responsável pelo comentário, corrupta e inapta ao cargo que ocupou.

Nas figuras 48 e 49 (publicação 2), faz-se referência à gestão da ex-presidenta do Brasil, sem muitas explicações, como modelo de que governos liderados por mulheres não teriam bons resultados e que esses não resultariam em menos corrupção, diferente do que é defendido pela página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*. De modo similar, na mensagem da imagem 66 (publicação 3), a fim de sugerir que não seria desejável representantes do gênero feminino no poder no Brasil, o indivíduo que a escreve defende que “estamos pagando o preço” por ter tido uma mulher no comando da nação. É importante ressaltar que, em nenhum dos exemplos citados, especifica-se com detalhes, dados ou documentos justificando os juízos expostos.

Na quarta posição, por ordem de frequência nos comentários, foi constatada a presença de **humor sexista** nas três postagens em 5 comentários. De modo inicial, verificou-se amostra desse tipo de humor na figura 32 (publicação 1) em que, em meio a *emojis* de riso, é dito que Dilma, a única mulher que já esteve na presidência da república brasileira, seria estúpida a ponto de estocar o coronavírus se estivesse na presidência durante a pandemia de Covid-19.

As mulheres, como um todo, também são alvo de piadas sexistas, conforme verificado no exemplo da figura 34 (publicação 1), quando, ao fazer referência às gestoras de sucesso mencionadas pela *Quebrando o Tabu*, um usuário questiona se elas teriam lavado a louça antes. Nos comentários visualizados nas imagens 54 e 55 (publicação 2), juntamente a *emojis* que remetem a algo engraçado e a expressões equivalentes a riso, como “kkk”, são atribuídos papéis domésticos como limpar a casa e lavar roupas exclusivamente às mulheres. Na figura 55, além da associação entre o gênero feminino e as tarefas do lar e dos *emojis*, é acrescentada a *hashtag*

#*pazeamor*, dando a entender que aquelas que lessem a mensagem não levassem a sério ou ficassem enraivecidas, pois o que foi escrito seria apenas mera brincadeira.

Além da presidenta Dilma e das representantes do gênero feminino, os pressupostos dos movimentos feministas, defendidos por um número expressivo de mulheres nos comentários, são alvo de humor sexista. Tal situação ocorre no exemplar da imagem 70 (publicação 3) em que os ideais feministas são deturpados e ridicularizados por meio das seguintes palavras: “Se eu fosse mulher e feminista, em forma de protesto, eu só usaria coisas inventadas e construídas por mulheres, só colheria alimentos plantados e colhidos por mulheres!”. Assim como nos demais exemplos, o comentário com humor sexista é seguido de *emojis* de risada para destacar o tom supostamente engraçado do que foi escrito.

A quinta maneira de a violência simbólica de gênero se manifestar, considerando-se questões de recorrência, foram os **estereótipos**, sendo esses relacionados a gênero e à nacionalidade. Excluindo-se os estereótipos encontrados nas mensagens de humor sexista, discursos que definem e categorizam o gênero feminino de modo preconcebido foram encontrados em três comentários feitos em resposta a duas postagens diferentes. Na figura 29 (publicação 1), defende-se que todas aquelas que se dedicam à política no Brasil são “fofoqueiras”, logo inadequadas a posições de liderança. Ademais, nas figuras 50 e 51 (publicação 2), as mulheres brasileiras são novamente julgadas indignas de governar, pois seriam todas corruptas.

A sexta e a sétima forma de violência simbólica foram reveladas em forma de preferência pela **exclusão** das mulheres de cargos de gestão política e de **desinformação**. Tais formas de violências tiveram uma ocorrência e se deram em publicações distintas. A predileção pela exclusão do gênero feminino pode ser verificada no comentário da figura 28 (publicação 1) em que o responsável pela mensagem diz não gostar de mulheres na política, com exceção da ex-chanceler da Alemanha, Angela Merkel. No que se refere à desinformação, junto à frase “Claro, mulheres no controle”, é compartilhada uma imagem (figura 35; publicação 1) que atribui à Dilma Rousseff declarações absurdas do ponto de vista científico, como de que o sol não teria função nenhuma. O conteúdo de tal imagem, no entanto, é apresentado como falso no *Facebook*, após análise de verificadores de fato ligados à plataforma.

As formas de violência simbólica de gênero mencionadas nos parágrafos acima e as características delas estão listados na tabela abaixo, a fim de que haja melhor compreensão dos fenômenos observados.

Tipo de violência	Características dos tipos de violência nos comentários
Depreciação das mulheres e dos ideais feministas	• Mulheres representadas como pessoas desqualificadas para cargos de gestão, excessivamente delicadas e desprovidas de inteligência. • Ideais feministas apresentados como sendo mero “mimimi” e de natureza oportunista.
Culpabilização feminina	• Mulheres culpadas pelo baixo número de cargos representativos ocupados por elas.
Acusações sem base sólida	• Acusações de corrupção e incompetência de modo generalizado com relação a mulheres que estiveram no poder.
Humor sexista	• Dilma Rousseff retratada como estúpida. • Gênero feminino relacionado a tarefas domésticas. • Ridicularização do feminismo. • Representação de piadas sexistas como “brincadeira”.
Estereótipos	• Líderes femininas julgadas como corruptas e inaptas a posições de liderança.
Exclusão	• Expressão de predileção pela ausência de mulheres na política.
Desinformação	• Atribuição de declaração absurdas do ponto de vista científico à ex-presidenta Dilma Rousseff.

Tabela 10 – Tipos de violência analisados e duas características. Fonte: A autora.

Manifestações de violência simbólica de gênero, como as encontradas na presente pesquisa, apesar de acontecerem no meio virtual, têm impacto profundo no *offline*, segundo Pierre Lèvy (1996). Os efeitos do que é dito em meios como as plataformas de redes sociais, na verdade, são potencializados nesses espaços pelo pretenso anonimato que se tem nas conversações *online*, o que propicia condições favoráveis para comportamentos agressivos (RECUERO, 2013). Fatores como a replicabilidade, buscabilidade e persistência (BOYD, 2010) são igualmente dignos de atenção nesse contexto, pois permitem o compartilhamento de mensagens de violência, assim como facilitam o acesso a conteúdos disruptivos.

Em meios como os das redes sociais *online*, assim como em situações de contato face a face, a disseminação de acusações, de desinformação e de discursos de depreciação, estereótipos e exclusão, de acordo com o trabalho de Bourdieu (1989), serve aos interesses da classe dominante à medida que as agressões são apresentadas como verdades indiscutíveis e de forma aparentemente desinteressada. Entendimentos como os de que gestões femininas não tiveram qualquer sucesso, de que mulheres são corruptas ou de que não possuem capacidade cognitiva para atuar em espaços de poder, ao serem repetidos, interferem nas relações de dominação, produzindo-as e reproduzindo-as, (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) e são incorporados pelos indivíduos, inclusive pelos dominados, que muitas vezes não se percebem como vítimas.

Segundo Kurtz (2017), a imposição de papéis de gênero, inclusive aquela, que sob uma roupagem humorística (RECUERO, *op. cit.*), ridiculariza mulheres que adentram espaços tipicamente masculinos, mostra-se efetiva a ponto de elas serem culpadas e concordarem com a culpabilização pelos tratamentos indignos direcionados a elas. Ao tratar dos resultados do discurso de violência simbólica de gênero, Campos (2019) explica que esse, quando inserido em discussões sobre a participação feminina na política, tem como resultado a construção desse meio como uma esfera masculina, o que contribui para a aceitação da não interferência feminina na coisa pública e inibe as mulheres de participarem em cargos de gestão de uma cidade, estado ou país.

Além do entendimento que manifestações de violência servem, ainda que, em certos momentos, de modo inconsciente, como meio de legitimar relações de poder que privilegiam o masculino e de constranger a participação feminina em cargos de liderança. Compreende-se, neste estudo, que os usuários os quais enviaram mensagens carregadas de estereótipo, humor sexista, depreciação, entre outras formas de agressão, podem ter tido tal atitude a fim de buscar capital social. Tal avaliação está de acordo com a pesquisa de Recuero (2013), que esclarece que a busca por capital social a qualquer custo por parte do agressor gera tentativas de comprometer a conversação e de lançar dúvidas sobre a reputação do outro com o intuito de obter visibilidade para si.

6.3.2 Resistências

Segundo trabalhos, como o de Fairclough (2016 [1992]) e o de Batista Júnior, Sato e Melo (2018), os sujeitos estão em equilíbrio entre ser efeito da ideologia e ter uma posição de agência. Logo, apesar de restrições de ordem física, econômica ou política, esses podem buscar mudanças sociais, pois não estão imersos em um determinismo estruturalista (BOURDIEU, 1991; SOUZA, 2014). Na mesma diretriz, Foucault (1991) afirma que “onde há poder há resistência” (p. 91) e que não há “um lugar da grande Recusa” (p.91), e sim diferentes formas de enfrentar injustiças.

Com relação às formas de enfrentar a violência de gênero, Alves e Pitanguy (1991) abordam o feminismo de um ponto de vista plural, explicando que as lutas por igualdade entre os gêneros estão presentes em múltiplas espaços, entre eles o da esfera doméstica, do trabalho e em qualquer lugar em que mulheres estejam buscando recriar relações em que o feminino não seja desvalorizado. Desse modo, as resistências femininas ao sexismo e ao patriarcalismo (HOOKS, 2020) têm ocorrido não somente por meio de movimentos organizados e de modo incisivo e violento, mas também nas vivências do dia a dia, de modo espontâneo e longe dos olhos do grande público (GARCIA, 2011; ÁLVAREZ, 2014; COLLINS, 2019).

Nesse contexto, as redes sociais *online* têm sido fundamentais, pois, embora haja espaço nelas para a disseminação de violência simbólica de gênero, essas, conforme Rossini (2014), possibilitam que seus usuários tenham acesso a “novas capacidades de articulação, mobilização e comunicação, e podem exercer diferentes papéis em protestos e movimentos [...] descritos como lutas por reconhecimento” (p. 304). Para a autora, espaços como os disponibilizados pelo *Facebook* são importantes à medida que permitem organização e mobilização de eventos e campanhas, produção e circulação de informações e ressignificação de conteúdos.

Com relação aos efeitos do uso da *internet* em manifestações de resistência, Rossini (*ibid*.) defende que, embora exista a possibilidade de descrença em relação a movimentos como esses e possam ser considerados “ativismo de sofá” devido ao baixo engajamento que requerem em relações a protestos em vias públicas, por exemplo, eles podem ter resultados positivos se houver articulação dos interessados. Desse modo, as mídias sociais têm o potencial de ser uma ferramenta importante na busca por visibilidade e reconhecimento de lutas por paridade de gênero, assim como por outras causas, permitindo que, além da produção e reprodução das relações de dominação, haja também a transformação delas por meio do discurso (FAIRCLOUGH, *op. cit.*).

A partir da análise das interações estabelecidas nas três publicações selecionadas no *Facebook*, foi possível verificar a ocorrência de sete maneiras de resistir à violência simbólica de gênero, sendo elas enfrentamento direto em relação àqueles que demonstram atitudes de violência, elogios a gestões de mulheres consideradas competentes, denúncias de injustiças em relação ao gênero feminino, incentivo ao voto em mulheres, defesa de gestoras amplamente criticadas, amparo a lutas feministas e enaltecimento de características consideradas femininas. No que se refere à frequência em que essas ocorreram, as primeiras seis formas de resistência tiveram ocorrências nas três postagens e a última, em duas publicações.

A busca por calar manifestações de violência simbólica de gênero ou por evidenciar a incoerência dessas por meio do **enfrentamento direto** daqueles agiram de tal maneira foi verificado em amostras como a da figura 39 (publicação 1). Nela, a responsável pelo comentário faz referência aos que disseminam discurso sexista como “gente sem o mínimo de noção” e pessoas que estão perturbando com opiniões não solicitadas e “passando vergonha”. De modo similar, na imagem 57 (publicação 2), os argumentos utilizados pelos agressores são representados como incoerentes, e na 79 (publicação 3) os homens que se mostram desfavoráveis aos interesses femininos são acusados de agirem movidos por uma masculinidade tóxica.

Elogios a gestões femininas de sucesso fizeram parte da mensagem da figura 40 (publicação 1), em que é exaltado o papel da ministra e da diretora geral de saúde no combate a pandemia de coronavírus, assim como daquela visualizada na imagem 58 (publicação 2), que trata dos governos femininos como sendo menos burocráticos. Além de elogios a tais gestões, nas figuras 41 (publicação 1) e 59 (publicação 2), houve o **enaltecimento a características** que, de acordo com alguns interlocutores, as mulheres teriam, como resiliência, perseverança e afetividade. Observa-se que, nesses casos, os usuários, ao enaltecer os feitos de líderes femininas, procuram evidenciar que, ao contrário do que alguns dizem, as mulheres podem ter excelentes gestões e, por essa razão, merecem ter oportunidades de participar de posições de destaque.

Com relação à **exposição de injustiças e de um sistema que oprime o gênero feminino**, participações com esse teor foram encontradas nas figuras 42 (publicação 1), 60 (publicação 2) e 77 (publicação 3) e deram destaque à gravidade da falta de paridade entre homens e mulheres em contextos diversos. Nas primeiras duas figuras que abordam essa questão, é salientado que, no Brasil, instâncias como

a mídia, partidos políticos e o Supremo Tribunal Federal teriam perseguido e impedido Dilma Rousseff de liderar, permitido um golpe no que se refere ao governo dela. A terceira figura, por outro lado, engloba a persistência de obstáculos encontrados por mulheres em diferentes partes do mundo, como o direito de divorciar-se, ter conta em banco, viajar sem autorização do marido e candidatar-se a cargos públicos.

Para que as mulheres ganhem mais espaços em situações de decisão política e haja mais equilíbrio entre as posições ocupadas por elas e por homens, determinadas interlocutoras **estimulam outros a votarem em candidatas do gênero feminino**. Incentivos desse tipo estiveram presentes na contribuição registrada nas imagens 43 (publicação 1) em que é incentivado que sejam eleitos aqueles que estão fora do padrão “homem branco cis”, como mulheres, negros, indígenas, entre outros. Além disso, nesse sentido, são ditas palavras de encorajamento e estímulo, como: “Precisamos votar em mulheres para que haja representatividade e equilíbrio no cenário político” (figura 61; publicação 2) e “Mulheres, votem em mulheres. Se fortaleçam, se unam e criem forças” (figura 81; publicação 3).

Ainda com o intuito de instigar os demais seguidores que participam do debate a levarem em consideração as mulheres que se lançam à candidatura política ao fazerem suas escolhas e de desconstruir discursos que representam mulheres como inadequadas a cargos de liderança, há a **defesa de gestões femininas amplamente criticadas**, como o caso de Dilma Rousseff. Verifica-se intervenções desse tipo na figura 35 (publicação 1) em que é censurado o fato de repetidamente depreciarem Dilma e seu governo e desconsiderarem líderes masculinos considerados falhos pela usuária. De forma semelhante, na figura 53 (publicação 2), ressalta-se que a ex-presidenta foi inocentada da acusação de corrupção que levou ao seu *impeachment*, e na 81 (publicação 3), a debatedora, apesar de acreditar que Dilma Rousseff tenha cometido erros, afirma que eles foram superados pelos aspectos positivos da gestora e que erros não são particularidade de lideranças femininas.

A última forma de resistência observada nas interações entre os envolvidos nos debates promovidos pela página *Quebrando o Tabu* foi o **amparo das lutas feministas** e o reconhecimento da importância delas no empenho por paridade de gênero. No comentário visualizado na imagem 38, a usuária esclarece que as denúncias feitas por outras mulheres não são “mimimi”, mas lutas legítimas por direitos iguais, e que aqueles que se opõem a isso são machistas, de acordo com seu entendimento. Outros exemplos foram encontrados nas mensagens das figuras 75 e

76 (publicação 3) em que são tratadas questões, como a liberdade que qualquer mulher deve ter de buscar melhores condições para si e para outras independentemente de julgamentos negativos que façam a seu respeito e a necessidade de todas reconhecerem a relevância dos feminismos na busca por justiça social.

6.3.3 Impacto da violência e das resistências no ambiente de interação

A partir da pesquisa de Recuero e Zago (2009), compreende-se o conceito de *capital social* como um conjunto de recursos coletivos de uma rede de atores sociais. As relações sociais e tais recursos são os principais elementos do capital social, sendo que os últimos são mobilizados para alcançar determinados interesses, como obter popularidade e confiança em um determinado grupo (NEVES, 2003).

Levando em consideração as interações analisadas, os valores que emergiram de forma mais recorrente foram **visibilidade**, **popularidade** e **suporte social**. Com relação à visibilidade e popularidade, conforme já mencionado, foi possível compreender que, por intermédio de manifestações de violência simbólica, como humor sexista e reiteradas críticas sem bases concretas, alguns seguidores da página *Quebrando o Tabu*, além de legitimar discursos sexistas, buscaram desviar o foco de atenção para si mesmos e, dessa maneira, fazer com que sua presença fosse reconhecida por outros atores, algo que gera popularidade na rede (RECUERO, 2012).

Observaram-se tentativas de ganho de visibilidade e popularidade em manifestações de humor sexista, como nas figuras 33 (publicação 1) e 70 (publicação 3). Na primeira, o discurso machista em tom humorístico relacionado à Dilma Rousseff ganhou apoio por parte de alguns usuários com 21 reações de risada, havendo, assim, reforço de ideias dessa natureza. Por outro lado, os dizeres na segunda figura mencionada, os quais tratam dos feminismos de modo jocoso, não ganharam qualquer tipo de apoio de outros membros da página. Apesar das diferentes reações, considera-se que manifestações desse tipo geraram conflito à medida que geraram debates e enfrentamento direto por parte de mulheres que se sentiram ofendidas, conforme observado na figura 79 (publicação 3), em que os agressores são descritos como pessoas que demonstram “masculinidade tóxica”.

No que se refere ao capital de suporte social, esse foi observado em mensagens de apoio algumas interlocutoras direcionavam às outras mulheres que faziam parte das discussões nas postagens e no expressivo número de curtidas e reações de “amei” que tais manifestações de amparo receberam. Como exemplo, pode-se mencionar o comentário da figura 76 (publicação 3) em que por meio de elogios às feministas, incentiva-se as mulheres a desistirem de lutar por igualdade de gênero. Tal participação, além de dar suporte a outros membros da rede, o recebe por meio de 142 curtidas e de 32 “amei”.

7. Considerações finais

No presente trabalho, a partir de estudo exploratório de 600 comentários que faziam parte das três publicações selecionadas, defendeu-se a tese de que a violência simbólica de gênero e a resistência estão presentes nas conversações nas mídias sociais sobre a participação feminina em ambientes considerados por alguns como tipicamente masculinos. A partir de tal pressuposto, teve-se como objetivos investigar como a violência simbólica de gênero se manifesta no ciberespaço em interações sobre a participação feminina em cenários de poder, como o da política, e identificar estratégias de resistência criadas pelas mulheres nesse contexto. Além disso, teve-se o intuito de analisar as implicações da propagação de discursos carregados de violência de gênero no ambiente das interações *on-line* e de entender a repercussão das estratégias de resistência criadas pelas mulheres nas conversações.

Após estudo de 54 comentários escolhidos entre aqueles considerados em investigação preliminar, levando-se em consideração a tese defendida e os objetivos elencados, foi possível compreender que, de fato, a violência simbólica de gênero e estratégias de resistência emergem nas conversações no ciberespaço de diferentes maneiras. Com relação à violência simbólica de gênero, em acordo com estudos como o de Strey (2012), Viegas e Recuero (2014) e Kurtz (2015), ela se manifestou nas interações por meio de depreciação das mulheres e dos ideais feministas, culpabilização delas por não haver igualdade de gênero, acusações sem base sólida com relação a gestoras, humor sexista, estereótipos, exclusão e desinformação.

No que se refere às estratégias de resistência criadas por determinados participantes, entende-se que houve enfrentamento direto em relação aos usuários que demonstraram atitudes de violência, elogios à administração de gestoras consideradas competentes, denúncias de injustiças com o gênero feminino, incentivo ao voto em mulheres, defesa de governantes amplamente criticadas, amparo a lutas feministas e enaltecimento de características consideradas femininas. Os valores que emergiram de modo predominante nas interlocuções foram visibilidade e popularidade, os quais, em determinados momentos, geraram conflitos, e suporte social, a fim de que as seguidoras da página não se sentissem desestimuladas a buscar espaços e que perseguissem o propósito da paridade de gênero.

Com o intuito de ter melhor compreensão das questões investigadas, antes da análise dos dados selecionados, foram discutidas questões teóricas e metodológicas

pertinentes ao objeto de estudo. Após as considerações iniciais, no capítulo 2, intitulado “Discurso, política e mídias sociais”, discorreu-se, na seção inicial, sobre o conceito de discurso, assim como a respeito de sua relação com questões de poder, tendo como base a obra de autores ligados à Análise de Discurso Crítica, como Norman Fairclough (1989; 2012; 2016 [1992]), Teun van Dijk (2018) e de outros, como Bourdieu (1989), Gramsci (2002) e Thompson (2011). Visto que o objeto de estudo desta investigação compreende dizeres relacionados à política e a representantes dela, a segunda seção, “Discurso Político”, abordou o que é discurso político e a distinção entre a noção de “discurso político” e de “discurso sobre política” (WODAK, 2009; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; BOCHETT *et al*. 2017; VAN DIJK, 2018).

Em “Discurso Mediado por Computador (DMC)”, foram discutidas particularidades do discurso no ciberespaço de acordo com a pesquisa de Herring (2001; 2007), Castells (2003), Fragoso, Rebs e Barth (2011), Recuero (2014) e Santos (2019). A seguir, foram debatidas as noções de redes sociais, sites de redes sociais (BOYD 2008; GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 1999; HAYTHORNTHWAITE, 2005; RECUERO, 2009), plataformas digitais (D’ANDREA, 2020), laços sociais (GARTON, HAYTHORNTHWAITE e WELLMAN, 2006; GRANOVETTER, 1973; HAYTHORNTHWAITE, *op.cit*; RECUERO, *op.cit*.) e de capital social (BERTOLINI E BRAVO, 2001; RECUERO, *op.cit*.), assim como os aspectos positivos e negativos da intersecção entre internet e política (HANSEN E FERREIRA, 2018) e o potencial das redes sociais *on-line* de fomentar a participação política e dar visibilidade a lutas por direitos sociais (ROSSINI, 2018).

No capítulo 3, “Gênero e resistências,” o segundo de natureza teórica, foi abordada a noção de gênero e como o discurso, juntamente a relações de poder, pode, entre outras questões, naturalizar papéis (HELBORN, 1994; SCOTT, 1995; PINO, 2007; LOURO, 1995; 2016). Ademais, foram destacadas as interseccionalidades da categoria de gênero com questões como classe social e etnia, a história das relações de gênero (KARAWEJCZYK, 2013; LIMONGI *et al*., 2018; ALVES, 2019; MARQUES, 2019; PRIORE, 2020; HABNER, 2020), e o percursos movimentos de resistência até a atualidade (PITANGUY, 1991; SARTI, 2001; 2004; GARCIA, 2011; ÁLVAREZ, 2014; COLLINS, 2019; DUARTE,2019; HOOKS, 2019; 2020; PEDRO, 2020; SOIHET,2020; PRADO E FRANCO, 2020).

No quarto capítulo, terceiro de viés teórico, denominado “Violência, gênero e política nas mídias sociais”, é debatida a violência simbólica, em acordo com a

pesquisa de Zizek (2009) e Bourdieu (1989; 2002), e a ligação desse tipo de violência com questões de gênero (STREY, 2012; SOUZA, 2014; VIEGAS; RECUERO, 2014; KURTZ, 2017), considerando os contextos da política e das mídias sociais (BIROLI; MIGUEL, 2014; MIGUEL, 2014; BIROLI, 2016; ALBUQUERQUE; ALVES, 2014; HIDALGO, 2020, LÉVY, *s.d.*).

Em seguida, no quinto capítulo, “Metodologia de pesquisa”, são apresentados os objetivos da presente investigação, o objeto de pesquisa, os procedimentos éticos e os adotados na seleção dos dados, assim como o método utilizado para a análise deles, a Análise de Discurso Mediado por Computador (ADMC), de Herring (2004).

No último capítulo anterior a estas considerações, “Análise”, primeiramente, deu-se destaque às publicações escolhidas e às características da página *Quebrando o Tabu*, como o foco em discussões que defendem igualdade de direitos e justiça. A seguir, em consonância com a ADMC (HERRING, *op. cit.*), cada postagem foi analisada em quatro níveis: (a) estrutura, (b) sentido, (c) interação e (d) comportamento social, ao final, foram feitas considerações gerais sobre elas. Por meio de tal exame, embasado no levantamento teórico realizado, foi possível chegar à tese defendida.

Com relação às contribuições deste estudo para a área de Letras, entende-se que ele permite entender com maior clareza o papel das plataformas de mídias sociais na disseminação de discursos de violência simbólica de gênero e na criação de estratégias de resistência e de mobilização dos usuários e que, fornecendo, desse modo, subsídios para a discussão sobre o tema no meio acadêmico. Ademais, conclui-se que, à medida que discursos de violência direcionados às mulheres deixam de ser compreendidos como piadas inofensivas ou verdades incontestáveis, eles podem passar a ser questionados e contestados. A partir de tais contestações, por conseguinte, há a possibilidade de serem abertas “clivagens” (FOUCAULT, 1991) que permitam ao gênero feminino ganhar mais igualdade e espaços em posições consideradas pelo senso comum tipicamente masculinas, indo-se, assim, em direção à mudança social, questão cara à Análise de Discurso Crítica, conforme apontado por Fairclough (2016).

É importante ressaltar que há limitações nos resultados obtidos, visto a pesquisa, devido ao seu caráter qualitativo, ter considerado um número reduzido de dados, isto é, 54 comentários distribuídos em três publicações do *Facebook*. Reconhece-se que a análise de um número maior de postagens e participações dos

usuários poderia ter levado ao encontro de outras maneiras de manifestar violência e de resistir por meio do discurso no ciberespaço.

Como resultado deste trabalho, surgem questionamentos para futuras investigações, como a relação entre violência simbólica e humor, o papel da desinformação na propagação de injustiças contra as mulheres, além de práticas pedagógicas que incluam as resistências e os discursos sobre o gênero feminino. Entende-se que a abordagem de tais temáticas pode resultar na melhor compreensão dos resultados obtidos e dos discursos influenciados por questões de poder que circulam nas mídias sociais.

Referências

ALBUQUERQUE, Juliene Tenório; ALVES, Elba Ravane. Apontamentos sobre a violência contra a mulher na política institucional brasileira. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano I, v.1, nº 2, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/236968>. Acesso em 20 out 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 set. 2021.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-64.

ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS. Internet Research: Ethical Guidelines 3.0. **Association of Internet Researchers**, 2019. Disponível em: < https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>. Acesso em 16 nov. 2021.

APPERLEY, Thomas; JAYEMANE, Darshana. A virada material dos *game studies*. **Lumina**, vol.1, n.11, 2017. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/721>. Acesso em 23 jan. 2021.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO; Iran Ferreira de. Introdução. In: BATISTA Jr., Ribamar Lopes, SATO, Denise Tamaê Borges, MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.p. 7-19.

BERTOLINI, Sonia; BRAVO, Giangiacomo. **Social capital, a multidimensional concept**. *On-line*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Sonia_Bertolini/publication/265269975_Social_Capital_a_Multidimensional_Concept/links/57177ec608aeb56278c46b5c.pdf>. Acesso em 12 nov. 2021.

BIROLI, Flávia. **Violência política contra mulheres**. Blog da Boitempo, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/>. Acesso em 18 ago 2021, às 15h22.

BOCHETT, Amanda Canterle et al. Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **MOARA**–Revista Eletrônica do Programa de Pós- Graduação em Letras ISSN: 0104-0944, v. 1, n. 47, p. 128-151, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico***.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. Massachusetts, Harvard University Press, 1991.

BOYD, Dana. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Zizi. **Networked Self***:* Identity, Community, and Culture on Social Network Sites, 2010. p. 39-58. Disponível em <https://www.danah.org/papers/2010/SNSasNetworkedPublics.pdf>. Acesso em 26 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade/ Guacira Lopes Louro (org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3.ed.: 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 151-171.

CHILTON, Paul. **Analysing political discourse**: Theory and practice. Routledge, 2004.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.

CREMONESE, Dejalma. Política *on-line*: a utilização do Twitter como ferramenta de capital social nas eleições presidenciais de 2010. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 135-149, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/20679>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas 1**, p.171-189, 2002. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 jan. 2022.

D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

DIJK, Teun van. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & society**, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993. Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0957926593004002006. Acesso em 01 set 2020.

DIJK, Teun van. What is political discourse analysis. **Belgian journal of linguistics**, v. 11, n. 1, p. 11-52, 1997.

DIJK, Teun van. **Discurso e poder**. – 2. ed., 4° reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.

DUNMIRE, Patricia. Political discourse analysis: Exploring the language of politics and the politics of language. **Language and Linguistics compass**, v. 6, n. 11, p. 735-751, 2012. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/lnc3.365. Acesso em 10 set 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**. Textual Analysis for Social Research. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman; FAIRCLOUGH, Isabela. **Political discourse analysis**: a method for advanced students. Londres: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. – 2. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERNÁNDEZ, Emelina Galarza; BEDÍA, Rosa Cobo; CERDÁ, Mar Esquembre. Medios y violencia simbólica contra las mujeres. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 71, p. 818-832, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/819/81943468042.pdf>. Acesso em 05 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Cóllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. – 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRAGOSO, Suely Dadalti; REBS, Rebeca Recuero; BARTH, Daiani Ludmila. Territorialidades virtuais: Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. **MATRIZes**, v. 5, n. 1, p. 211-225, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38317. Acesso em 23 out 2020.

FRAGOSO, Suely Dadalti. Huehuehue eu sou BR: spam, trollagem e griefing nos jogos on-line. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. Vol. 22, n. 3 (jul./set. 2015), p. 129-146**, 2015. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141888/000989638.pdf?sequence=1. Acesso em 01 jun 2019.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARTON, Laura; HAYTHORNTHWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. Studying online social networks. In: **Doing internet research** (edited by Steve Jones). Thousand Oaks: SAGE, 1999. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.1997.tb00062.x/full. Acesso em 16 jan. 2022.

GIGLIETO, Fábio; ROSSI, Luca. Ethics and interdisciplinarity in computational social science. **Methodological Innovations Online**, vol. 7, n.1, p. 25-36, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/11519726/Giglietto_Rossi_EthicsInterdisciplinarity_preprint.pdf>. Acesso em 28 jan. 2022.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 433-447, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/M3nBJJtyMYm4qd4TQdGpryR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 ago. 2021.

GONÇALVES, Italo Vinicius. Da etnografia multissituada à "plataformizada": aproximações entre antropologia e estudos de plataforma. **Cadernos de Campo**, v. 29, n. 2, p. 1-20, 2020. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175274>. Acesso em 28 jan. 2022.

GRABER, Doris. Political Languages. In: NIMMO, Dan; SANDERS, Keith (org.). **Handbook of Political Communication**.Beverly Hills: Sage. p. 195-224.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4 ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 43-64.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgrafia**, n. 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HANSEN, Jaqueline Resmini; FERREIRA, Maria Alice Silveira. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/56124>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, p. 201-246, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkRgkCBftnpY7qgHmzYCgd/?lang=pt&format=html. Acesso em 20 jun 2021.

HAYTHORNTHWAITE, Caroline. Social networks and internet connectivity effects. **Information, Communication & Society,** Vol. 8, No. 2, June 2005, pp. 125–147. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.101.9612&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 16 jan. 2022.

HELMOND, Anne. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. **Social Media + Society**, v.1, n. 2, 2015.

HERRING, Susan. Computer-mediated discourse. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi (Eds.). **The Handbook of Discourse Analysis**, 2001.p. 612-634.

HERRING, Susan. Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior. In: BARAB, Sasha.; KLING, Rob.; GRAY, James (Eds.). **Designing for Virtual Communities in the Service of Learning**. New York: Cambridge University Press, 2004. p. 338-376.

HERRING, Susan **Classification scheme for computer-mediated discourse**. Language@Internet, v. 4, n.1, 2011. Disponível em http://www. languageatinternet.de/articles/2007/761. Acesso em 15 mai. 2019.

HERRING, Susan. Discourse in web 2.0: Familiar, reconfigured and emergent. In: TANNEN, Deborah; TESTER, Ana Marie (Eds.). In: **Discourse 2.0: Language and new media**.Washington, DC: Georgetown University Press, 2013, pp. 1-25.

HEILBORN, Maria Luiza. De que gênero estamos falando. **Sexualidade, gênero e sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-6, 1994. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/99_1042_dequegeneroestamosfalando.pdf. Acesso em 22 jun. 2021.

HIDALGO, Luisa da Silva. Marielle Vive: política, violência simbólica nas redes sociais e resistência. **Revista Memento**, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/6049. Acesso em 15 out 2020.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 14° ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. As suffragettes e a luta pelo voto feminino. **Revista história, imagem e narrativas**, Rio de Janeiro, n. 17, 2013. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/> . Acesso em: 18 jul. 2021.

KIRKPATRICK, David. **O Efeito Facebook**- os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2011.

KURTZ, Gabriela Birnfeld. **"Se tiver meninas, melhor ainda"**: análise da participação feminina no jogo Dota 2 no Brasil. In: XXXVIII CONGRSSO BRASILEORO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. *Anais...* Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2823-1.pdf>. Acesso em 30 mai 2019.

KURTZ, Gabriela Birnfield. Manifestação de violência simbólica contra a mulher nos videogames: uma revisão bibliográfica. **Revista Metamorfose**, v. 2, n.1, mai 2017, p. 90-109. Acesso em 04 jun 2019.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas - só para homens: o voto feminino no Brasil. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7722>. Acesso em: 15 out. 2020

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em 31 jan. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade/ Guacira Lopes Louro (org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3.ed.: 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, pp. 9-33.

MAGALHÃES, Célia Maria. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Edições Câmara, 2019.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4 ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. P. 126-147.

MAZZARIELLO, Carolina Cordeiro & FERREIRA, Lucas Bulgarelli. 2015. "Gênero". In: ***Enciclopédia de Antropologia***. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: < https://ea.fflch.usp.br/conceito/genero>. Acesso em: 20 jun 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MINTZ, André Goes. Midiatização e plataformização: aproximações. **Revista Novos Olhares**, v.8, n.2, p. 98-109, 2019. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/150347>. Acesso em 28 jan. 2022.

OECD. Research Ethics and New Forms of Data for Social and Economic Research. **OECD Science, Technology and Industry Policy Papers**, No. 34. OECD Publishing: Paris, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5jln7vnpxs32-en>.Acesso em: 16 nov. 2021.

PEDRO, Joana. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4 ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 238-259.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M.S. Côrrea]. 2.ed., 5° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PINO, Nádia Perez. A teoria *queer* e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, p. 149-174, 2007. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cpa/a/knKyktZNBTwJrkF9dL3zvbB/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em 25 jun. 2021.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4 ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 194-2017.

PRIORE, Mary del. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

RECUERO, Raquel. Estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, n. 28, p. 88-106, 2005. Disponível em: <www.ufrgs.br/limc/PDFs/recuerocompos.pdf>. Acesso em 20 out. 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, Alex (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2013. p. 51-70. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/605.pdf>. Acesso em 21 mai. 2021.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e reverso**, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/7323>. Acesso em 10 jan. 2022.

RECUERO, Raquel da Cunha; ZAGO, Gabriela da Silva; SOARES, Felipe Bonow. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter.In: ENCONTRO ANUAL COMPÓS, 2017. **[Anais]**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017., 2017.Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166193/001047200.pdf?sequence=1>. Acesso em 31 jan. 2022.

RECUERO, Raquel. # FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições de 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada,** Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKnghPRMJxbypBVRLYN3YTB/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 21 jan. 2022.

REISGL, Martin. Analyzing political rhetoric. In: WODAK, Ruth; KRZYZANOWSKI, Michal. **Qualitative discourse analysis in the social sciences**. Palgrave Macmillan, 2008.p.96-120.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 333-359.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. Da rede para as ruas: mídias sociais como novas "armas" na luta por reconhecimento? . **C&S** – São Bernardo do Campo, v.36, n. 1, p. 301-325, jul/dez. 2014. Disponível em: < https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/CSO/article/view/4511 >. Acesso em: 27 jan 2022.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 35-50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 jul. 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, p. 31-48, 2001. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cpa/a/bXgPpjfNGXzK8J5WV3JjjYS/?lang=pt>. Acesso em 20 jul. 2021.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4 ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 15-42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em 24 jun. 2021.

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. 2008. 172p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília.

SILVEIRA, Graciele Urrutia Dias. **O discurso de violência simbólica de gênero em uma página e em grupos voltados ao jogo *League of Legends* no *Facebook.*** 2018. 168p. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas.

SILVEIRA, Graciele Urrutia Dias; CAETANO, Virginia Barbosa Lucena. *#MYGAMEMYNAME*: Gênero, violência e resistência no discurso de mulheres *gamers*. **Tropos:** Comunicação, sociedade e cultura, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: < https://revistas.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3875>. Acesso em 15 out. 2021.

SOARES, Pricilla Farina. **O discurso da violência sistêmico-simbólica e sua replicação nos memes de humor da fanpage Diva Depressão.** 2013.144p. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas.

SOUZA, Rafael Benedito de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, 2014. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705. Acesso em 10 out. 2021.

STREY, Marlene. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia K (org.) **Violências e gênero***:* coisas que a gente não gostaria de saber. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TÍLIO, Rogério Casanovas. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. **Revista e-scrita**: Revista do Curso de Letras da UNIABEU, v. 1, n. 2, p. 86-102, 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/268394507.pdf. Acesso em 26 out 2020.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a16v20n1.pdf>. Acesso em 01 ago. 2021.

TOWNSEND, Leanne; WALLACE, Claire. Social media research: A guide to ethics. **University of Aberdeen**, v. 1, p. 16, 2016. Disponível em: < https://www.bolton.ac.uk/assets/Uploads/Social-media-ethics-study-Aberdeen-2018.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

VAN DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **MATRIZes**, v.11, n.1, p.29-59, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143050607004.pdf>. Acesso em 26 jan. 2022.

VIEGAS, Paula; RECUERO, Raquel. **Violência simbólica de gênero na publicidade digital**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

VIEIRA, Josenia Antunes, MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA Jr., Ribamar Lopes, SATO, Denise Tamaê Borges, MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

VOLCAN, Taiane Oliveira. **O papel do humor no discurso político**: uma análise dos perfis Dilma Bolada e Dilma Rousseff no Facebook. 2014. 129f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. Disponível em http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/488. Acesso em: 23 jan. 2018

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade/ Guacira Lopes Louro (org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3.ed.: 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, pp. 113-123.

WILSON, John. Political discourse. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. John Wiley & sons. 2001. p.398-415.

WODAK, Ruth. Language and Politics. In: CULPEPER, Jonathan; KATAMBA, Francis; KERSWILL, Paul; WODAK, Ruth; McENERY; Paul. (org.). **English Language**: Description, Variation and Context. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 576–593.

ZAGO, Gabriela; RECUERO Raquel. **Em busca das "redes que importam" – redes sociais e 124 capital social no Twitter**. XVIII Encontro da Compós, PUC-MG, Belo Horizonte, MG, junho de 2009. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/498. Acesso em: 28 jan. 2022.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2014.